



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO SEMIÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL - PRODER**

CARLIANA CARVALHO FONTELES TAVARES

**LUTA E RESISTÊNCIA: DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ AO
MOVIMENTO SOCIAL SOMOS TODOS BAIXIO DAS PALMEIRAS**

**JUAZEIRO DO NORTE - CE
2016**

CARLIANA CARVALHO FONTELES TAVARES

**LUTA E RESISTÊNCIA: DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ AO
MOVIMENTO SOCIAL SOMOS TODOS BAIXIO DAS PALMEIRAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER, da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

- T2311 Tavares, Carliana Carvalho Fonteles.
Luta e resistência: do cinturão das águas do Ceará ao movimento social somos todos Baixo das Palmeiras/ Carliana Carvalho Fonteles Tavares. – 2016.
109 f.: il.; color.; enc. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha.

Desenvolvimento sustentável. 2. Movimentos sociais. 3. Recursos hídricos. Título.

CDD 307.760981

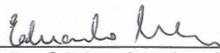
CARLIANA CARVALHO FONTELES TAVARES

**LUTA E RESISTÊNCIA: DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ AO
MOVIMENTO SOCIAL SOMOS TODOS BAIXIO DAS PALMEIRAS.**

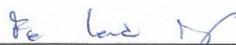
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER, da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Aprovada em: 27/09/2016

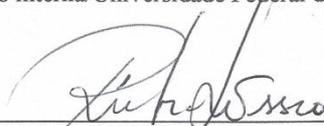
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha
(Orientador/UFCA)



Profa. Dra. Francisca Laudeci M Souza
(Membro interna/Universidade Federal do Cariri - UFCA)



Prof.^a Dr.^a Rúbia Aurenívea Ribeiro Lóssio
(Membro externa/Centro Universitário Leão Sampaio - UNILEÃO)

À minha mãe, Diana Carvalho, que me ensinou a nunca desistir, e meu esposo Geovani Tavares, que esteve comigo desde o processo seletivo para o mestrado até a conclusão desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas bênçãos e graças recebidas.

Ao Baixio das Palmeiras e seu povo, que permearam meu imaginário durante o período de pesquisa, me acolhendo de forma calorosa e colaborando comigo. Realmente me fizeram sentir parte do grupo. Em especial agradeço a Wllirian Nobre (Liro Nobre), por partilhar comigo seus conhecimentos sobre Baixio das Palmeiras, por sua disponibilidade em me receber todas as vezes em que precisei, e a José Cícero Braz (Zé de Teta), pela atenção e colaboração. Sou grata a todos os sujeitos que contribuíram para a realização desta pesquisa.

A minha família, que esteve presente em cada momento, em especial minha mãe Diana Carvalho, meu esposo Geovani Tavares, minha cunhada Ariane Linhares - que fez todo o trabalho de revisão -, meu irmão e irmã, meu cunhado e, por fim, meus sobrinhos, sobrinhas e meu enteado, que, com sua alegria de criança, deixaram este momento mais leve.

Às coordenadoras do Curso de Serviço Social da Unileão, Márcia Teotônio e Cecilia Bezerra, por compreenderem as minhas ausências, e aos meus alunos, por compartilharem comigo este momento. Cabe aqui salientar que me orgulho muito de fazer parte do corpo docente da Unileão.

À quarta turma do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da qual fiz parte, especialmente, Márcio Alves, Cristiane Araújo (Bem) e Penha Lima, por se sentirem à vontade em compartilhar comigo as angústias da pós-graduação *strictu sensu*. E ao corpo docente, ressaltando aqui o meu orientador Eduardo Vivian Cunha.

As minhas amigas Ana Carolina Peixoto, Edvane Domingos, Jamille Vieira, Luciana Bessa, Lucrécia Callou, Val Nunes, que colaboraram comigo, cada uma a seu modo.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente estiveram presentes neste momento de minha vida.

A palavra final é Gratidão!

O operário e o agregado

*Camponeses, meus irmãos,
E operários da cidade,
É preciso dar as mãos,
E gritar por liberdade,
Em favor de cada um,
Formar um corpo comum,
Operário e camponês!
Pois só com uma aliança,
A estrada da bonança,
Brilhará para vocês!*

(Patativa do Assaré)

TAVARES, Carliana Carvalho Fonteles. **Luta e resistência: do Cinturão das Águas do Ceará ao Movimento Social Somos todos Baixo das Palmeiras**. 2016. 109f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri (UFCA/ PRODER), Juazeiro do Norte, 2016.

Perfil do autor: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, Docente do Curso de Serviço Social da Unileão, servidora pública, assistente social no Instituto Nacional do Seguro Social, Agência Juazeiro do Norte.

RESUMO

Este estudo trata do desenvolvimento sustentável compreendido para além de um conceito, mas como elemento de disputa, neste sentido entram em cena os Movimento Sociais, compreendidos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas necessidades. Destarte, dois questionamentos estruturam esta pesquisa: Existe relação entre *desenvolvimento sustentável* e movimento social? De que forma os movimentos sociais põem em prática a ideia do *desenvolvimento sustentável*? O palco do estudo é, pois, um cenário amparado pelos parâmetros estaduais referentes à gestão de Recursos Hídricos, com destaque para a obra Cinturão das Águas do Ceará, que inquietou a comunidade Baixo das Palmeiras no município de Crato/Ce, tornando-se mola propulsora do surgimento do movimento de luta e resistência intitulado *Movimento Somos Todos Baixo das Palmeiras*. Portanto, o objetivo central deste estudo é responder à seguinte questão: Qual a relação que pode existir entre o *Movimento Social Somos Todos Baixo das Palmeiras* e o desenvolvimento sustentável? Quanto aos objetivos específicos são: compreender a relação entre movimento social e sustentabilidade; sistematizar como o movimento social surge, se desenvolve e consolida; e elucidar quais os valores, objetivos defendidos pelo movimento e como estes comungam com o desenvolvimento sustentável. Para tanto, o percurso metodológico foi embasado na pesquisa qualitativa, utilizando-se para isso um estudo exploratório descritivo, composto por revisão bibliográfica, entrevista semiestruturada e interpretação dos dados por meio da análise de conteúdo. Em suma, o desafio é fazer uma leitura do *desenvolvimento sustentável* a partir do tensionamento das questões cotidianas postas à comunidade em estudo e que fez surgir o *Movimento Social Somos Todos Baixo das Palmeiras*. Como principal resultado salientamos que o Somos Todos Baixo das Palmeiras revela a necessidade premente da relação entre movimento social e desenvolvimento sustentável, a fim de que este verdadeiramente se efetive.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Movimentos Sociais. Recursos Hídricos.

ABSTRACT

This study deals with sustainable development understood beyond a concept, but as a contest element, in this sense comes into play Social Movement, understood as collective social actions of socio-political and cultural character that enable different forms of the population to organize and express their needs. Thus, two questions structure this research: Is there a relationship between sustainable development and social movement? How do social movements put into practice the idea of sustainable development? The study of the stage is, therefore, a scenario supported by state parameters for water resources management, with emphasis on the work Belt of Ceará Water, which disturbed the Bog of Palmeiras community in Crato / Ce municipality, becoming spring driving the emergence of the movement of struggle and resistance entitled movement We Are All Bog of Palmeiras. Therefore, the main objective of this study is to answer the following question: What is the relationship that can exist between the Social Movement We Are All Bog of Palmeiras and sustainable development? As for the specific objectives are: to understand the relationship between social movement and sustainability; systematize as the social movement arises, develops and consolidates; and clarify what values, objectives defended by the movement and how they commune with sustainable development. Thus, the methodological approach was based on qualitative research, using for this a descriptive exploratory study, consisting of literature review, semi-structured interview and interpretation of data through content analysis. In short, the challenge is to do a reading of sustainable development from the tension of everyday questions posed to the community under study and that has given rise to the Social Movement We Are All Bog of Palmeiras. The main result we note that we are all Baixio Palmeiras shows the urgent need of the relationship between social movement and sustainable development, so that it truly becomes effective.

Keywords: Sustainable development. Social movements. Social Movement We Are All Bog of Palmeiras.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos do Brasil
CAC	Cinturão das Águas do Ceará
COGERH	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FEC	Federação das Entidades do Crato
GEA	Grupo de Estudos Agrários
GRUNEC	Grupo de Valorização Negra do Cariri
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MSSTBP	Movimento Social Somos Todos Baixo das Palmeiras
ONG'S	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFCA	Universidade Federal do Cariri
URCA	Universidade Regional do Cariri

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto do Município de Crato/Ce com seus Distritos.....	18
Figura 2 - Foto da vista do Distrito Baixio das Palmeiras.....	21
Figura 3 – Mapa do Cinturão das Águas do Ceará.....	65
Figura 4 – Mapa do Cinturão das Águas do Cariri, Trecho 01	66
Figura 5 – Foto de trator invadindo terras sem a permissão do proprietário.....	68
Figura 6 – Foto do Olho d'água no quintal da casa de Papo de Fogo	71
Figura 7 - Foto do Olho d'água na Comunidade Muquem.....	72
Figura 8 - Foto da Sede da Associação Rural Baixio das Palmeiras.....	74
Figura 9 - Foto do Protesto dos Moradores do Baixio das Palmeiras, contra o CAC e demais comunidades na Expocrato 2013.....	76
Figura 101 - Foto do Intercâmbio entre comunidades promovida pela Cáritas Diocesana sobre a experiência com as sementes crioulas em maio/2016	83
Figura 11 – Foto de Matéria no Jornal do Cariri em 17 de dezembro de 2015.....	93
Figura 12 - Foto da Troca de Experiência e Formação Política entre o Fórum Popular das Águas do Cariri e o Movimento dos Atingidos por Barragens – Ano 2016	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação dos Sujeitos da Pesquisa.....	26
Tabela 2 - Síntese do perfil dos entrevistados por autodeclaração.....	27
Tabela 3 - Sujeitos da Pesquisa x Participação em Associações e demais Entidades	31
Tabela 4 - Evolução dos Conflitos pela Água no Brasil.....	60
Tabela 5 - Conflitos pela Água no Ceará	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As dimensões da sustentabilidade por Ignacy Sachs	42
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos Conflitos pela Água por Região no Brasil 2011 a 2015.....	59
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - BAIXIO DAS PALMEIRAS: UM LUGAR DE LUTA E RESISTÊNCIA	17
1.1 OS ENCANTOS DE BAIXIO	17
1.2 O ENCONTRO COM BAIXIO	22
1.2.1 Caminhos trilhados	22
1.2.2 As vozes da resistência.....	26
CAPÍTULO 02 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MOVIMENTO SOCIAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA	34
2.1 ENTENDENDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	37
2.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA RELEVÂNCIA.....	44
2.3 POLÍTICA PÚBLICA DE ÁGUAS NO CEARÁ: O CONFLITO SE REVELA	51
CAPÍTULO 03 - “O SERTÃO VAI VIRAR MAR”: E AGORA BAIXIO?.....	64
3.1 SOMOS TODOS BAIXIO DAS PALMEIRAS	67
3.1.1 Motivação inicial.....	67
3.1.2 Proposta/projeto do movimento	75
3.1.3 Organização.....	86
3.1.4 Perspectivas Atuais	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICES	104
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	104
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	105
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS ESCLARECIDO.....	107

INTRODUÇÃO

Ao iniciar esta monografia se faz necessário esclarecer ao leitor que a temática aqui proposta não foi a primeira intenção de pesquisa. Anteriormente foi elaborado outro projeto, o qual, inclusive, chegou à qualificação, porém, não pode ser levado adiante. Houve, então, a necessidade de se traçar novos caminhos. A fim de dimensionar para o leitor o processo de aprendizagem e os percalços vividos, é necessário dizer que nem tudo foram flores, mas, ao final, foi possível contribuir positivamente para o debate entre desenvolvimento sustentável e movimento social.

Inicialmente, o interesse era de contribuir tanto para o debate sobre sustentabilidade quanto para o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, meu local de trabalho. Para tanto, foi elaborada uma temática que visava estudar o Programa de Reabilitação Profissional, o qual, dentre outras perspectivas, visa a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho. O caminho foi o diálogo com SACHS (2003, 2008 e 2009) e a compreensão da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, dentre elas a dimensão social, defendida pelo autor como um dos eixos que podem estruturar o desenvolvimento sustentável através da inclusão social.

O projeto de pesquisa chegou até a qualificação e foi avaliado positivamente pela banca, no mês de abril /15. Porém, como os dados a serem pesquisados estavam de posse da União, foi necessário solicitar permissão para investigar o material, através da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011). Depois de recorrer a todas as instâncias o pedido negado. A justificativa foi de que os dados solicitados eram de caráter pessoal e que, conforme a própria lei, devem ser resguardados por um prazo de cem anos.

Envolta num clima de inconformismo e revolta, fiquei muito tempo presa a esse tema, do qual tive muita dificuldade de me desvencilhar. De fato, não foi fácil pensar em outra alternativa de pesquisa. À época, pensei: “perdi todo o trabalho de praticamente um ano”. Hoje, vejo que ganhei em alguns aspectos, principalmente no quesito aprendizado.

Destarte, para chegar a esta pesquisa ora apresentada, foi preciso, então, cumprir mais uma etapa: o desapego do objeto inicial. Essa tarefa não foi das mais fáceis, principalmente porque não compreendo e não visualizo a pesquisa pelo simples ato de pesquisar; ela tem que fazer sentido, além de trazer contribuições práticas na vida dos sujeitos que a compõem e dela participam.

No caminho, buscando encontrar outro elemento que me encantasse e que para mim fizesse sentido, objetivando traçar o elo entre teoria e prática, percurso este que decorreu por

aproximadamente seis meses, fui brindada com algumas participações e intervenções junto a Movimentos Sociais na Região do Cariri.

Desse modo, passou a permear o meu imaginário o *Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras* (MSSTBP), incluindo sua luta e seu povo. Neste momento, alguns fatos merecem ser destacados. A participação em uma reunião na comunidade Baixio das Palmeiras que, dentre outras, tinha como pauta, explicitar o papel e o trabalho do assistente social, uma vez que sou Assistente Social de formação e a comunidade dentro do seu processo de luta necessitava entender sobre esta intervenção profissional. A coordenação do Projeto de Extensão da Faculdade Leão Sampaio, intitulado “Diálogos com Movimentos Sociais: fortalecendo o elo entre o serviço social e as lutas sociais na região do Cariri”. Na ocasião, um dos grupos resolveu estudar o MSSTBP. Foi um momento de grande aprendizagem, no qual foram realizadas rodas de conversa, visitas de campo, dentre outras atividades. Essa experiência, sem dúvida, me trouxe mais para perto do tema em questão.

Coincidentemente, neste mesmo semestre, cursei, no mestrado, a Disciplina de Políticas Públicas. Tive a grata satisfação de estudar com Wiliriam Nobre, pesquisador e um dos representantes do MSSTBP, morador do Baixio das Palmeiras e mestrando. O elo entre nós foi se fortalecendo, as ideias amadurecendo, e, aos poucos, o meu novo objeto de pesquisa se desenhou.

Voltando ao ponto de partida, e a minha necessidade de encontrar aplicabilidade prática entre a pesquisa e as contribuições que dela podem reverberar, fiquei a matutar sobre como fazer isso acontecer. Desta vez, como partícipe do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da UFCA, entendi que a pesquisa poderia contribuir para perceber e compreender como a luta social e a resistência de um povo podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. A partir daí, pensei na possibilidade de aproximar o conteúdo acadêmico da vida das pessoas e, ao mesmo tempo, fazer o caminho inverso, ou seja, aproximar a academia dos conteúdos produzidos pela comunidade organizada, de modo a perceber como pensam e entendem o desenvolvimento sustentável, a partir de suas próprias ações.

Assim, pois, surgiu o novo objeto de estudo, o qual busca responder a seguinte questão: Qual a relação que pode existir entre o *Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras* e o desenvolvimento sustentável? O objetivo geral é estudar o *Movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras*, destacando sua relação com o desenvolvimento sustentável. Quanto aos objetivos específicos são: compreender a relação entre movimento social e desenvolvimento sustentável; sistematizar como o movimento social surge se desenvolve e

consolidada; e elucidar quais os valores, objetivos defendidos pelo movimento e como estes comungam com o desenvolvimento sustentável.

Por conseguinte, adotei o pressuposto de que o envolvimento dos atores sociais no MSSTBP agrega uma consciência de desenvolvimento sustentável e de pertencimento a um território; a um modo de ser e de viver, com práticas voltadas para a agricultura local, o contato direto com o verde, com as matas, a fauna e as fontes de água locais que são fundamentais, tanto para o desenvolvimento sustentável quanto para a construção e continuidade da “luta”.

O texto encontra-se dividido da seguinte forma. O primeiro capítulo apresenta os principais aspectos metodológicos utilizados na pesquisa, bem como o cenário de estudo e os sujeitos pesquisados. O intuito é fazer com que, a partir destes escritos, o leitor possa voltar seu imaginário para o Distrito *Baixio das Palmeiras*, a fim de conhecer um pouco do surgimento da localidade, destacar a exuberância e beleza do local, caracterizado por uma flora abundante e nascentes ainda preservadas e por um povo que ousa resistir e lutar pela manutenção de seu espaço e sobrevivência, fortemente ameaçados pela Obra Hídrica *Cinturão das Águas do Ceará-CAC*, o qual representa o estopim para o surgimento do movimento e problemática deste estudo.

No segundo capítulo apresentamos os conceitos de desenvolvimento sustentável, e movimento social, na busca de traçar uma relação entre estas duas categorias que estão em evidência nesta pesquisa, onde no primeiro momento trataremos do tema desenvolvimento sustentável, fazendo um breve relato do surgimento não só do termo desenvolvimento sustentável, mas de um novo paradigma uma nova perspectiva para tratar o desenvolvimento, a seguir faremos o encadeamento deste com os movimentos sociais, objetivando traçar e/ou compreender a relação necessária entre desenvolvimento sustentável e movimentos sociais que é defendido neste trabalho.

No segundo momento trataremos da Política Pública de Água no Ceará, buscando enfatizar como a água é compreendida pela legislação que rege a Política Pública de Água no Ceará e como o Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras compreende água, debate este indispensável para compreendermos tanto os motivos, quanto a sequência de ações de luta e resistência contra a obra e seus impactos na Comunidade Baixio das Palmeiras.

O terceiro capítulo apresenta os achados da pesquisa, construídos através das entrevistas semiestruturadas e da observação simples. O conteúdo apresentado visa sistematizar como o *Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras* surgiu, se

desenvolveu e consolidou, destacando suas ações e formas de organização. Além disso, busca também elucidar quais os objetivos e valores defendidos pelo movimento e como estes comungam com o *desenvolvimento sustentável*.

Por fim, o presente trabalho, apesar das dificuldades e contratemplos, traz elementos relevantes tanto para a discussão acadêmica sobre desenvolvimento sustentável e movimentos sociais quanto para a vida concreta das pessoas que foram envolvidas nesta investigação.

Fica aqui, então, o desafio para a leitura atenta de todos os elementos deste trabalho que, mais do que uma resposta às perguntas elencadas, constitui um instrumento de reflexão sobre a realidade. No mais, o desejo é que este possa ser a base para a produção de outras questões de pesquisa e que contribua sobretudo com a mudança de paradigmas quanto ao chamado *desenvolvimento sustentável*, bem como da relação deste com os movimentos sociais.

CAPÍTULO 1

BAIXIO DAS PALMEIRAS: UM LUGAR DE LUTA E RESISTÊNCIA

Este capítulo apresenta os principais aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa, bem como o cenário de estudo e os sujeitos investigados. O intuito é fazer com que, a partir destes escritos, o leitor possa voltar seu imaginário para o *Baixio das Palmeiras*, a fim de conhecer um pouco do surgimento da localidade, desde sua condição de sítio até elevar-se a Distrito. Além disso, a intenção é destacar a exuberância e beleza do local, caracterizado por uma flora e algumas nascentes ainda preservadas, e por um povo que ousa resistir e lutar pela manutenção de seu espaço e sobrevivência, fortemente ameaçados pela *Obra Cinturão das Águas do Ceará-CAC*, que deu origem ao Movimento Social *Somos todos Baixio das Palmeiras*.

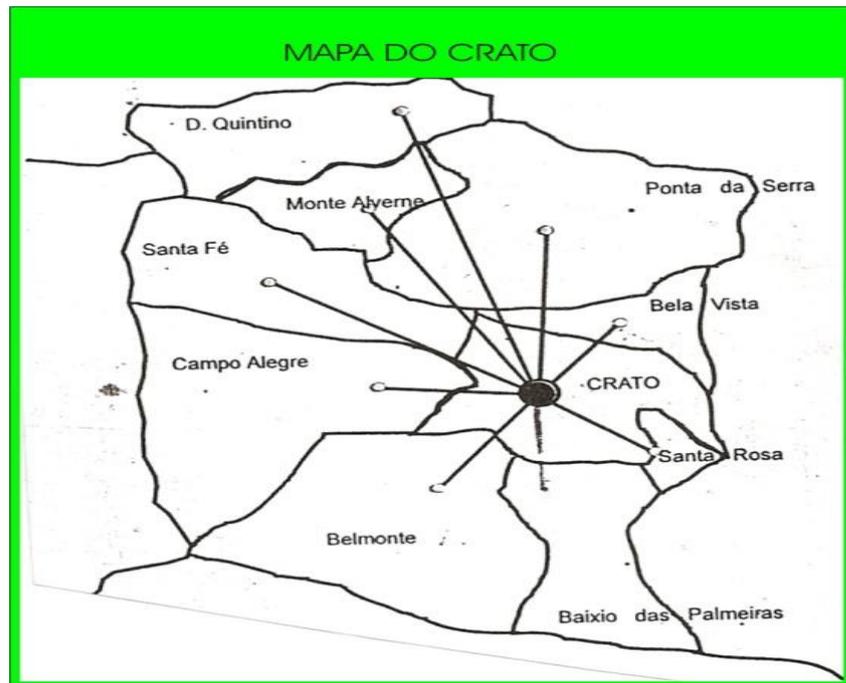
1.1 OS ENCANTOS DE BAIXIO

Localizado na Região do Cariri, no sul do Estado do Ceará, ao sopé da Chapada do Araripe, que abriga a Floresta Nacional do Araripe, unidade de conservação ambiental de fauna, flora e aquíferos, o Município de Crato possui importantes fontes de água da Bacia Sedimentar do Araripe, dentre elas a fonte Batateiras. Por tais características, e pelo fato de estar encravado no sertão nordestino, Crato recebeu o codinome de “Oásis do Sertão”.

Elevado à condição de cidade em dezessete de outubro de 1853, o município percorreu um longo caminho até apresentar a divisão administrativa atual, que conta com dez distritos, incluindo a sede, são eles: Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta da Serra, Santa Fé, Santa Rosa e Baixio das Palmeiras¹. Este último, por sua vez, abriga o cenário que compõe o presente trabalho de pesquisa.

¹ O Baixio das Palmeiras foi elevado à categoria de distrito pela lei Nº1.540, de 05 de maio de 1994.

Figura 1 - Foto do Município de Crato/Ce com seus Distritos



Fonte: Blog do Crato

Conforme Francisco Wilirian Nobre, pesquisador e morador do local, o Distrito Baixo das Palmeiras, começou a se delinear ainda no século XIX, quando as antigas propriedades adquiridas por sesmarias foram se dividindo e as propriedades dos donos de engenho se tornando sítios. Herança desse período é bastante comum, portanto, a presença de população indígena e negra no local, inclusive há achados paleontológicos que confirmam tal afirmação.

Em sua pesquisa, Nobre (2015) ressalta a diversidade da flora local, com espécies da caatinga, mata ciliar, mata úmida, mata seca, cerradão, cerrado e carrasco. Dentre as árvores nativas, destacam-se o angico branco e vermelho, babaçu, coité, ingá, jatobá, jenipapo, juazeiro, macaúba, ipê amarelo e roxo, sabiá, dentre outras, além das ervas e plantas medicinais. Quanto à fauna, tem forte presença de mamíferos, répteis, roedores e várias espécies de aves, algumas destas, inclusive, compunham a alimentação do agricultor, como a codorniz, nambu, juriti. Para complementar esse cenário, existem as nascentes de água e o Riacho do Pinga.

Inicialmente, o distrito nasceu com vocação para o cultivo da terra e, conseqüentemente, da produção agrícola, através do sistema de meia². A terra era propriedade de poucos, daí a presença de engenhos e casas de farinha como símbolos do beneficiamento

² Sistema de plantio onde a colheita é dividida entre o dono da terra e o agricultor, conforme nos explica Beija-Flor (Oitis) “ Agente planta 1, 2, 3 tarefas, nessa tarefa agente paga a meia do milho, já o feijão e a fava não paga, antigamente na época do meu avô tinha que trabalhar 2, 3, dias de graça para eles.”

da produção local. A princípio, usavam-se sementes orgânicas/crioulas, que mais tarde foram substituídas pelas sementes híbridas. Para esclarecer sobre sementes híbridas e crioulas Biaqnchini e Medaets (2013, p. 08) expõem o seguinte:

No campo das sementes, convivemos com a redução drástica da base genética ofertada no mercado, com uma nítida tendência para cultivares geneticamente modificados, e híbridos. O acesso a sementes de variedades de interesse da agroecologia e da produção orgânica está cada vez mais difícil, tendo como espaço de resistência a essa perda da biodiversidade, as casas ou bancos comunitários de sementes, aonde guardiões de sementes prestam um serviço ambiental fundamental.

Ainda a respeito das sementes crioulas, se constituem, enquanto patrimônio genético, local e regional, fruto da relação entre o homem e a terra. Aos poucos, elas foram substituídas pelas sementes geneticamente modificadas, com o discurso de que estas seriam melhores e de maior rendimento e aproveitamento na colheita.

Conforme Nobre (2015), o século XX trouxe mais novidades ao distrito, como, por exemplo, a decadência das casas de farinha e engenho. Por conseguinte, surgiram outras culturas e o uso excessivo de insumos químicos se fez presente. Essas novas práticas somadas às antigas, como as queimadas, a captura e comercialização de aves, dentre outras ações predatórias, prejudicaram e modificaram o meio ambiente local.

É necessário chamar atenção, aqui, para a *Revolução Verde*, que mudou completamente o modo de ser e de viver no campo, alterando, também, os usos e costumes locais. Brum (1988, p. 44) define esse acontecimento como:

[...] um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos, climas e resistente as doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes.

Paralelo às questões acima evidenciadas - características do avanço de práticas de produção predatórias, com fortes impactos negativos para o meio ambiente - o século XX também foi marcado pelo amplo debate sobre sustentabilidade, agroecologia em oposição à Revolução Verde, dentre outras temáticas no campo da questão ambiental, traduzidas, na

prática, em conferências, acordos, tratados e convenções envolvendo a necessidade de preservação dos recursos naturais³.

O século XX estabeleceu o regime democrático e participativo como modelo preeminente de organização política. Os conceitos de Direitos Humanos e Liberdade Política hoje são parte da retórica prevalecente. As pessoas vivem em média mais tempo que no passado. [...]. Entretanto, vivemos igualmente um mundo de privação [...] ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social (SEM, 2015, p. 9).

Com a chegada do XXI, porém imbuído do espírito do século anterior, o distrito redescobriu a agricultura camponesa de seus ancestrais com o cultivo através de sementes crioulas, ainda que em pequena escala. A produção em horta coletiva e orgânica nos quintais, a manutenção de uma casa de sementes, a preservação das matas e, conseqüentemente, das nascentes das águas, igualmente foram incorporados à cultura dos habitantes de Baixio.

Conforme a Articulação Semiárido Brasileiro (2014), os quintais produtivos e os bancos de sementes são tecnologias sociais de convivência com o semiárido que consistem em práticas de garantia da segurança alimentar e nutricional das comunidades, bem como preserva sua autonomia, soberania e relação com a terra.

Os quintais produtivos localizam-se no quintal e/ou nos arredores das casas e se constituem como prática de cultivo sem o uso de agrotóxico, valorizando as tradicionais formas de cultivo. Essa atividade agrega valor ao conhecimento e saber local, além de preservar a biodiversidade.

Resultados dessa produção, as sementes crioulas e/ou sementes de resistência, são depositadas na casa de semente, onde ficam guardadas até serem distribuídas. Essas sementes garantem o plantio a cada ano para a comunidade. Assim, pois, é resguardado o patrimônio genético das sementes nativas que enaltecem o local e a relação do homem com a terra.

Atualmente, na saída da Rodovia CE 386, adentrando à esquerda, em estrada de calçamento, no sentido Crato/Barbalha, na placa indicativa Baixio das Palmeiras, a estrada nos leva às localidades do distrito de Baixio das Palmeiras, ainda é possível perceber uma flora exuberante e a presença do canto dos pássaros, além de um clima ameno característico da chapada. Este foi o palco deste estudo, complementado pela excelente acolhida da comunidade; momento único à sombra de grandes árvores e na companhia de crianças

³ No capítulo seguinte, serão tratados mais amiúde estes debates que introduziram novos conceitos e formas de relacionamento com o meio ambiente.

brincando com flores e formigas, cenário que por si só já diz muito do jeito de ser e viver desta população.

Apesar da chegada dos tempos modernos, no Baixio das Palmeiras ainda permanecem os usos e costumes próprios das comunidades que ali residem. Tem-se a possibilidade de ver, por exemplo, crianças brincando livremente; adultos conversando em seus terreiros; a busca constante pelo trabalho coletivo; reuniões coletivas rememorando as práticas dos mais velhos, que se ajuntam para debulhar feijão e contar seus causos.

O distrito é formado por doze comunidades, entretanto, somente quatro fazem parte desta pesquisa, sendo elas: Oitis, Baixio das Palmeiras, Chapada do Muquem e Chapada do Baixio. A escolha teve como critério as comunidades diretamente afetadas pela obra *Cinturão das Águas do Ceará – CAC*, que trouxe grande preocupação ao distrito e que marcou o início de sua luta e resistência através do Movimento Social *Somos Todos Baixio das Palmeiras*.

Conforme Nobre (2015), essas são áreas de importante produção agrícola para a região e têm uma excelente localização, pois ficam entre as principais cidades do Cariri - Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. A partir da sede do distrito, é possível se locomover fácil e rapidamente, por meio das estradas vicinais, para as referidas cidades.

Quanto à organização do espaço local na sede do distrito, as residências estão preferencialmente à direita, enquanto à esquerda ficam o vale e o espaço de cultivo, conforme exposto na foto abaixo.

Figura 2 - Foto da vista do Distrito Baixio das Palmeiras



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador Wlirian Nobre

1.2 O ENCONTRO COM BAIXIO

1.2.1 Caminhos trilhados

Para ter acesso ao Baixio das Palmeiras e suas riquezas, foi necessário um estudo exploratório descritivo documental, com alicerce na abordagem qualitativa. O método de pesquisa adotado foi o crítico dialético, haja vista que as suas características permitem compreender o objeto em estudo na sua essência, levando em consideração a realidade social no qual está inserido.

O estudo exploratório caracteriza-se pela proposição do conhecimento de novos objetos, buscando a descoberta de ideias que sejam úteis, críticas e norteadoras de novas atitudes e pesquisas. Conforme Gil (2009), a pesquisa de natureza exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, tendo em vista torná-lo mais explícito e compreensível, com o objetivo de aprimorar as ideias acerca da realidade a ser pesquisada, em seus mais variados aspectos, sejam eles econômicos, sociais, políticos e/ou culturais.

Ainda conforme o autor, pode-se afirmar que as pesquisas descritivas exploratórias são utilizadas por pesquisadores sociais que estão preocupados com a atuação prática. Sendo assim, deve-se destacar que uma das motivações deste estudo é contribuir com o Movimento Social *Somos Todos Baixio das Palmeiras*, no sentido de descrever e documentar todo o processo de seu surgimento e consolidação. Outro motivo é entender qual a correlação das ações dos membros da comunidade Baixio das Palmeiras com o desenvolvimento sustentável, buscando, através do estudo científico, enaltecer a luta, resistência e organização local, bem como fortalecê-los.

Pelas características acima descritas, a opção pela abordagem qualitativa, torna-se obrigatória e decorre da interconexão com o contexto social. De acordo com Lima e Miotto (2007), o objeto no estudo qualitativo possui as seguintes especificidades: a) historicidade; b) identidade com o pesquisador; c) é intrínseco e extrinsecamente ideológico.

Destarte, é possível dizer que o objeto, na perspectiva qualitativa, é estudado dentro de um contexto sócio histórico, o qual lhe dá vida e sentido, permitindo que o investigador interaja com ele de modo intencional, descartando a neutralidade científica. Minayo (1994, p. 21) coloca, ainda, que esse tipo de investigação “veicula interesses e visões de mundo historicamente construído e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigente”.

A pesquisa aqui realizada envolve, portanto, levantamento bibliográfico, com ênfase aqui para os autores que norteiam o estudo sobre *desenvolvimento sustentável e movimentos sociais*, temáticas desenvolvidas. Dedicados ao entendimento da primeira, merecem destaque Chacon (2007), Sachs (2008, 2009), Veiga (2005), Furtado (2004) e Scotto, Carvalho, Guimarães (2011). Já para a discussão a respeito dos movimentos sociais, devem ser citados Gohn (2011, 2012 e 2013), Scherer-Waren (2005), Castells (2013), Favero (2005), e Loureiro (2003), sem dispensar a leitura de outros teóricos que tratam da mesma temática.

Cumprida a fase de apropriação teórica e aprofundamento das temáticas, partiu-se, então, para a reflexão e olhar atento sobre os dados coletados. Segundo Bardin (1977, p. 42):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

A mesma autora esclarece ainda que a técnica de análise de conteúdo é composta por três etapas, quais sejam: pré-análise; exploração do material; e o tratamento dos resultados e interpretação. Na pré-análise organiza-se o material a ser analisado. A seguir, os dados são codificados a partir da unidade de registro e, por fim, se faz a categorização e a interpretação destes.

Cumpra salientar que a escolha por este tipo de técnica de análise foi decorrente de fatores objetivos de viabilidade prática, e da necessidade de tornar a pesquisa exequível dentro do limite de tempo disponível, que independem da vontade da pesquisadora, que nos remetem aos elementos anteriormente salientados na introdução.

Segundo Gil (2007), o momento em que o pesquisador entra em contato com os fatos que ocorrem de maneira espontânea consiste na observação simples, a qual oferece algumas vantagens, a saber:

Possibilita a obtenção de elementos para a definição de problemas de pesquisa, favorece a construção de hipóteses acerca do problema pesquisado, facilita a obtenção de dados sem produzir querelas ou suspeitas nos membros das comunidades, grupos ou instituições que estão sendo estudadas (GIL, 2007, p. 111 e 112).

A observação simples do local e sujeitos da pesquisa em foco foi realizada tanto em visitas à comunidade, quanto por meio da participação nas reuniões do Fórum Popular das

Águas do Cariri⁴, que conta com o engajamento de membros do Movimento Social *Somos Todos Baixo das Palmeiras*. Esses momentos foram de suma importância para uma maior aproximação com o tema ora em estudo, bem como para a definição dos sujeitos da pesquisa, elaboração de hipóteses e definição de técnica de coleta de dados.

Ainda de acordo com Gil (2007, p. 43), em estudos dessa natureza é essencial a “descrição das características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações variadas”. Para tanto, além da observação simples, foi utilizada a entrevista semiestruturada.

Cabe acrescentar que, neste processo de observação, em especial durante as visitas - que aconteceram quando da realização das entrevistas -, houve o convite da comunidade para a participação de seus momentos de festa e/ou reuniões/encontros/atividades, momentos em que foram apresentados documentos importantes da comunidade: atas de reuniões, convites para debates e audiências públicas, cartas políticas. Tais documentos foram base para a descrição e análise das ações/atividades desenvolvidas pelo Movimento Social, complementando as informações obtidas através das entrevistas.

Conforme Minayo (2007), o roteiro da entrevista semiestruturada deve se desdobrar em tópicos que contemplem a abrangência das informações esperadas, permitindo que o entrevistado emita sua visão sobre o tema em estudo, sendo que cada tópico deve fazer parte do delineamento do objeto. Posto isso, as questões desse instrumento investigativo foram elaboradas com base nos objetivos propostos, os quais foram agrupados em quatro eixos, abaixo especificados.

Eixo 01: *Motivação Inicial* - dedicado a compreender como, por quê e quando surgiu o Movimento Social *Somos Todos Baixo das Palmeiras*, bem como quais foram os sujeitos envolvidos nesse momento;

Eixo 02: *Proposta/projeto do Movimento* - busca elucidar quais os objetivos e valores defendidos pelos moradores da comunidade, assim como perceber o que se entende por sustentabilidade e como essa temática está presente nas ações/atividades do Movimento;

⁴ O Fórum Popular das Águas do Cariri começou sua articulação em novembro/2015, e a pesquisadora esteve presente em todas as suas reuniões desde então.

Eixo 03: Organização - ocupa-se em entender como a comunidade se envolve no movimento, como as ações são definidas, além de verificar quais as principais fragilidades encontradas pelo Movimento;

Eixo 04: Perspectivas atuais - trata de salientar as principais conquistas, e perceber qual a perspectiva de futuro para o Movimento.

Desta forma, entende-se que a entrevista semiestruturada permite a construção de um processo de pesquisa mais flexível, tanto para o pesquisador, que pode fazer novas intervenções a partir das questões trazidas pelo entrevistado, quanto para o próprio entrevistado, que se sentirá mais livre para falar sobre o tema em questão, de modo a enriquecer a pesquisa.

Para o caso deste estudo, as entrevistas foram realizadas com data, hora e local agendados com os entrevistados. Os encontros ocorreram nos meses de abril e maio do ano de 2016 e os entrevistados foram inicialmente informados do tema da pesquisa, seu teor e objetivo, bem como lhes foi apresentado previamente o roteiro, para que seguisse com posterior assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

É importante dizer que quatro das entrevistas foram feitas nas próprias comunidades enquanto as outras duas nas entidades nas quais os sujeitos fazem parte. Deve-se destacar também que as falas foram gravadas e, em seguida, transcritas, para posterior análise. As falas foram transcritas tal e qual foram produzidas, no intuito de manter a característica própria dos informantes.

A execução do trabalho conforme descrição acima teve como referência as recomendações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que, em seu item III, especifica os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, dentre os quais priorizam-se aqui dois deles, a saber:

- I. Ao(a) participante pesquisado(a), individual ou coletivamente, de caráter voluntário, vedada qualquer forma de remuneração;
- II. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa.

Deve-se ressaltar que os possíveis riscos aos quais os sujeitos podem estar expostos ao consentirem em participar do presente estudo foram considerados mínimos, conforme afere a Resolução do CNS 466/12, item V:

Estudos que empregam técnicas e métodos retrospectivos de pesquisa e aqueles em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam no estudo, entre os quais se consideram: questionários, entrevistas, revisão de prontuários clínicos e outros, nos quais não se identifique nem seja invasivo à intimidade do indivíduo.

1.2.2 As vozes da resistência

Foram entrevistados seis moradores das comunidades em tela, 3 (três) de Baixio das Palmeiras e 1 (um) de cada uma das seguintes comunidades: Oitis, Baixio do Muquem e Chapada do Baixio. Os critérios para a escolha dos sujeitos foram: participação no Movimento Social *Somos Todos Baixio das Palmeiras*, em grupos de organização comunitária local e no Fórum Popular das Águas do Cariri, que é composto por membros da sociedade civil, entidades diversas, movimentos sociais, professores de universidades locais, coletivos e comunidades atingidas pelos impactos do *Cinturão das Águas do Ceará-CAC*. Cumpre salientar que, no decorrer do trabalho, será tratado com mais propriedade e detalhes o referido Fórum.

Com base na pesquisa realizada por Nobre (2015), segue abaixo um quadro indicativo dos participantes da entrevista, identificados por seus respectivos codinomes, bem como a comunidade a que pertencem.

Tabela 1 - Identificação dos Sujeitos da Pesquisa

COMUNIDADE	ENTREVISTADO
Baixio das Palmeiras	Tetéo Papo de Fogo Alma de Gato
Baixio do Múquem	João de Barro
Chapada do Baixio	Sanhaço
Oitis	Beija-Flor

Fonte: Elaborado pela autora com base em Nobre (2015).

A omissão dos verdadeiros nomes dos entrevistados tem como objetivo preservar a identidade de cada um, além de respeitar o que versa o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndices B e C).

No que diz respeito ao perfil dos sujeitos entrevistados, possuem idade, escolaridade, gênero e atividade profissional diferentes, como se pode observar no quadro abaixo.

Tabela 2 - Síntese do perfil dos entrevistados por autodeclaração.

SUJEITOS	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO
Alma de Gato	39	Masculino	Superior Completo Curso Geografia Mestrando PRODER ⁵	Professor, porém também me identifiquei como agricultor, tendo em vista a minha relação com a terra, trabalhei muito na juventude com meu pai e ainda hoje mantenho meu quintal produtivo
Papo de Fogo	72	Masculino	Ensino fundamental incompleto	Agricultor desde a infância, faz parte da gestão da Associação Rural Baixo das Palmeiras. Atualmente Aposentado por Idade.
Sanhaço	49	Masculino	Ensino fundamental incompleto	Agricultor desde a infância, responsável pela manutenção da Casa de Sementes e pelo fomento de intercâmbio com outras comunidades que cultivam as sementes crioulas.
Teteu	35	Masculino	Superior completo Curso de Geografia	Agricultor, deixou a atividade rural ainda muito jovem devido a problemas de saúde. Participa

⁵ Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri

				das atividades STTR. Atualmente aposentado por invalidez.
Beija-Flor	32	Feminino	Ensino médio completo	Agricultora, moradora da Comunidade Oitis, implementa o Quintal Produtivo em sua residência. Faz parte do Grupo Nós Mulheres.
João de Barro	58	Masculino	Ensino fundamental incompleto	Agricultor, desde a infância e incentivador da revitalização das Casas de Farinha.

Fonte: Elaborado pela autora com base na fala dos entrevistados.

É preciso salientar a presença de apenas uma pessoa do sexo feminino pertencente da comunidade Oitis que participa ativamente da luta travada pelo Movimento Social *Somos Todos Baixio das Palmeiras*. Outras lideranças femininas foram identificadas, porém com atuação mais voltada para o Grupo Nós Mulheres, que debatem temas de uma forma geral e organiza festas e comemorações sociais. Esse fator denota menor participação das mulheres no movimento, o que enseja em si um debate sobre gênero, participação política feminina e desenvolvimento sustentável, que não é foco deste trabalho.

No geral, o grupo investigado é jovem, composto em sua grande maioria por pessoas entre 30 a 50 anos de idade, com baixa escolaridade, excetuando-se a presença de dois componentes que têm ensino superior completo, com destaque para Alma de Gato, que tem, inclusive, um livro publicado, sendo também pesquisador local.

Outra característica importante é que, apesar de se inscrever no grupo pessoas com atuação em outra atividade que não a agricultura, estas possuem forte ligação com a terra e o trabalho, desde a juventude, junto ao pai na agricultura. Desse modo, não descaracterizam o vínculo com a terra e a definição de agricultor apresentada pelo dicionário *on line* da língua portuguesa: agricultor é quem se dedica à lavoura, à agricultura ou trabalha no cultivo da terra.

Dito isto, é mister ressaltar duas características que aproximam todos os entrevistados. A primeira é o fato de terem “nascido e se criado” no mesmo Distrito e manterem ligação

com seus ancestrais, ou seja, com as pessoas que deram origem ao distrito, bem como seu modo de ser e de viver. A outra característica é a participação nas entidades que representam não só o Distrito Baixio das Palmeiras, mas a categoria dos agricultores de uma maneira geral.

Como forma de contar e recontar o processo de formação e organização local, seguem abaixo relatos que revelam a história da chegada dos antepassados dos entrevistados, os quais trazem uma marca em comum muito forte: o “apego” e o “bem-querer” ao Distrito *Baixio das Palmeiras*, a sua organização territorial e espacial, o amor pela terra e por tudo que fora construído pelos primeiros que chegaram ao local.

Eu nasci aqui, tenho 72 anos que moro nesta casinha. Meu avô paterno e minha avó paterna são de Pernambuco, Caririzinho, e o materno desse outro lado depois de Mauriti. Eles chegaram aqui em 1914, essa fazenda era do Coronel Antônio Luiz. Meu avô veio pra aqui convidado por ele, para toma de conta do terreno. E antes de vir foi falar com Padre Cícero e ele autorizo, disse que vinhesse, que ia se dar bem, eles tinha até terra na Região do Pajeú, mas mesmo assim já tinha saído de lá por conflito. Padre Cícero disse que vinhesse e ficasse que aqui não tinha problema. E aqui ficamos até a terceira geração que já sou eu né. E a gente chegou aqui e logo depois com a luta do Movimento Sindical que eu fui diretor de sindicato (presidente) e consegui arranjar moradia pra esse pessoal todim, aqui venderam os terreno mas fomos indenizados com o pedaço de terra que estamos aqui. Quem veio pra aqui foram nossos avós, nós já somos descendentes né (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Há 49 anos nasci e me criei aqui, minha família veio pra cá em 1914, vinda do Pajeú, e meu avô veio de Palmeira dos Índios (por parte de pai), meu avô por parte de mãe veio de Bonito de Santa Fé na Paraíba, aí dessa mistura, aí nós vive aqui pudemos dizer desde 1914, foi daí que surgiu a nova geração que somos nós (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO).

Minha avó, se tivesse viva, agora em julho ia fazer 101 anos e ela nasceu aqui, minha mãe, tia, nasceu e cresceu, nunca saímos e ainda estamos aqui (BEIJA-FLOR – OITIS).

Foi criada a partir da agricultura familiar, que vem de nossos antepassados, nossos avós, das casas de farinha que gerava muito emprego. Na época tinha cerca de 08 a 10 casas de farinha, e hoje queremos revitalizar uma que tem, para não perder a essência da cultura da comunidade (JOÃO DE BARRO – BAIXIO DO MUQUEM).

Por tratarem de questões tão simples e ao mesmo tempo tão complexas, que marcaram o momento das entrevistas e que envolvem pesquisador e pesquisado, transportando aos tempos idos da chegada dos antepassados e povoamento local, essas falas se tornam essenciais para a compreensão do “bem-querer” pelo espaço local.

A primeira delas, proferida por Alma de Gato, aconteceu no alpendre da casa do participante. Durante a conversa, vez ou outra, seu filho, de aproximadamente quatro anos de idade, interrompia e vinha, orgulhoso, mostrar ao pai mais uma flor, mais um tipo de bichinho, uma formiga em uma folha, enquanto sua esposa descia para uma parte mais baixa do terreno a fim de colher hortaliças e legumes para fazer o almoço.

A segunda entrevista foi desenvolvida com Papo de Fogo e demonstra claramente essa afetividade espacial, inclusive sobre os auspícios de Padre Cícero, Santo de grande devoção local. Na chegada ao local do encontro logo se viu um senhor sentado em uma cadeira de plástico branca, embaixo da sombra de grandes mangueiras, na companhia de seu radinho de pilhas. Atrás dele estava sua casa, em cujos arredores estão as casas de seus filhos, já casados, e demais parentes. No local, há espaços para sentar, como bancos feitos das galhas e raízes das árvores, onde foram realizadas esta e a terceira entrevista.

A quarta entrevista, por sua vez, foi realizada na casa de Beija Flor. No momento da conversa, ele mostrou, com orgulho, a casa recém construída de tijolo, antes de taipa. Essa foi mais uma conquista sua, a única casa de tijolo do Sítio dos Oitis, posto que o dono da terra só permite a construção de casas de taipa. Além disso, mostrou com entusiasmo o quintal, cheio de árvores frutíferas, hortaliças, legumes e uma cacimba.

Por fim, a quinta e sexta entrevistas foram feitas, respectivamente, no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato - STTR e na Federação das Entidades do Crato - FEC. Nesse caso, foram as únicas realizadas fora do espaço local dos sujeitos, porém, em cada momento, os entrevistados estavam a desenvolver suas atividades políticas junto as suas entidades de representação.

Estas são algumas das riquezas do trabalho de campo, que ora se busca descrever. As falas e descrições aqui postas se aproximam do que defende Sachs (2008), quando trata da *sustentabilidade social*. Ele afirma que esta vem primeiro, devido à possibilidade de haver uma catástrofe social antes mesmo de uma ambiental. A catástrofe ambiental comunga com a sustentabilidade ambiental, onde se destaca a necessidade do respeito aos ecossistemas naturais. Por fim, tem-se a sustentabilidade territorial, que trata da configuração do espaço urbano e rural de forma mais equilibrada, prevendo a conservação da biodiversidade local.

As dimensões mencionadas se interconectam e estão presentes de forma direta e indireta na fala de todos os entrevistados, reforçando a ideia de pertencimento local e de desenvolvimento endógeno com respeito à cultura e ao espaço local. Acredita-se que essa teoria se transmuta em sentimento na fala de cada um, de modo que foram impulsionados a se

organizar e lutar pela manutenção do seu espaço e pela preservação de suas matas, nascentes e fauna remanescente.

Nesse contexto, cabem também as observações de Zaoual (2006), que define o *homo situs*, isto é, o homem concreto em seu espaço vivido, em sua multiplicidade e especificidade, o homem da situação, para quem o espaço pensado deve corresponder aos espaços em que os homens acreditam que vivem.

No caso em questão, o espaço vivido e a organização política local, através das suas associações e demais entidades de representação, também se apresentam e aproximam os sujeitos. Segue, pois, uma tabela que demonstra a participação destes sujeitos nestas entidades de organização e representação local.

Tabela 3 - Sujeitos da Pesquisa x Participação em Associações e demais Entidades

SUJEITOS	ENTIDADES
Alma de Gato - Baixio das Palmeiras	- Associação Rural Baixio das Palmeiras (membro da diretoria).
Papo de Fogo - Baixio das Palmeiras	- Associação Rural Baixio das Palmeiras (membro da diretoria). - Participou do processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato e da célula do Sindicato no Distrito - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (membro).
Sanhaço - Chapada do Baixio	- Associação Rural Baixio das Palmeiras. - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (membro). - Federação das Entidades do Cariri (membro).
Teteu - Baixio das Palmeiras	- Associação dos Oitis (membro). - Associação Rural Baixio das Palmeiras (membro). - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato.
Beija-Flor - Oitis	- Associação Rural Baixio das Palmeiras. - Associação dos Oitis. - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato. - Grupo Nós Mulheres.
João de Barro Baixio do Muquem	- Associação Sagrada Família da Comunidade Baixio do Muquem. - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (membro do conselho de base). - Federação das Entidades do Cariri (membro diretor). - Conselheiro Municipal: Conselho de Saúde, de Desenvolvimento Sustentável, Segurança Alimentar.

Fonte: Elaborada pela autora, com base na fala dos entrevistados.

A ideia comum de pertencimento local respeitando o espaço de cada um, fato que os aproxima e que diz muito da forma de organização das comunidades de Baixio das Palmeiras, foi ressaltada por Papo de Fogo (Baixio das Palmeiras), quando falou do início das obras do CAC no Distrito, bem como da formação das associações locais. Assim ele disse:

A situação, nós já era organizado, tendo em vista nós participar de associação de sindicato. E aí vem a questão da história do CAC, que é a transposição do Rio São Francisco, que tem esse ramal que segue aqui Barbalha, Crato e vai em busca de Nova Olinda.

União das associação de seus membros, a Associação Rural do Baixio das Palmeiras tem representação da Chapada do Baixio, dos Oitis e do Baixio do Muquem, que congrega também Currais de Baixo e Chapada dos Calanges. E foram criadas outras associações no Monteiro, nos Oitis, no Baixio do Muquem, pra conseguir coisas e projetos pras suas comunidades. Hoje a gente ajuda eles, ajudemos a fundar a associação, foi bom porque eles deveriam andar com os pés deles, dentro dos princípios que agente ensinou.

Conforme Scherer-Warren (2005), sem sociabilidade política não existe movimento social, nem projeto coletivo em torno do qual lutar. Por esse viés, a sociabilidade é adquirida e estimulada, sobretudo pelo trabalho e participação em sindicatos combativos e em associações. Sendo assim, recebem destaque também a mediação dos agentes das Igrejas mais progressistas e, em relação ao Distrito Baixio das Palmeiras, a Cáritas Diocesana do Crato, muito presente na comunidade.

Entende-se, pois, que os espaços ocupados pelos sujeitos investigados podem ser caracterizados como espaços de sociabilidade política, pois permitiram um aprendizado, isto é, a importância da organização, da participação do negociar e do lutar, situações estas já presentes no Distrito desde a formação da primeira diretoria do então STTR no Crato, ocorrida nos anos da ditadura militar e que contou com representantes do Distrito. Cabe salientar que a Associação Rural do Baixio das Palmeiras foi a primeira no Distrito, tendo sido fundada no ano de 1985. Desse modo, no corrente ano comemora-se 31 anos de sua fundação.

Ainda quanto à sociabilidade política, Scherer- Warren (2005, p.75 e 76) assim diz:

Do lado dos camponeses, a racionalidade política vem associada ao valor simbólico atribuído a vários aspectos de seu cotidiano e de suas tradições (bens culturais, comunitários, religiosos, etc.). Todos estes elementos são partes fundamentais de seus projetos de vida, ao lado do valor atribuído a terra.

Com base no exposto, comprova-se que o Distrito Baixio das Palmeiras construiu uma história que perpassa pelo apego à sua comunidade, ao espaço local, trazendo à tona a história da chegada de seus antepassados, bem como a história da própria organização e sociabilidade política local, que, aliadas à noção de *desenvolvimento sustentável*, propiciou e/ou deu bases para a organização do Movimento Social *Somos Todos Baixio das Palmeiras*.

Por conseguinte, jugou-se necessário, nas próximas páginas, apresentar os conceitos de desenvolvimento sustentável e movimento social, a fim de estabelecer uma relação entre as duas categorias em evidência.

CAPÍTULO 02

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MOVIMENTO SOCIAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

Neste capítulo, inicialmente, tem-se um breve relato do surgimento do termo *desenvolvimento sustentável* sob o foco de um novo paradigma, de uma nova perspectiva, para, em seguida, se traçar e/ou compreender sua relação com os movimentos sociais.

Essa mudança paradigmática contextualiza a necessidade de convivência do homem com seu meio ambiente e, neste caso específico, com o semiárido. Ela engloba em si as perspectivas trazidas pelo *desenvolvimento sustentável*, que referencia um outro desenvolvimento possível, para além dos ditames econômicos, agregando a ele outros pilares, quais sejam: social, territorial, ambiental, econômico e político.

Nesse contexto, a seca - inicialmente tratada como um fenômeno climático, uma calamidade natural, como justificativa para o desenho de várias políticas públicas no Nordeste do Brasil, em sua grande maioria, não discutidas ou debatidas com as pessoas que vivenciam tal condição (CHACON, 2007) - passa a ser vista pela lente da necessidade de convivência do homem com esse fenômeno, ou seja, do homem com o seu meio ambiente.

Como já dito acima, o pano de fundo que motiva e mantém as grandes obras de transposição e integração de bacias na região em destaque é a seca, sendo esta a justificativa apresentada para vultosos investimentos.

Com cerca de 87,0% do seu território englobado pelo polígono das secas, o Estado do Ceará tem seus aspectos físicos fortemente marcados pela semiaridez, cujos efeitos se traduzem nas formas de relevo, na natureza dos solos, no regime dos cursos d'água, na fisionomia da cobertura vegetal e conseqüentemente na economia do estado. O regime climático predominante caracteriza-se por apresentar uma pluviometria média anual da ordem de 800mm, cuja repartição das chuvas dentro do ano legal apresenta-se concentrada num curto período. Vale ressaltar, que, além de baixa e mal distribuída no ano médio, a precipitação também está mal distribuída ao longo do tempo provocando a ocorrência de estiagens prolongadas (EIA-RIMA CAC, 2010, p. 09).

O entendimento dessas questões é de suma importância para se compreender as bases que fundam o Movimento Social *Somos Todos Baixo das Palmeiras* e as razões de sua existência. Conseqüentemente, mais adiante será abordada a Política Pública de Águas no

Ceará, com o intuito de enfatizar como a água é compreendida pela legislação e pelo Movimento. Ademais, serão apresentados os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre conflitos em relação à água no Brasil desde o ano de 2011.

Mais que ponto de interesse deste estudo, o destino dessas águas é uma incógnita para os moradores do Distrito Baixo das Palmeiras que, no descortinar do século XXI, conforme Nobre (2015), despertaram para a agroecologia, priorizando o saber cultural comunitário e o desenvolvimento sustentável.

Destarte, essa reflexão tem como ponto obrigatório a discussão sobre *desenvolvimento sustentável*, a partir do debate e da crítica sobre o desenvolvimento econômico, compreendido como um dos pilares da sociedade industrial. Logo, traçar a crítica a esta visão de desenvolvimento remete necessariamente aos primórdios do sistema capitalista e a seu processo de acumulação de riquezas e de distribuição desigual destas, o que gerou graves problemas sociais e ambientais.

Com a mudança do sistema feudal para o capitalista, ocorreu uma transformação radical na forma de organização da sociedade. A consolidação do capitalismo trouxe consigo uma drástica mudança nas relações produtivas e sociais, incluindo a grande evolução técnica e o uso desenfreado dos recursos naturais disponíveis, tratados, até então, como elementos infinitos. Portanto, pode-se dizer que o processo de industrialização produziu e continua a produzir uma degradação nas sociedades, tanto do ponto de vista das relações humanas - com o grande contingente populacional vivendo em situação miserável -, quanto da degradação ambiental sem precedentes.

Conforme afirma Scotto, Carvalho e Guimarães (2007, p. 16):

O desenvolvimento foi então identificado com o crescimento econômico, tecnológico, urbano e a internalização da lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social.

O que se percebe com a sociedade do capital é a exclusão de uma grande parcela populacional, que arca com as consequências maléficas da produção e do consumo desenfreados. A ideia de cidadão consumidor expande, pois, o consumo de bens e produtos, muitas vezes prejudiciais ambientalmente, além do uso descontrolado dos recursos. Estes, por sua vez, não são democraticamente disponíveis e nem gerados de forma a atender aos interesses coletivos. Assim, tanto o homem quanto a natureza tornam-se mercadorias geradoras de lucro nesse sistema que, conforme avança, gera problemas globalizados,

poluição sem fronteiras e degradação de ecossistemas, problemas que transcendem barreiras geopolíticas e interdependência dos recursos naturais disponíveis (LOUREIRO, 2006).

Desta forma, a natureza apresenta uma conta que não fecha, evidenciando que o desenvolvimento pensado sob o viés econômico, pelos ditames do sistema capitalista, depreda o meio ambiente e causa inúmeros problemas sociais que devem ser pensados em nível mundial, uma vez que, sob essa égide, a vida de forma planetária encontra-se ameaçada.

Desde o surgimento do sistema capitalista é notória uma dicotomia entre desenvolvimento e crescimento, seja na área econômica ou social. Seguem, pois, alguns indicativos para situar esse fenômeno na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Conforme Furtado (2004), com a consolidação do capitalismo não houve no Brasil uma correspondência entre desenvolvimento e crescimento. Em outras palavras, o crescimento econômico, o processo de industrialização e o desenvolvimento das tecnologias não se configuraram em melhores condições de vida para a população. O estudioso declara ainda que:

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernidade: já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 484).

Para falar sobre desenvolvimento é preciso, então, aliar os interesses econômicos aos sociais, a fim de que os bens e elementos produzidos em sociedade possam, de fato, estar a serviço da coletividade e responder a suas necessidades.

Ainda segundo Furtado (2004), essa metamorfose não acontece de forma espontânea, ou seja, ela é fruto da realização de um projeto e de uma vontade política. Deve-se acrescentar que esta vontade, ao longo da nossa história, foi muito mais impulsionada pela sociedade civil organizada, pelos movimentos sociais, pela força e organização popular, do que pelos nossos governos.

Seguindo o debate, Veiga (2005) remete ao processo de evolução da ideia de desenvolvimento na sociedade, ao afirmar que até meados dos anos 70 o desenvolvimento era sinônimo de progresso material, de crescimento econômico. Porém, com a elaboração do primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano, em 1990, o crescimento econômico

passou a ser entendido como fruto de um processo maior, uma vez que os resultados decorrentes do avanço econômico não se espriam em benefícios automaticamente. Na realidade, esses resultados refletem a necessidade de pensar sobre qual desenvolvimento se almeja, além de comprovarem que as políticas de desenvolvimento deveriam ser estruturadas por valores que não apenas os da dinâmica econômica.

Conforme Scotto, Carvalho e Guimarães (2011, p. 15), “traçar a gênese do conceito de desenvolvimento sustentável nos remete necessariamente ao debate social e ambiental que despontava nos anos 60 e 70”. Posto isso, é mister contextualizar a evolução e/ou construção deste conceito a nível internacional, a partir da década de 60, o que será feito nos próximos parágrafos.

2.1 ENTENDENDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os primeiros diálogos sobre desenvolvimento sustentável foram travados no *Clube de Roma*, organização não governamental que lançou bases a sua formação no ano de 1966, através do encontro entre Aureliano Peccei, um industrial italiano, e Alexander King, um cientista escocês. No ano de 1968, esses senhores convidaram um grupo de trinta economistas, cientistas e industriais a um encontro em Roma, para discutirem problemas globais, dentre eles meio ambiente e desenvolvimento sustentável⁶.

Um dos mais importantes documentos elaborados sobre a temática foi o Relatório Limites do Crescimento ou Relatório de Meadows, publicado em 1972. “Foi uma pesquisa global encomendada pelo Clube de Roma ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), sobre a dinâmica da expansão humana e o impacto da produção sobre os recursos naturais” (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2011, p. 21). Tal estudo, conforme Scotto, Carvalho e Guimarães (2011), apontava que, se mantido o ritmo de industrialização, a poluição e exploração dos recursos naturais cresceriam em ritmo geométrico, enquanto a capacidade de renovação destes mesmos recursos e fontes de energia seguiam em ritmo aritmético. Eles calculavam, portanto, que o limite do desenvolvimento do planeta seria atingido em 100 anos.

Aqui é necessário um parêntese, pois, passados quarenta e quatro anos do referido estudo, ainda se percebe um ritmo acelerado da degradação ambiental e humana, com destaque para a degradação ambiental, causada pelas grandes obras. Daí, convém citar a obra

⁶ Para ter acesso a mais informações ver: www.clubofrome.org

foco da pesquisa em tela, referente à gestão de Recursos Hídricos, no caso a Transposição do Rio São Francisco e, mais especificamente, a construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC, que busca interligar as onze bacias hidrográficas do estado.

O que se percebe é que, desde o início de seus debates, o conceito de desenvolvimento sustentável gera posições e proposições controversas. Apesar do seu aprimoramento, através das inúmeras conferências, discussões e construções teóricas, que inclusive norteiam o desenho das políticas públicas no Brasil - a exemplo da Política de Gestão Hídrica do Ceará -, ainda padece, quando se trata da sua aplicabilidade prática. Todavia, este é um assunto a ser tratado mais adiante.

Ainda no contexto de debates e reflexões sobre a questão do desenvolvimento sustentável, no ano de 1972, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, em Estocolmo. O evento foi precedido pelo Encontro de Founex, em 1971, implementado pelos organizadores da própria conferência que “discutiu pela primeira vez as dependências entre desenvolvimento e meio ambiente, e foi seguida por uma série de encontros e relatórios internacionais” (SACHS, 2009, p.48).

Sachs (2009) acrescenta que durante a preparação para a Conferência de Estocolmo duas posições, diametralmente opostas, foram assumidas. A primeira defendia o desenvolvimento a qualquer custo, pois, para seus idealizadores, as preocupações com o meio ambiente eram descabidas e atrasariam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização para alcançar os países desenvolvidos. Segundo seus mentores, as externalidades negativas produzidas durante este caminho poderiam ser neutralizadas posteriormente, quando os países em desenvolvimento atingissem o nível de crescimento econômico dos países desenvolvidos.

A segunda posição, de caráter mais catastrófico, seguia as considerações apontadas pelo Relatório Limites do Desenvolvimento e anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico, econômico e de consumo não fosse estagnado. Essa era a tese de desenvolvimento zero ou crescimento zero.

Conforme Sachs (2009, p. 52):

No Encontro de Founex e, mais tarde, na Conferência de Estocolmo, ambas as posições foram descartadas. Uma alternativa média emergiu entre o economissismo arrogante e o fundamentalismo ecológico. O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB.

É possível depreender, então, que o grande mérito da Conferência de Estocolmo foi não somente descartar as duas posições relacionadas, mas apresentar um novo paradigma, nomeado por Sachs (2009) como o caminho do meio, o qual trata de outro desenvolvimento endógeno, autossuficiente, orientado para as necessidades, em harmonia com a natureza. Surge, então, o conceito de *ecodesenvolvimento*, precursor de desenvolvimento sustentável, elaborado em 1973 pelo canadense Maurice Strong, que, mais tarde, teve seus princípios elaborados por Ignacy Sachs.

Assim entra definitivamente no debate econômico o desenvolvimento sustentável, oriundo das preocupações acerca do meio ambiente e dos impactos sociais e ambientais que o modelo de desenvolvimento pautado na lógica acima salientada causou. Tais discussões foram permeadas por um ciclo de conferências capitaneadas pela ONU, que traz à tona temas de relevância social, o qual foi denominado ciclo social da ONU, conforme descrevem Scotto, Carvalho e Guimarães (2011, p.20 e 21):

O chamado Ciclo Social da ONU compreende as diferentes conferências internacionais sobre temas sociais (meio ambiente, habitação, gênero, desenvolvimento social, dentre outros) promovidos pelas Nações Unidas entre os anos de 70 e 90. No campo ambiental as principais são: em 1972, em Estocolmo, a Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e em 1977 a Conferência sobre Educação Ambiental em Tbilisi (ex-URSS); e suas novas edições 20 anos depois: A Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992 (a Rio 92), e a Conferência sobre Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável em Tessalônica, em 1997.

O termo *desenvolvimento sustentável* emergiu, pois, de debates internacionais acerca das questões ambientais e sua relação com os temas sociais, especificamente da preocupação com as mudanças climáticas e a degradação dos recursos naturais.

Diante disso, a ONU, além de promover diversas conferências e estudos sobre a temática, nomeou, em 1983, a primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para presidir a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Segundo Barbosa (2008, p. 2), a essa comissão coube desenvolver um relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório de Brundtland”, o qual define desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”.

O referido conceito tem um duplo sentido de solidariedade entre as gerações atuais e as futuras gerações, bem como uma preocupação com a satisfação das necessidades desta

população. Em se tratando de necessidades, é possível entendê-las como a apropriação do conjunto de direitos humanos⁷. Isto é, para que haja desenvolvimento sustentável é preciso ter relações sociais, econômicas e políticas mais justas e equânimes, tanto na relação homem x natureza, quanto na relação homem x homem. Conforme Sachs (2008, p. 14):

Outra maneira de encarar o desenvolvimento consiste em reconceituá-lo em termos da apropriação efetiva das três gerações de direitos humanos: direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos sociais e culturais, entre eles o direito ao trabalho digno, criticamente importante, por motivos intrínsecos e instrumentais e direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

Seguindo a esteira dos debates e conferências sobre a temática *desenvolvimento sustentável* é possível se chegar à década de 90, com os preparativos para mais uma das Conferências do Ciclo Social da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, comumente conhecida como Rio-92⁸. O Brasil, mais precisamente a cidade de Rio de Janeiro, foi escolhido para sediar o encontro. Na ocasião, foram produzidos documentos. Igualmente, foram pactuados e assinados alguns acordos internacionais, quais sejam:

- Declaração do Rio, com 27 princípios sobre obrigações ambientais e direito ao desenvolvimento;
- Convenção sobre Diversidade Biológica (assinada por 154 países);
- Convenção sobre Mudança do Clima (assinada por 154 países);
- Agenda 21, um protocolo assinado por 179 países que reúne em 40 capítulos e 4 seções (socioeconômicos; conservação e gestão de recursos naturais; fortalecimento de grupos; meios de implantação) propostas de ações para os países, visando integrar no marco da sustentabilidade setores da sociedade civil, setor produtivo governamental, e os níveis locais, estaduais e nacionais (SCOTTO, CARVALHO e GUIMARÃES 2011, p. 20 e 21).

Passados cinco anos das pactuações traçadas na Rio-92, foi realizado um encontro em Kioto, no Japão, com a finalidade de elaboração do “Protocolo de Kioto”, que teve a

⁷ Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

⁸A Rio-92 iniciou um novo ciclo de conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente na esfera da ONU, o que se prolongou por toda a década de 90. Destacam-se, pois a Conferência sobre Direitos Humanos (Viena, 1993); a Conferência sobre Populações e Desenvolvimento (Cairo, 1994); a Conferência sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995); a Conferência sobre Mudança Climática (Berlim, 1995); e a Conferência sobre Assentamentos Urbanos (Istambul, 1996). Cf. (CAMARGO, 2012, p.56, apud BARBIERI, 1997). Concomitante a Rio-92, também aconteceu o Fórum de ONG’s Brasileiras, que assumiu alguns objetivos centrais de suma importância para o debate sobre desenvolvimento sustentável e a atuação das ONG’S e Movimentos Sociais neste contexto.

preocupação de limitar a emissão de gás carbônico e minimizar o chamado efeito estufa. Scotto, Carvalho e Guimarães (2011) ressaltam que os Estados Unidos, maior emissor de gás carbônico entre os países desenvolvidos, negou-se a ser signatário deste acordo.

Nos anos 2000, mais precisamente em 2002, a ONU realizou, em Joanesburgo, África do Sul, o encontro Rio+10, ou Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que reafirmou o desenvolvimento sustentável como elemento central da agenda internacional.

Conforme apresentado acima, desde a década de 60 começou a ser questionado o desenvolvimento com o seu viés meramente econômico. Esses questionamentos tiveram prioridade nas agendas internacionais, espalhando-se em compromissos, acordos e declarações que buscavam alinhar interesses sociais, econômicos e ambientais, tal como argumenta Camargo (2012, p. 75):

Em seu sentido mais amplo, a concepção de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. O objetivo seria caminhar na direção de um desenvolvimento que integre os interesses sociais, econômicos e as possibilidades e os limites que a natureza define – uma vez que o desenvolvimento não pode se manter se a base de recursos naturais se deteriora, nem a natureza ser protegida se o crescimento não levar em conta as consequências da destruição ambiental.

A assertiva acima descrita ilustra muito bem como o desenvolvimento é visto dentro da proposta aqui apresentada. Para melhor esclarecimento, entende-se, conforme explica Furtado (2004), que o crescimento só se metamorfoseia em desenvolvimento quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população. Ou seja, crescimento e desenvolvimento não são entendidos em seus aspectos eminentemente econômicos, mas sim como um complexo sistema que visa:

A formulação de parâmetros necessários para o alcance deste, o que promoveria o ataque direto à degradação ambiental e à pobreza e garantiria a distribuição equânime dos resultados da evolução do homem, proporcionando uma qualidade de vida adequada para todos, sem distinção e com respeito à diversidade cultural (CHACON, 2007, p.110).

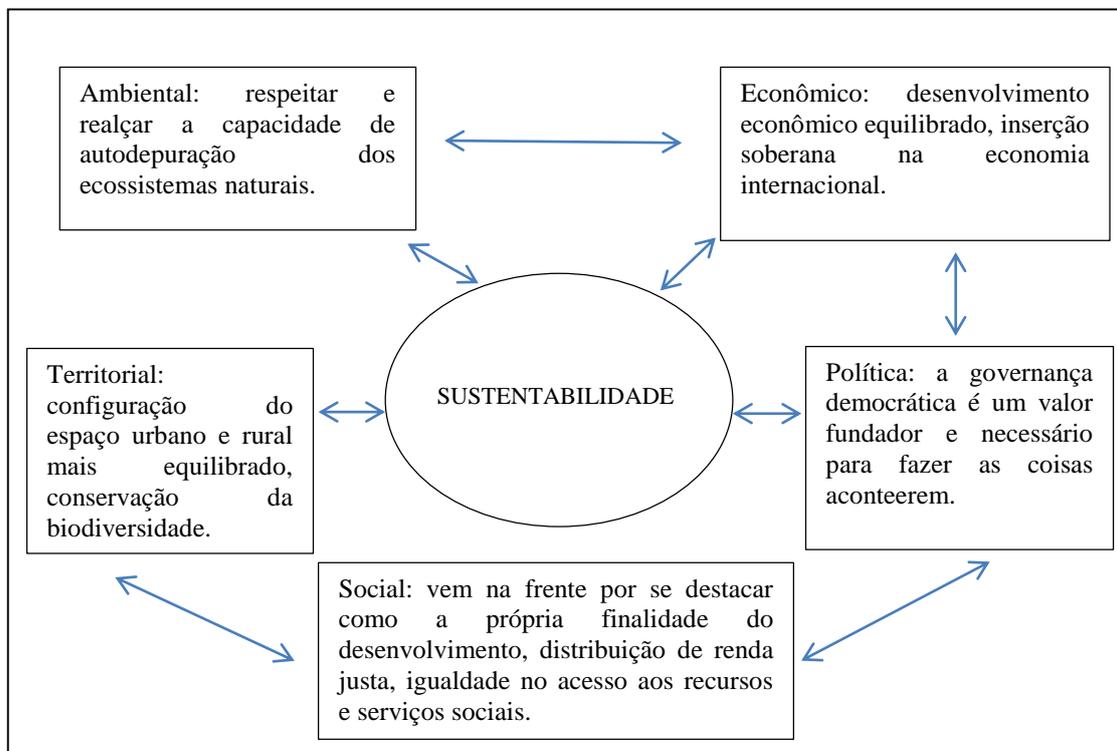
Por conseguinte, deve-se dizer que o *desenvolvimento sustentável* traz em si o imperativo da ética e da solidariedade entre os povos, a partir do qual a perspectiva de desenvolvimento encerra um novo paradigma, o qual vai além dos propósitos econômicos,

buscando equacionar a “relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica” (SACHS, 2009, p. 35). Esse outro paradigma traz em seu cerne um projeto civilizatório, com o desenvolvimento econômico subordinado à justiça social.

É nítida a divergência entre as perspectivas teóricas expostas a partir do pensamento de Scotto, Carvalho e Guimarães (2011) e a abordagem de Ignacy Sachs (2009). Os primeiros abordam a questão do desenvolvimento sustentável com um olhar crítico para as práticas decorrentes da lógica do crescimento econômico no modelo capitalista. Sachs, por sua vez, adota uma postura mais teórica e conceitual, isto é, partindo de premissas históricas, busca desenvolver e consolidar um conceito de desenvolvimento que se adeque às reais necessidades de preservação de nosso planeta, deixando, em justa medida, a perspectiva crítica já bem desenvolvida e consolidada, para, posteriormente, elaborar uma nova proposta de desenvolvimento.

Conforme Sachs (2009), o *desenvolvimento sustentável* engloba cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e político. O quadro a seguir expõe a função de cada pilar, além de suas relações entre si e com a sustentabilidade. Veja-se:

Quadro 1 - As dimensões da sustentabilidade por Ignacy Sachs



Fonte: Compilado pela autora, com base em Sachs (2008, 2009).

Quando o autor coloca que a sustentabilidade social vem antes, ou seja, constitui uma prioridade, ele dá um destaque ao processo de inclusão social. No seu entendimento, este pilar deve ser a finalidade própria do desenvolvimento, encerrando em si um corolário cultural com equilíbrio entre respeito à tradição e inovação e sustentabilidade econômica como uma necessidade, uma vez que um transtorno econômico traz consigo o transtorno social que, por sua vez, impacta na sustentabilidade ambiental, na sustentabilidade política, no processo de conciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade, na manutenção da paz mundial e estabelecimento de um sistema de administração do patrimônio comum da humanidade, e na sustentabilidade ambiental como uma decorrência (Sachs 2008, 2009).

Conforme se observa, os pilares acima descritos conversam entre si e são interdependentes, posto que não é possível manter e preservar os ecossistemas sem pensar no desenvolvimento social e humano, bem como pensar em que tipo de desenvolvimento econômico se almeja e que rumos a política destina para este modelo de desenvolvimento, com enfoque ético, atendendo às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações também atenderem às suas próprias necessidades.

Ao longo do refinamento e aprimoramento do que se pensa acerca do desenvolvimento sustentável, de como é compreendido e apreendido entre as diversas nações do mundo, muitas críticas foram feitas, dentre elas a de que é um conceito controverso, que em seu cerne não questiona o sistema produtivo dominante como o principal causador dos desastres sociais e ambientais.

Destaca-se, portanto, uma ressalva feita pelo Fórum das ONGS (1992, p.12):

Relativizadas a abrangência e a capacidade de transformação social do conceito de desenvolvimento sustentável proposto com base no Relatório de Brundlant, é possível vê-lo como um conjunto de dispositivos econômicos. Estes devem ser avaliados caso a caso, à luz de objetivos políticos, de parâmetros democráticos e, por que não da utopia de novas maneiras de viver? Explicitadas as posições, a discussão sobre alternativas e desenvolvimento e critérios de sustentabilidade pode se tornar um campo importante de luta e correlação de forças na construção de um projeto de sociedade democraticamente sustentável.

Apresentada tal consideração, é necessário explicitar alguns questionamentos que estruturam esta pesquisa: Existe relação entre *desenvolvimento sustentável* e movimento social? De que forma os movimentos sociais, através da sua organização e suas ações, põem em prática a ideia do *desenvolvimento sustentável*?

Em busca de respostas para o primeiro questionamento, retoma-se o pensamento de Sachs, quando diz que o *desenvolvimento sustentável* traz em si o imperativo da ética e da solidariedade entre os povos, onde a perspectiva de desenvolvimento encerra um novo paradigma que vai além dos propósitos econômicos que buscam equacionar a “relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica” (Sachs, 2009, p.35). Esse outro paradigma mencionado pelo autor traz em seu cerne um projeto civilizatório, com o *desenvolvimento econômico* subordinado à justiça social.

É preciso frisar aqui o uso do termo *desenvolvimento econômico* subordinado à justiça social, o que remete a entendê-lo como objeto de disputa, salientado, inclusive, no processo de construção do entendimento, diga-se, do próprio conceito de *desenvolvimento sustentável*. E sendo um elemento de disputa, quais são, então, os elementos nele envolvidos?

Parte-se do pressuposto que a ideia de desenvolvimento emergiu do campo das tensões que forjou a modernidade, onde se opõem Estado e a sociedade civil, regulação social e emancipação social e globalização e localização, supõe-se também que a questão de desenvolvimento é objeto de uma disputa entre ***Estado, mercado e a comunidade*** (FAVERO, 2005, p. 01. Grifos da autora).

Partindo desta tríade, Estado, Mercado e a Comunidade, são tensionadas as pautas que envolvem o movimento ora em questão, onde o Estado aqui é representado pelas leis e normas, bem como pelos órgãos responsáveis por aplica-las, e o mercado e a comunidade enquanto instâncias que tencionam o Estado, cada um a seu modo e usando de estratégias próprias buscam neste caso apresentar seus elementos para o uso (apropriação) da água de um lado, e defesa do seu uso com abordagem mais coletiva e com posicionamento voltado aos interesses comunitários de outro.

2.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA RELEVÂNCIA

Conforme o *desenvolvimento* ganha o adjetivo *sustentável*, e com ele o imperativo de uma nova dinâmica - não apenas voltada para os apelos econômicos, mas que traz outras dimensões (social, ambiental e econômica) -, os movimentos sociais tornam-se elementos de significância para o alcance dessa sustentabilidade que equaciona a lógica da justiça social.

Seguindo essa lógica, a comunidade é entendida “como mola propulsora à sociedade civil que, através de sua mobilização, gera movimentos sociais” (FAVERO, 2005, p. 21). Mas, afinal, o que são movimentos sociais? Gonh (2011, p. 13-14), os conceitua como:

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc), até as pressões indiretas [...] representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social.

A partir desse conceito, chama-se a atenção para o Movimento Social em estudo, denominado *Somos Todos Baixio das Palmeiras*, o qual teve origem no Distrito Baixio das Palmeiras, com a participação dos membros da Associação Rural do Baixio das Palmeiras. É composto por representantes das diversas comunidades do Distrito e, em especial, por aquelas diretamente atingidas pelo Cinturão das Águas do Ceará - CAC. A resistência à execução dessa obra foi, portanto, o estopim para a organização do movimento, conforme se explica no capítulo subsequente.

Representado aqui como grande executor da Política Pública de Recursos Hídricos do Ceará, conseqüentemente como o lado oposto dos sujeitos que disputam (FAVERO, 2005) as águas, o Estado sustenta sua legislação⁹ em consonância com a nacional. Destaca-se, então, alguns elementos contidos no Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Ceará, organizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos:

O atual governo do Estado continua com a correta política de gestão de oferta, construindo a infraestrutura necessária ao armazenamento e à transferência de água: Eixão das Águas e Cinturão das Águas do Ceará. Estas ações constituem parte da solução para a crise da água do Ceará (PLANO ESTRATÉGICO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ, 2009, p. 20).

É importante ressaltar que, um ano antes da publicação do plano, foi realizado um diagnóstico intitulado *Cenário Atual dos Recursos Hídricos do Ceará* (2008, p. 55), o qual afirma que “a segurança hídrica pode ser assegurada, indicando as principais obras de infraestrutura e transferência hídrica do Estado”.

⁹ A política estadual das águas baseia-se na Lei Estadual de Recursos Hídricos, datada de 1992 e alterada pela Lei Nº 14.894, de 28 de dezembro de 2010, que institui o Sistema Integrado de Recursos Hídricos e apresenta, em seu Capítulo V, os instrumentos da referida política, sendo eles: **I** - a outorga de direito de uso de recursos hídricos e de execução de obras e/ou serviços de interferência hídrica; **II** - a cobrança pelo uso dos recursos hídricos; **III** - os planos de recursos hídricos; **IV** - o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNERH; **V** - o Sistema de Informações de Recursos Hídricos; **VI** - o enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes; **VII** - a fiscalização de recursos hídricos.

Que a política hídrica estadual está pautada na transferência de águas através de obras de infraestrutura colocadas como importantes e indispensáveis para a segurança hídrica estadual está muito claro. Sendo assim, a grande questão é: a quem essa água é destinada? Ou ainda, essa segurança hídrica é destinada a quem?

Conforme estabelecido no projeto Cinturão das Águas, o Trecho 01 – Jati/Carius, que margeará a Chapada do Araripe, afetará oito municípios: Jati, Porteiras, Brejo Santo, Abaiara, Missão Velha, Barbalha, Crato e Nova Olinda, o que totaliza, aproximadamente, 145,3 km. Ao todo, o cinturão terá 1.300 Km de extensão e se interligará, através de seus trechos e ramais, a outra grande obra hídrica, o Eixão das Águas do Ceará, que faz integração entre as bacias hidrográficas do Jaguaribe e Região Metropolitana de Fortaleza, conduzindo as águas para o Açude Gavião, responsável pelo abastecimento de água da região metropolitana de Fortaleza, e para o complexo industrial do porto do Pecém¹⁰.

A descrição do percurso da obra permite dizer previamente que o destino dessa água é a Região Metropolitana de Fortaleza e o Porto do Pecém. Entretanto, o Estudo de Impactos Ambientais sobre o CAC, assegura que a obra tem como objetivo geral garantir a oferta de água em todas as macro-bacias hidrográficas do Estado, e visa:

- Aproveitar de forma maximizada as águas transpostas do rio São Francisco para o Estado do Ceará, através da implantação de um sistema adutor que permita a sua adução integralmente gravitária para as regiões menos favorecidas do território estadual, garantindo seu suprimento hídrico a custos reduzidos;
- Garantir o suprimento hídrico de uma parcela representativa das populações difusas do meio rural e dos pequenos aglomerados urbanos, que atualmente são abastecidos com carros-pipas ou fazem uso de fontes hídricas de qualidade duvidosa, através da implantação de adutoras gravitárias de baixíssimo custo, que poderão desaguar em cisternas posicionadas estrategicamente e/ou fazer uma distribuição em marcha;
- Garantir o suprimento hídrico de parcela significativa das cidades interioranas de pequeno a médio porte e de algumas cidades grandes, que frequentemente enfrentam problemas de escassez acentuada de recursos hídricos devido à ausência de mananciais que garantam a oferta e possibilitem a viabilidade técnico-econômica de implantação de sistemas de adução;
- Permitir, eventualmente, a liberação de vazões para trechos de cursos d'água que não contam com capacidade de regularização, devido à impossibilidade física de implantação de reservatórios de suficiente dimensão geométrica e potencial hídrico;

¹⁰ Esses dados estão disponíveis na página do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em:< <http://www.pac.gov.br/mochilao/eixao-das-aguas-ce>>.

- Contribuir para a melhor eficiência hídrica de grandes reservatórios de perenização, através da adoção de regras de operação que otimizem a sinergia hídrica;
- Fornecer oferta hídrica para projetos de irrigação, em especial os com produção centrada no cultivo de frutíferas e outras culturas perenes, durante os períodos de estiagens prolongadas; e
- Por fim, promover o desenvolvimento do turismo na região litorânea a oeste de Fortaleza através da garantia de suprimento hídrico decorrente da implantação de uma grande estrutura de adução praticamente paralela à linha da costa (EIA-RIMA, 2010, p. 10)

Algo que se pode perceber muito facilmente nessa discussão é a associação entre os elementos Estado e Mercado. Posto isso, traz-se à tona a seguinte fala de Favero (2005, p.04):

Esses conjuntos de tensões se concentram no eixo que liga o Estado ao mercado, pendendo ora para um dos pólos, ora para outro. Nesse sentido, enquanto a comunidade foi tratada como agente passivo ou como esfera beneficiária do desenvolvimento, o Estado e o mercado revezaram-se no controle quase absoluto do conjunto da realidade e das dinâmicas.

De maneira muito consciente, um dos entrevistados do *Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras* revela certo entendimento da relação descrita por Favero, ao esclarecer que:

“Uma coisa que diz de utilidade pública, mas para algumas pessoas né? Como vai passar essa água aí né, direcionada, a gente sabe que vai ter um dono né? Regras sobre ela. E a comunidade não vai ter acesso a essas coisas, né? [...] a obra atenderia ao agronegócio ao Porto do Pecém e o abastecimento de Fortaleza que tá no colapso, como Fortaleza, recebe água doada toda vida do Cariri, e essa é a via mais fácil” (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO).

É neste contexto, então, de polarização e tensão entre Estado e mercado que a comunidade, de forma organizada, entra em cena, enaltecendo a importância do associativismo civil, da organização popular e dos Movimentos Sociais para que seus interesses sejam respeitados.

Conforme Gohn (2011), pode-se dizer que os Movimentos Sociais são respostas a tensões postas na realidade social e que agem como forma de resistência à exclusão e luta pela inclusão social.

Voltando às considerações de Favero (2005), que coloca a comunidade como um dos elementos que entram no processo de disputa na construção do desenvolvimento, no caso *desenvolvimento sustentável*, a comunidade aqui evidenciada, ao longo de sua atuação, adotou ações diretas - passeatas, audiências públicas, representação junto ao ministério público, reuniões, assembleias nos espaços locais. Além disso, agregou outros sujeitos à mesma causa, com destaque para a Cáritas Diocesana, Universidade Regional do Cariri, Universidade Federal do Cariri, através dos seus grupos de estudo e projetos de extensão, bem como demais coletivos locais¹¹.

No intuito de desenhar o elo entre movimento social e *desenvolvimento sustentável*, Favero (2005, p. 26 e 27), assim diz:

O desenvolvimento resulta também do reforço da Comunidade como espaço (lugar) de sua construção, de modo que o Estado e o mercado tornam-se subsidiários dela, o que requer que sejam profundamente transformados (recriação da sociedade e da política). Mas enfim, quatro dimensões estruturam e impulsionam a ideia de desenvolvimento: a mobilização, a participação, a cooperação e a ação coletiva.

Em outras palavras, para que o *desenvolvimento sustentável* passe de retórica para uma transição com bases mais justas e sustentáveis de manutenção e afirmação da vida é essencial que se escreva junto a esta ideia a pressão e a organização popular, representadas pela luta e resistência através da participação nas diversas formas de associativismo civil, com destaque para os movimentos sociais, posto que, no desenrolar do desenvolvimento tal qual se conhece, muitos foram os conflitos criados e intensificados em torno de diversas questões, ressaltando, aqui, os socioambientais.

Entende-se as questões e conflitos socioambientais na seguinte perspectiva:

A apropriação dos recursos naturais e espaços públicos para fins específicos que geram exclusão e expropriação produzem reações por parte dos movimentos sociais, grupos e populações que se sentem atingidos em seus direitos fundamentais, envolvendo questões como saúde, trabalho, cultura, preservação ambiental e uso de espaços, bens e serviços públicos (PORTO, MILANEZ, 2009, p.1984).

Pode-se dizer, então, que as práticas voltadas para o *desenvolvimento sustentável*, inclusive aquela proposta na própria Política Pública Hídrica do Ceará, coexistem com

¹¹ É importante dizer que o processo de surgimento e organização do *Movimento Social Somos Todos Baixo das Palmeiras*, será explanado com riqueza de detalhes no capítulo seguinte, que versa sobre a análise dos dados coletados durante a pesquisa.

práticas ambientalmente insustentáveis e socialmente injustas, as quais intensificam os conflitos socioambientais e que se tornam estopim para a existência dos movimentos sociais.

Sendo assim, é necessário valer-se de Silveira (2000) para situar outros elementos que envolvem os movimentos sociais, a fim de afirmar ainda mais a necessidade do elo entre eles e o desenvolvimento sustentável.

O autor em destaque ressalta a ideia de conflito como um elemento constitutivo dos movimentos sociais e como uma explicitação das contradições sociais. Assim, o caráter conflitual e coletivo dos movimentos sociais diferencia-os de simples manifestações coletivas, tendo em vista a possibilidade de superação das condições de opressão. O autor ainda defende que:

Qualquer que seja a forma de opressão, explicitada em qualquer dimensão da vida social, política, religiosa, cultural, etc, ou qualquer que seja sua natureza, se estrutural – decorrente da maneira como a sociedade é estruturada para se reproduzir – ou conjuntural – decorrentes de fatores momentâneos ou circunstanciais -, o fato é que, para superar as condições de opressão, é necessária a ação conjunta dos homens, de forma a potencializar sua força – através de um movimento (SILVEIRA, 2000, p.228).

Ademais, para a eclosão de um movimento social, mais do que a existência de uma situação conflituosa e de opressão, “é preciso que as pessoas se percebam como oprimidas, como grupos e classes com interesses comuns; só a partir de tal identidade é que se podem desenvolver ações que venham a constituir-se em movimentos sociais” (SILVEIRA, 2000, p.228).

No caso específico dos moradores das comunidades de Baixio das Palmeiras, Oitis, Chapada do Baixio e Baixio do Muquem seu interesse comum é a defesa de seu espaço, marcado para ser invadido pelo CAC. Ao passar pelas comunidades, o CAC causará impactos tanto no que se refere à retirada da mata, quanto à invasão das fontes de água, além de afetar diretamente residências, gerando a necessidade de indenizações. Vale salientar que o projeto não prevê o reassentamento, mas simplesmente a indenização, obrigando, neste caso, as famílias a ficarem à própria sorte para encontrar um novo local para morar.

A Associação do Distrito Baixio das Palmeiras percebeu e sentiu a situação de opressão a que estavam sendo submetidos seus moradores e por meio da sua organização local, em forma de participação política, organizou-se na forma de movimento social para resistir e lutar pelo seu espaço local e território, sendo também o território uma das dimensões do *desenvolvimento sustentável* elencado por Sachs (2009).

A situação descrita permite citar um outro modelo de desenvolvimento mencionado por Porto e Milanez (2009), o *desenvolvimento predatório*, intensificado pelos conflitos socioambientais. Ao mesmo tempo, os autores apontam as possibilidades de surgimento de movimentos sociais e espaços públicos de discussão, que poderão contribuir para uma transição entre os dois modelos de desenvolvimento com bases mais justas e sustentáveis.

Por fim, apresentam as tipologias de conflitos socioambientais no Brasil, destacando: os *conflitos ambientais*, decorrentes do uso da terra na produção agrícola e animal; mineração e a produção industrial, em especial indústrias químicas e petroquímicas, e aos ciclos de produção do aço e do alumínio; *conflitos urbanos*, associados à moradia e infraestrutura das cidades, à produção de energia e grandes obras de infraestrutura, com destaque para indústria do petróleo, barragens e usinas hidrelétricas, termoeletricas, usinas nucleares, hidrovias, *transposição e integração de bacias hidrográficas* (Grifos da autora).

A partir desses modelos, depreende-se o conceito e/ou a ideia de *desenvolvimento sustentável* para além daquele sacramentado em 1983, através do Relatório de Brundtland, que o define como sendo “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Esse conceito, como se viu até aqui, foi pensado e refinado por vários teóricos, os quais questionaram o desenvolvimento posto apenas nos limites do econômico, introduzindo outros elementos e dimensões, tal qual assegura Sachs (2009).

Em síntese, percebe-se, como coloca Favero (2005), que tais questões pautadas no próprio conceito de *desenvolvimento sustentável*, extrapolam o nível conceitual e adentram no espaço da disputa, colocando em cena sujeitos que fazem parte desta construção e processo, sendo eles o Estado, o mercado e a comunidade.

No caso do Estado do Ceará, o *desenvolvimento sustentável* está presente na legislação nacional e estadual que rege o gerenciamento de seus recursos hídricos, a exemplo do que está posto em seu capítulo III, do artigo 3º, com destaque para os princípios I e IV:

Art. 3º A Política Estadual de Recursos Hídricos atenderá aos seguintes princípios:

I - o acesso à água deve ser um direito de todos, por tratar-se de um bem de uso comum do povo, recurso natural indispensável à vida, à promoção social e *ao desenvolvimento sustentável*;

IV - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico e de importância vital no processo de *desenvolvimento sustentável*; (LEI, Nº 14.844, 28/12/2010)

O fato de o elemento *desenvolvimento sustentável* constar na base da legislação enquanto princípio não remete imediatamente à sua execução, haja vista o que fora elencado nas tipologias de conflitos socioambientais elaboradas por Porto e Milandez (2009), com destaque para a transposição e integração de bacias hidrográficas. Os autores deixam claro, portanto, que este não é um campo posto, e sim de tensão e de disputa.

Da mesma ideia compartilha um dos representantes do Movimento Somos Todos Baixo das Palmeiras, ao proferir que:

A obra está na contramão da sustentabilidade, nós dentro do movimento defendemos que não dá para você conciliar a obra com a sustentabilidade. [...] A obra vem e vai destruir o nosso modo de vida acabar com nossos referenciais do território, do espaço, e o movimento surge com essa missão de defesa do território e desses referenciais (ALMA DE GATO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

As falas acima confirmam a disputa pelo elemento *desenvolvimento*, a fim de que, de fato, o substantivo possa fazer jus ao adjetivo *sustentável*. Portanto, a seguir são apresentados os elementos necessários para a continuação deste debate, de modo a situar o leitor no processo de construção da Política de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, com ênfase para o conflito que ora se revela.

2.3 POLÍTICA PÚBLICA DE ÁGUAS NO CEARÁ: O CONFLITO SE REVELA

O ponto de destaque deste tópico é a compreensão da água a partir da legislação que rege a Política Pública de Água no Ceará e do *Movimento Social Somos Todos Baixo das Palmeiras*.

Desse modo, primeiramente, buscou-se traçar o processo de construção da Política de Recursos Hídricos no Ceará para, posteriormente, apresentar a compreensão do Movimento sobre água, acompanhada dos dados de pesquisas realizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre conflitos em relação à água no Brasil, desde o ano de 2011¹².

O entendimento que se tem de política pública neste trabalho segue a concepção de Cunha e Cunha (2002 p.11 e 12):

¹² O recorte para apresentar os dados apresentados pela CPT, a partir do ano de 2011, foi motivado por ser este o período em que começa o processo de mobilização do Distrito Baixo das Palmeiras contra as obras do Cinturão das Águas do Ceará-CAC.

O Estado ao tomar para si a responsabilidade pela formulação e execução de políticas econômicas e sociais, tornou-se arena de lutas por acesso à riqueza social, uma vez que as políticas públicas envolvem conflitos de interesses entre camadas e classes sociais, e as respostas do Estado para essas questões podem atender a interesses de um detrimento de outro.

Os autores acrescentam ainda que “as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo” (CUNHA E CUNHA, 2002, p.12).

De acordo com esses conceitos, as políticas públicas encerram em si espaços de disputas entre projetos societários diferentes, uma vez que envolvem conflitos de interesses entre camadas e classes sociais distintas, e busca, ao mesmo tempo, responder as demandas postas por estas mesmas classes. Isso leva, mais uma vez, à crença de que o elemento disputa de interesses está presente na gênese das políticas públicas. Historicamente, no Brasil tem se tornado comum e frequente a participação e a pressão popular através dos movimentos sociais, associações, ONG's e demais formas de associativismo civil em luta por garantia de direitos civis, políticos e sociais.

Conforme ressaltado no debate anterior, é real a necessidade da relação entre movimentos sociais e *desenvolvimento sustentável*, a fim de que este verdadeiramente se efetive, afinal não basta que a nomenclatura “desenvolvimento sustentável” esteja escrita na letra da lei. É preciso, então, que ela, de fato e de direito, se efetive. Para isso, certamente, é preciso muito mais do que leis.

No que se refere à Política de Recursos Hídricos no Estado do Ceará, começou a ser desenhada ainda em 1987, quando foi criada a Secretaria de Recursos Hídricos, “inexistente até então na estrutura burocrática do Estado” (CHACOM, 2007, p.179). Para Chacom, este período foi de preparação para a nova política, que se tornou realidade no ano de 1991, quando foi concluído o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Esse plano proporcionou base técnica para a formulação da chamada Lei das Águas Nº 11.996, de 24 de julho de 1992 (alterada pela Lei Nº14.844 de 28 de dezembro de 2010), que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos¹³. Em 1993, foi criada a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - Cogerh, responsável pela operacionalização do gerenciamento desses recursos.

¹³ Cabe salientar que os Estados do Ceará e São Paulo foram os precursores nacionais da política de águas, tendo estabelecido suas políticas estaduais em 1992, através da Lei Nº11.996, e 1991, com a Lei Nº 7.663, respectivamente.

Por conseguinte, o Ceará antecipou em cinco anos a sanção da Lei Nacional de Recursos Hídricos, Nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Ambos pautam a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, e estabelecem a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Sobre essa questão, assim adverte Leff (2010, p. 110 -111):

A água entrou nessa nova fase ecológica do capital – do capital natural que engloba os bens e serviços ambientais do planeta -, que implica passar da propriedade do que se produz à propriedade das condições ecológicas de produção, à propriedade privada do planeta Terra e da vida humana [...] mas como uma natureza ecologizada, valorizada em termos de preços de mercado. A natureza – os processos ecológicos dos quais depende a sustentabilidade da vida e do planeta -, que não foi produzida em um processo produtivo, é reconvertida e tratada como mercadoria.

Chacom (2007, p. 180), também chama a atenção para essa questão, ao afirmar que:

O fato de a política de águas do Ceará adotar o princípio que torna a água um bem econômico, passível de valoração e de comercialização transforma definitivamente a água em mais um recurso dentro da estrutura produtiva do Estado, um elemento que compõe sua estrutura de custos. Esse fato promove para o Sertão uma mudança que não é facilmente assimilada. As pessoas que vivem nesse espaço não entendem a água como um bem que tem preço.

A fala de Chacom é um alerta, pois, ao passo em que a água é entendida como um bem econômico, passível de comercialização, as forças em disputa, quando se trata de elaboração e execução de políticas públicas, tornam claro para qual lado essa política está mais inclinada. Porém, como já dito mais acima, existem projetos em disputa no processo de confecção das políticas públicas que, por sua vez, também respondem a demandas postas pela sociedade. Sendo assim, a política estadual de recursos hídricos também assegura seus objetivos, a saber:

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

I - compatibilizar a ação humana, em qualquer de suas manifestações, com a dinâmica do ciclo hidrológico, de forma a assegurar as condições para o desenvolvimento social e econômico, com melhoria da qualidade de vida e em equilíbrio com o meio ambiente;

II - assegurar que a água, recurso natural essencial à vida e ao desenvolvimento sustentável, possa ser ofertada, controlada e utilizada, em padrões de qualidade e de quantidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo o território do Estado do Ceará;

III - planejar e gerenciar a oferta de água, os usos múltiplos, o controle, a conservação, a proteção e a preservação dos recursos hídricos de forma integrada, descentralizada e participativa. (Lei Nº 11.996, de 24 de julho de 1992)

É importante salientar que os objetivos listados estão em consonância com os princípios estabelecidos pela mesma lei. Veja-se:

Art. 3º A Política Estadual de Recursos Hídricos atenderá aos seguintes princípios:

I - o acesso à água deve ser um direito de todos, por tratar-se de um bem de uso comum do povo, recurso natural indispensável à vida, à promoção social e ao desenvolvimento sustentável;

II - o gerenciamento dos recursos hídricos deve ser integrado, descentralizado e participativo, sem a dissociação dos aspectos qualitativos e quantitativos, considerando-se as fases aérea, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico;

III - o planejamento e a gestão dos recursos hídricos tomarão como base a Bacia Hidrográfica e deve sempre proporcionar o seu uso múltiplo;

IV - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico e de importância vital no processo de desenvolvimento sustentável;

V - a cobrança pelo uso dos recursos hídricos é fundamental para a racionalização de seu uso e sua conservação;

VI - a água, por tratar-se de um bem de uso múltiplo e competitivo, terá na outorga de direito de seu uso e de execução de obras e/ou serviços de interferência hídrica um dos instrumentos essenciais para o seu gerenciamento;

VII - a gestão dos recursos hídricos deve ser estabelecida e aperfeiçoada de forma organizada, mediante a institucionalização de um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos;

VIII - o uso prioritário dos recursos hídricos, em situações de escassez, é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IX - os recursos hídricos devem ser preservados contra a poluição e a degradação;

X - a educação ambiental é fundamental para racionalização, utilização e conservação dos recursos hídricos. (Lei Nº 11.996, de 24 de julho de 1992)

Assim posto, a legislação evidencia, tanto em seus objetivos quanto em seus princípios, elementos importantes que ressaltam a preocupação com as gerações futuras, estabelecendo a água como prioridade em caso de escassez para o consumo humano e dessedentação de animais. Desse modo, as Bacias Hidrográficas¹⁴, definidas como unidades

¹⁴ No Estado do Ceará, foram definidas 11 Bacias Hidrográficas, sendo elas: Alto Jaguaribe, Salgado, Banabuiu, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Acaraú, Coereau, Curu, Parnaíba, Metropolitana e Litoral. Cada uma delas deve contar com um Comitê de Bacia que, juntamente com a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará-COGERH, são responsáveis pelas decisões relativas à distribuição das águas da bacia. Os comitês são compostos por representantes da sociedade civil, usuários e governo.

de gestão com formação dos Comitês de Bacia, conforme Brasil (2011), são espaço para solução de conflitos, tendo como uma das suas atribuições mais relevantes estabelecer um conjunto de mecanismos e regras, decididas coletivamente, de forma que os diferentes interesses sobre os usos de suas águas sejam discutidos e negociados democraticamente.

Cabe aqui salientar que não foi realizada pesquisa no âmbito das decisões do Comitê da Bacia que abrange o Rio São Francisco, nem tão pouco nas Bacias Hidrográficas que pretendem ser perenizadas pelas águas da transposição. Todavia, esse é um elemento relevante para se compreender a forma como é realizado o gerenciamento das águas, e também para se perceber que esse mecanismo extrapola as barreiras geográficas, uma vez que um rio ou um açude podem pertencer a vários municípios e/ou Estado. Essa ideia força, então, ao pensamento desse espaço de forma mais ampla e integrada, para além de suas fronteiras geofísicas.

Decerto, a legislação aborda vários elementos que condizem diretamente com as questões pautadas no marco do *desenvolvimento sustentável*, ressaltando inclusive que este processo de discussão de gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil, ocorre no bojo de encontros nacionais e no esteio das demais conferências, a começar pelo Clube de Roma, que discutiram questões referentes ao uso da água e sobre o desenvolvimento sustentável. Exemplo é a Conferência de Dublin, realizada em 1992, a qual apontou a existência de problemas relacionados à disponibilidade hídrica e estabeleceu princípios para a gestão sustentável da água, quais sejam:

- (I) A água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, para o desenvolvimento e para o meio ambiente.
- (II) O gerenciamento da água deve ser baseado na participação dos usuários, dos planejadores e dos formuladores de políticas, em todos os níveis.
- (III) As mulheres desempenham um papel essencial na provisão, no gerenciamento e na proteção da água.
- (IV) O reconhecimento do valor econômico da água (BRASIL, AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2011, p.17).

Um item que chama a atenção nesses debates, tanto em nível internacional quanto nacional, é o reconhecimento do valor econômico da água, o que a transforma em mercadoria (CHACON, 2007). Sabe-se que os governos admitem a necessidade de se contabilizar o valor deste recurso escasso. Entretanto, essa forma de lidar com a água difere da estabelecida pelo distrito Baixio das Palmeiras, conforme reportam os sujeitos entrevistados, que representam o *Movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras*.

Segue uma das falas que, ao descrever o que é o CAC, denota o sentimento de pertencimento ao espaço local e da água enquanto componente de beleza desse espaço e recurso natural partilhado pela comunidade:

É um projeto que veio é como se fosse uma bomba atômica né, porque a gente não tá vendo resultado, tá vendo aí um monte de desmatamento. Oh! Ali tem uma fonte de água muito, muito bonita, ele vai passar no meio dela, aqui todo mundo juntava as nossas roupas e ia lavar lá nessa fonte. Eu acho assim, eu nem sei como é que eu falo, porque vai desmatar muita mata, vai acabar com tanta fonte de água (BEIJA-FLOR - OITIS).

Percebe-se, conforme o trecho, que a água agrega em si um valor simbólico (não quantificável) para essa comunidade, o qual foi socialmente construído pelos sujeitos que a ela pertencem, através dos seus usos e costumes. Por conseguinte, mesmo que a obra que deu início ao conflito e ao *Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras* traga em seu projeto de execução a possibilidade de indenização, mesmo que o valor monetário pareça ser justo, jamais conseguirá mensurar e indenizar o valor simbólico e sentimental da água para essa comunidade.

Beija-flor continua sua fala e acrescenta dados importantes:

Nós temos uma caixa d'água aqui que é do SISAR, essa caixa vai sair daqui ninguém sabe para onde vai, como é que vai ficar a nossa água né (BEIJA-FLOR - OITIS).

A sentença acima dimensiona a insegurança sobre como ficará o acesso da comunidade à água, o que é bastante compreensível. Ora, se a legislação coloca que a água é prioritariamente para o consumo humano é inadmissível que a comunidade não tenha informação de como será dado este acesso, uma vez que a obra em si, como denuncia Beija-flor, além de passar por cima de suas fontes de água, vai deslocar a caixa de água que abastece uma das comunidades.

Sobre o processo de chegada da água tratada, Papo de Fogo o explica, quando definiu o que entende por sustentabilidade:

Água principalmente água. Porque ninguém tem sustentabilidade se não tiver água, e isso é o essencial que nós não tinha aqui, mas nós fizemos, hoje, além dos poços, nós temos água tratada, através de um projeto da Associação o São José, n'so reivindicamos um poço profundo e daqui até o Múquem nós temos água tratada na rede (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Ao final da entrevista, Papo de Fogo lança o convite para conhecer uma nascente que tem no fundo do seu quintal, já bem próximo à mata. No percurso, ele descreve com muito orgulho o espaço local, as árvores, nominando-as e dizendo: “eu já desmatei muito aí por cima, a água foi embora, há algum tempo eu protejo e a água voltou”.

Ao comentar sobre o processo de chegada da água tratada, Papo de Fogo também evidencia a organização da comunidade em forma de Associação, fundada no ano de 1985. Ressalta ainda que no período da ditadura militar o Distrito teve um núcleo do STTR, o qual contava com representantes da comunidade.

Essa fala lembra a luta, a conquista, a batalha pela melhoria da qualidade de vida, que, através da pressão local e de sua organização, conseguiu fazer com que a água chegasse às casas e tratada. É claro que esta água é paga, afinal, a própria legislação prevê isso, porém ela também foi conquista, resultado de batalha, agregando outros valores que não são quantificáveis. Sem contar com o orgulho em dizer que a mudança de hábito e o aprendizado em conviver com o meio ambiente local trouxe uma fonte de água de volta, que é “guardada” como um troféu desse aprendizado.

Como se pode ver, é muito clara a discrepância a respeito do entendimento da água estabelecido pelas partes envolvidas nessa discussão. Essa constatação se justifica de fato quando Alma de Gato e Sanhaço remetem diretamente à legislação vigente no Estado, fazendo um contraponto direto a esta. Assim eles dizem:

O termo que essa política hídrica trabalha em relação à água né, usa como recurso, como mercadoria, para fomentar o agronegócio, o turismo no litoral, a indústria pesada e a gente discute água como fonte de vida, como essencial para todas as formas de vida. A gente tem essa discussão mais política mesmo (ALMA DE GATO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Como vai passar essa água aí né, direcionada, a gente sabe que vai ter um dono né, regras sobre ela, e a comunidade não vai ter acesso a essas coisas né...O sentido dessa água é o porto do Pecém, não tem outra explicativa, porque lá é que tá a produção de melão, de hortifrúti em geral, lavagem de navio, uma siderúrgica que vão fazer, termoelétrica que tem quer alimentada (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO).

Os relatos expostos evidenciam, portanto, dois significados bem demarcados sobre a água. De um lado ela é admitida como mercadoria, como negócio, como algo que pode gerar muito lucro material. Por outro lado, ele assume um sentido para, além disso, sendo considerada como um bem sentimental do qual se deve ter orgulho e lutar por sua

preservação. Nesse sentido, ela é vista como elemento essencial na relação de crescimento e conquista, através da organização comunitária via Associação.

Em resumo, a comunidade Baixio das Palmeiras vê a água como fonte de vida e não financiadora do agronegócio e de outras práticas voltadas ao interesse do mercado, conforme denunciam os entrevistados citados. Tal situação converge para o que fora apresentado em seus relatórios sobre Conflitos no Campo Brasil, apresentados pela Comissão Pastoral da Terra –CPT, a qual informou registrar conflitos por água no Brasil desde o ano de 2002.

Cabe salientar que o objetivo de demonstrar a evolução dos conflitos pela água no Brasil é de chamar para a reflexão sobre o quanto o modo de desenvolvimento com viés meramente econômico, pautado nos ditames do capitalismo, é predatório para a sociedade e para a manutenção das águas do país. O resultado dessas políticas é o surgimento de vários conflitos e movimentos sociais em defesa deste bem indispensável à vida, a exemplo do *Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras*. Por outro lado, essas ações realçam a necessidade de correlacionar desenvolvimento sustentável e movimentos sociais, sendo este último um aporte que pode vir a fortalecer este novo desenvolvimento possível.

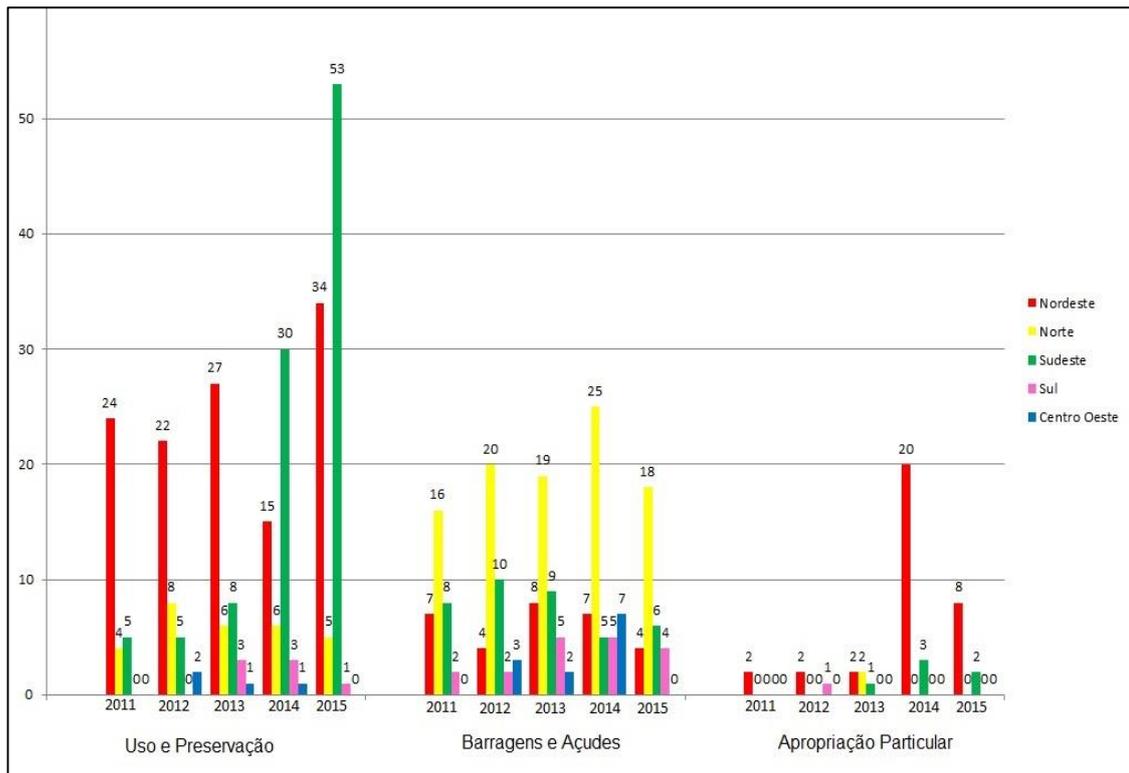
Sendo assim, é importante esclarecer o que a CPT entende por conflitos pela água:

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2015, p.13).

Conflitos pela água são ações de resistência, em geral coletivas, que visão garantir o uso e a preservação das águas, contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes” (CPT, 2015, p.14).

Na sequência, é apresentado um gráfico que mostra a evolução dos conflitos pela água no Brasil por região e por tipo de conflito.

Gráfico 1 - Evolução dos Conflitos pela Água por Região no Brasil 2011 a 2015



Fonte: CPT, dados compilados pela autora.

Conforme o gráfico, é possível perceber que os conflitos pela água vêm se agravando e aumentando. Em 2011 havia um total de 68 casos, já em 2015 esse número aumentou para um total de 135. A CPT (2015), acrescenta que este é o maior número registrado desde 2002, quando começou o registro em separado dos conflitos pela água.

Verifica-se ainda que os conflitos acontecem em todas as Regiões Brasileiras, mas é necessário salientar que alguns tipos de conflito se polarizam em algumas regiões, como é o caso do Norte e Nordeste. A primeira caracterizada como área de abundância de recursos hídricos, afetada por grandes obras hídricas, como as barragens e construção de hidrelétricas. A outra estabelecida como local de escassez, onde os conflitos por construção de barragens e açudes (aqui caracterizada pela transposição do Rio São Francisco), também se agravaram. Sobre esses opostos entre abundância e escassez na Região Nordeste tem-se a seguinte denúncia apresentada pela CPT:

Ressalte-se ainda o uso do Estado como empreendedor das grandes obras hídricas, a exemplo das grandes barragens e da onerosa transposição do São Francisco na região semiárida. Nesta região a baixa oferta de água limita os projetos do agronegócio, mas o atual governo garante a infraestrutura para que as empresas do ramo possam ter acesso a água do maior rio da região. Por isso os custos dessa obra são públicos, mas a água que sustenta e o lucro são privatizados, que sequer garantem a segurança alimentar da população nordestina, quanto mais brasileira (CPT, 2013, p.94).

É nítido que os conflitos acontecem entre povos e população que tem uma relação não comercial com a terra e a água e aqueles que colocam a água como um recurso hídrico e bem econômico, submetido e pautado sobre as leis do mercado.

A CPT também denuncia o aumento dos conflitos por água causados pelas grandes mineradoras, principalmente na Região Sudeste. Estes são caracterizados pela luta do bom uso e preservação das águas e contra agentes causadores de destruição e poluição. Exemplo de selvageria e o potencial predatório causado por estas é o da catástrofe ocorrida em Minas Gerais, provocada pela Samarco, em 2015.

A apropriação particular da água também ocorre ao limitar o acesso à água a grupos e populações ribeirinhas. Esses casos se sobressaem com maior amplitude na Região Nordeste.

Sobre os conflitos pela água, a CPT (2013, p.101) ainda adverte que:

O debate sobre o uso da água é mais relevante diante da previsão de que os conflitos hídricos serão mais comuns daqui em diante. Segundo o Pacific Institute (IP), um dos principais institutos sobre o tema no mundo, o número de disputas hídricas violentas no mundo quadruplicou na última década e o risco de novos conflitos só crescerá com a maior competição pelo recurso, o atual gerenciamento ruim das fontes hídricas e os impactos das mudanças climáticas.

Esse fato já foi demonstrado pela catalogação dos conflitos pela água no Brasil pela CPT, que a cada ano registra aumento de casos. A seguir a tabela que demonstra a evolução dos conflitos pela água no Brasil.

Tabela 4 - Evolução dos Conflitos pela Água no Brasil

	ANOS				
	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de Conflitos	68	79	93	127	135
Assassinatos	-	-	02	-	02
Pessoas envolvidas	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685

Fonte: CPT, dados compilados pela autora.

A tabela reforça o que já fora discutido, demonstrando o crescimento dos conflitos pela água no Brasil, inclusive aqueles que envolvem assassinatos, bem como o grande e crescente número de pessoas envolvidas nestes conflitos.

A próxima tabela, de número 3, destaca estes conflitos no Ceará, enfatizando os municípios onde os conflitos ocorreram, o local em que aconteceram, o tipo e a situação do conflito e o quantitativo de famílias envolvidas.

Tabela 5 - Conflitos pela Água no Ceará

ANO	MUNICÍPIO	LUGAR	TIPO DE CONFLITO	SITUAÇÃO DO CONFLITO	FAMÍLIAS ENVOLVIDAS
2011	Limoeiro do Norte/Jaguaruana/Alto Santo/Quixerê	Projeto Irrigação Jaguaribe/Apodi	Uso e Preservação	Destruição Poluição	61
	Potiretama/Iracema/Alto Santo	Barragem do Figueiredo	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	120
2012	Cascael	Comunidade Barra Velha	Uso e preservação	Destruição Poluição	60
	Jaguaribara	Barragem Castanhão	Barragens e Açudes	Não reassentamento	283
	Limoeiro do Norte/Jaguaruana/Alto Santo/Quixerê	Projeto Irrigação Jaguaribe/Apodi	Uso e Preservação	Destruição Poluição	61
	Potiretama/Iracema/Alto Santo	Barragem do Figueiredo	Barragens e Açudes	Não reassentamento	120
2013	Amontada	Comunidade Caetamos de Cima/Assentamento Sabiaguaba/Imobiliárias/US Eólica do Icarai PAC	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação	300
	Limoeiro do Norte/Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	120
	Novo Oriente	Barragens Águas Flor do Campo	Barragens e Açudes	Divergência	-
	Potiretama/Iracema/Alto Santo	Barragem do Figueiredo	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado	45
2014	Potiretama/Iracema/Alto Santo	Barragem do Figueiredo	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	45
2015	<i>Crato</i>	<i>Cinturão das Águas do Ceará (CAC)/ Comunidade Baixio das Palmeiras</i>	<i>Barragens e Açudes</i>	<i>Ameaça de expropriação</i>	<i>64</i>
	Trairi	Agrovila Gameleira	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado	180

Fonte: CPT (2011, 2012, 2013, 2014 e 2015), dados compilados pela autora.

No período de 2011 a 2015, foram contabilizados 13 conflitos pela água no Ceará, três causados por uso e conservação, 09 pelas barragens e açudes e 01 caso de apropriação particular. Em 2015, a CPT registrou o conflito pela água causado por barragens e açudes na cidade de Crato, que teve como motivação a obra Cinturão das Águas do Ceará na comunidade Baixio das Palmeiras.

Ressalte-se que, conforme entrevistas com representantes do próprio *Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras*, o conflito teve início já no ano de 2011, com a chegada de trabalhadores já derrubando a mata, fazendo marcações e derrubando cercas. A resistência começou desde esta época, porém o conflito foi documentado pela CPT apenas em 2015.

Sobre essa questão, a CPT informa: “É importante destacar que o processo de inserção e correção dos conflitos no campo é contínuo. Isso quer dizer que após cada publicação anual é comum ocorrer registros de anos anteriores, dos quais o Centro de Documentação da CPT não teve conhecimento à época do fato” (CPT, 2015, p.11).

Os conflitos pela água ocorridos no Ceará remetem a grandes projetos e obras, como o caso de irrigação e barragens e açudes, onde se evidencia a violação de direitos de várias formas, entre elas a falta de projeto de reassentamento, não reassentamento e/ou reassentamento inadequado. A respeito disso é preciso salientar que as comunidades que se organizam em determinado espaço físico nele desenvolvem vínculos locais com as demais pessoas, com a terra e com aquilo que lhe é sagrado, isto é, seus templos religiosos, cemitérios, etc. O reassentamento em si, nestes casos de construção de barragens, já é uma afronta às suas tradições, seu modo de ser e viver, quanto mais quando este processo é realizado sem planejamento e projeto claro, que minimamente atenda às necessidades e anseios dessas comunidades.

Ainda sobre as grandes obras e a forma como a água é tratada neste modelo, a CPT coloca na resistência e na mobilização uma esperança.

Neste modelo, a água deixa de ser vista como bem natural e público e direito de cidadania e da natureza, e passa a ser tratada como uma mercadoria qualquer a serviço dos interesses de empresas e governos a elas ligados. Nesse processo, se evidencia a violação de direitos indissociáveis à terra à água, essenciais à vida humana e à biodiversidade, atuais e futuras. ***A resistência e a mobilização social das comunidades nestes conflitos sinalizam uma esperança[...]***. Mas o futuro das águas depende de que, além delas, mais amplos setores da sociedade se empenhem na defesa e preservação do bem comum e do direito que é a água (CPT, 2013, p. 95).

Sendo assim, o *Movimento Social Somos Todos Baixo das Palmeiras* representa esta resistência e a mobilização social que aponta alguns fios de esperança para a Comunidade Baixo das Palmeiras, como será visto no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 03

“O SERTÃO VAI VIRAR MAR”: E AGORA BAIXIO?

“O Distrito do Baixio,
 nesta justa ocasião
 vive um momento sombrio
 não é exagero não
 tem gente pisando em brasa
 e o motivo e a causa
 é a tal transposição.”

(Raimundo de Oliveira, Didi)¹⁵

Nesses versos, oriundos da inspiração do agricultor, poeta e morador do Distrito Baixio das Palmeiras, Raimundo de Oliveira (Didi), é possível apontar algumas circunstâncias que fizeram com que o Baixio ficasse preocupado.

No ideário nordestino, há muito tempo paira a ideia da chegada das águas do Rio São Francisco. No Cariri, essa possibilidade foi, inclusive, profetizada por Padre Cícero, que usou a seguinte frase: “um dia as águas do São Francisco vão passar por muitas outras cidades do sertão nordestino”, “o sertão vai virar mar”. Porém, não foi dito nessa profecia como, quando e de que forma isto aconteceria, muito menos a quem estas águas seriam destinadas. A fala do “Padim Ciço” agora se concretiza, todavia, trazendo agonia para algumas populações.

Para que se entenda a negatividade daquilo que, a princípio, deveria ser extremamente importante para as comunidades em questão, faz-se necessária uma breve explicação a respeito das motivações para a realização do projeto responsável pelo transporte dessas águas.

A Transposição do Rio São Francisco é a maior obra de infraestrutura hídrica a ser realizada no país. O projeto contempla dois eixos (Norte e Leste), com 477 km de extensão. O Eixo Norte tem quatro trechos. O primeiro deles desembocará suas águas em um reservatório na cidade de Jatui/Ce, que, por sua vez, integrará suas águas ao *Cinturão das Águas do Ceará-CAC* (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2015)

¹⁵ O verso pertence ao Cordel *O Baixio Preocupado*, elaborado por Sr. Didi, como é conhecido na comunidade. A tiragem não possui data de publicação. O autor também compôs o cordel *Degradação Ambiental no Baixio das Palmeiras*, que trata, além da degradação ambiental, da resistência da comunidade ao projeto Cinturão das Águas do Cariri-CAC.

O CAC tem por objetivo conduzir as águas do São Francisco para as onze bacias hidrográficas do estado, com extensão total de aproximadamente 1.300km, que se estendem pelo sul e parte ocidental do Ceará.

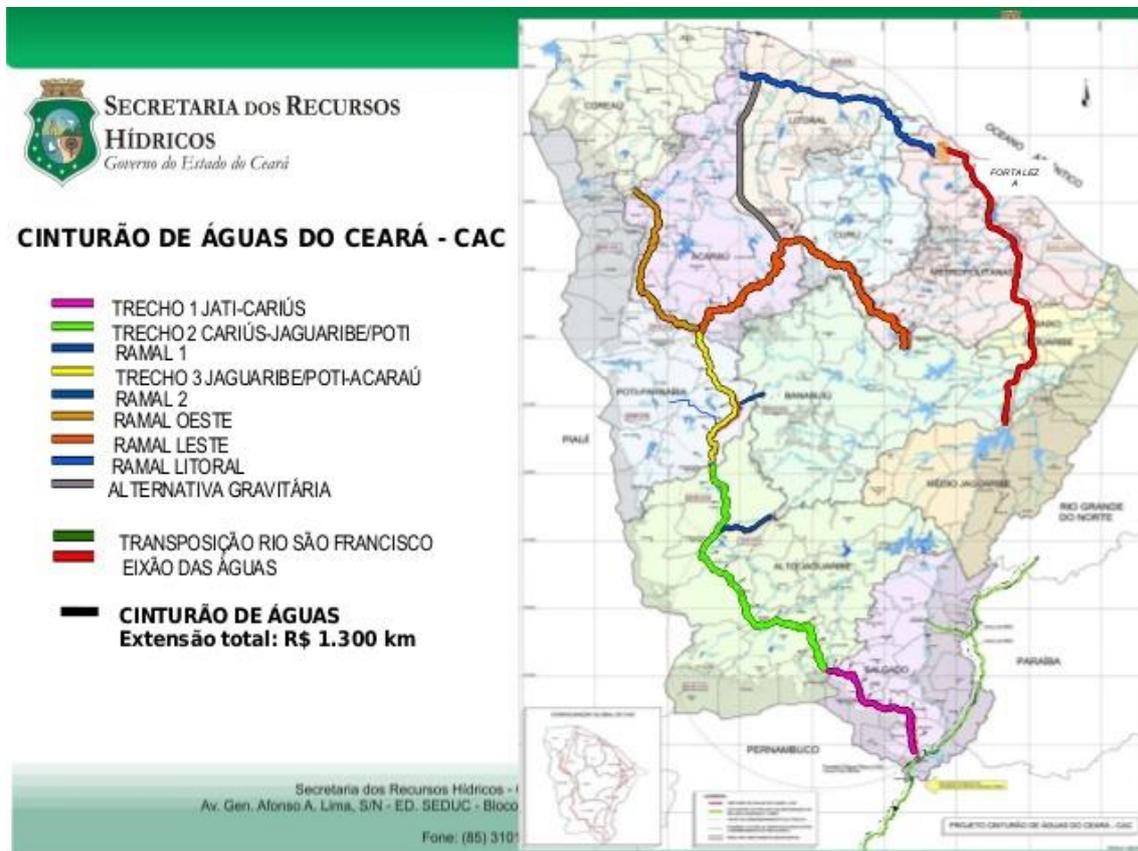
De acordo com o projeto, o sistema CAC será formado por três principais ramais (leste, oeste e litoral) e por um canal principal, que abarcará três trechos:

Trecho 01 – Jati/Carius

Trecho 02 – Carius/Jaguaribe/Poti;

Trecho 03 – Jaguaribe/Poti/Acaraú.

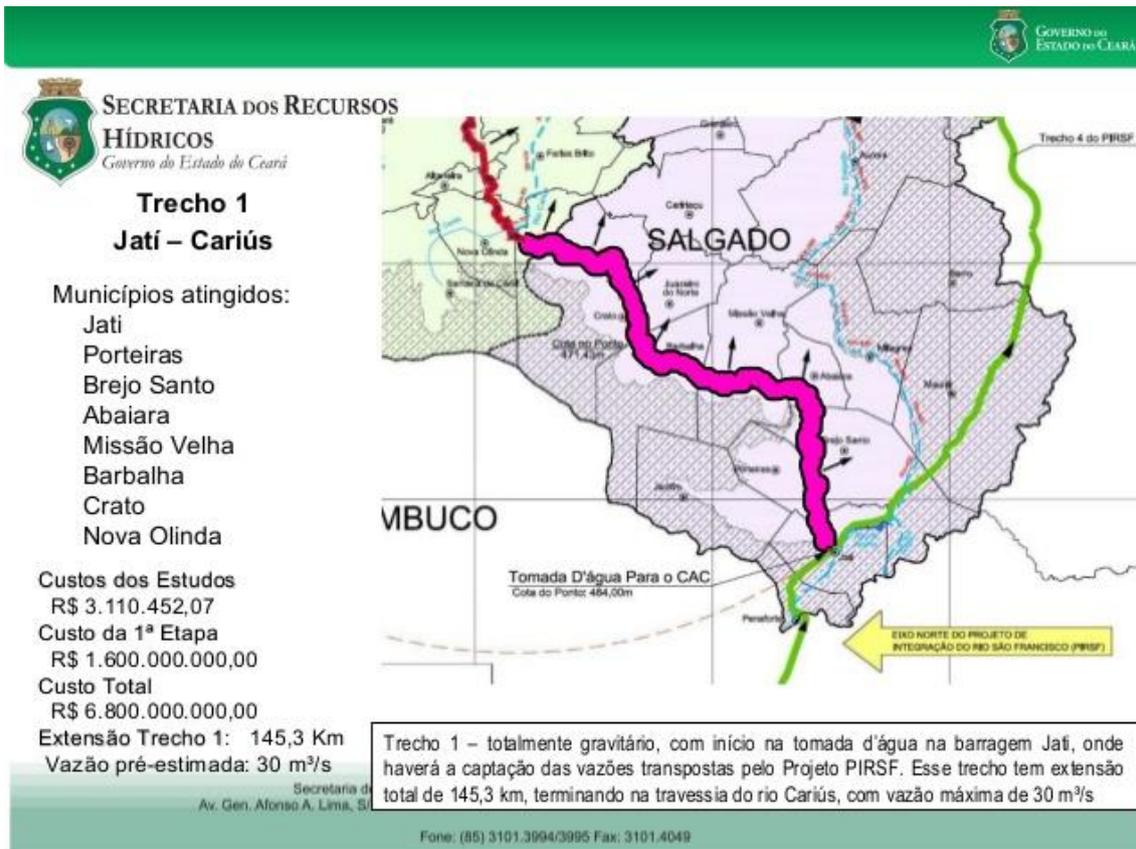
Figura 3 – Mapa do Cinturão das Águas do Ceará



Fonte: <<http://pt.slideshare.net/franluzparacurubr/projeto-cinturo-das-guas-do-ceara>>, dezembro 2015.

Merece destaque nesta pesquisa o Trecho 01 – Jati/Carius, pois margeará a Chapada do Araripe, afetando oito municípios: *Jati*, *Porteiras*, *Brejo Santo*, *Abaiara*, *Missão Velha*, *Barbalha*, *Crato* e *Nova Olinda*.

Figura 4 – Mapa do Cinturão das Águas do Cariri, Trecho 01



Fonte: <<http://pt.slideshare.net/franluzparacurubr/projeto-cinturo-das-guas-do-cear>>, dezembro 2015.

Conforme o Estudo de Impactos Ambientais para a obra em questão (2010), o município de Crato terá afetadas algumas de suas comunidades, a exemplo de *Poço Dantas*, *Monte Alverne*, *Campo Alegre*, *Guaribas*, *Ponta da Serra*, *Santa Fé* e *Distrito Baixio das Palmeiras*. No entanto, interessa para este estudo mais precisamente o *Distrito Baixio das Palmeiras*, posto que foi a única comunidade que, além de esboçar preocupação, ousou organizar-se e apresentar suas próprias pautas contra um possível “crime ambiental”.

O conteúdo apresentado neste capítulo visa, então, sistematizar como o *Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras* surgiu, se desenvolveu e se consolidou, destacando suas ações e formas de organização. Aqui também busca-se elucidar quais os objetivos e valores defendidos pelo movimento e como estes comungam com a ideia de sustentabilidade apresentada no capítulo anterior.

Para atender aos objetivos propostos, bem como para tornar a análise dos dados coletados mais didática, optou-se por seguir os eixos determinados na fase de pré-análise, mencionados no primeiro capítulo: Eixo 01: Motivação Inicial; Eixo 02: proposta/projeto do movimento; Eixo 03: Organização; e, por fim, Eixo 04: Perspectivas atuais.

3.1 SOMOS TODOS BAIXIO DAS PALMEIRAS

3.1.1 Motivação inicial

Aqui visa-se compreender como, por quê e quando surgiu o Movimento Social *Somos Todos Baixio das Palmeiras*, bem como quais foram os sujeitos envolvidos nesse momento.

Conforme demarcado nas falas, o movimento começou no ano de 2011, quando a comunidade fora surpreendida com pessoas desconhecidas derrubando cercas e matas, demarcando o chão. Tudo o que a comunidade sabia é que eram trabalhadores. Depois descobriram que estavam vinculados a uma empresa, a VBA Engenharia, responsável pela execução das obras do CAC no Baixio.

O relato desse fato é importante, porque deixa claro a violação de direito¹⁶ da comunidade local, que teve seus terrenos invadidos. Havia um projeto traçado para suas terras, para o seu local de moradia, e eles não sabiam. Segundo Sanhaço (Baixio do Muquem):

Começou pelas invasão das terras, quando nós vimos funcionários sem identificação adentrando os quintais de casa, agente teve curiosidade em saber e procurando disseram que se tratava de uma passagem de água do Rio São Francisco, mas isso só por alto sem ninguém esclarecer.

Esse momento de arbitrariedade e de desrespeito aos moradores e seu espaço foi registrado em foto. Veja-se:

¹⁶ A Constituição Federal de 1988 assegura como um dos direitos fundamentais o acesso à informação, que fora regulamentado pela Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Esta regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. A referida lei esclarece que: Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Figura 5 – Foto de trator invadindo terras sem a permissão do proprietário



Fonte: Arquivo pessoal Wlirian Nobre

A respeito do episódio, Papo de Fogo (Baixio das Palmeiras) esclarece:

Fomos pegos de surpresa, agente teve uma notícia que iria haver uma reunião no Crato e que o CAC ia passar aqui no centro do Baixio das Palmeiras, e aí nos procuramos se reunir e discutir a questão, e agente achou por bem participar dessa primeira reunião. Quando eu cheguei aqui avisei na reunião da Associação do Baixio e do Sindicato, que tem uma base aqui, e o povo ficaram até sem acreditar que ia acontecer isso, mas aí parou. Com pouco tempo em 2011, apareceu outra reunião na URCA, aí eu fui participar, aí eles já vinheram com os mapas já mostrando onde ia passar, e já dizendo quando era que seria feito o levantamento. Já vinha um pessoal de uma entidade de uma construtora vinha fazer a trilha mais ou menos onde ia passar o canal, aí pronto, aí começou o Movimento, nós se disinquietemo. Depois da reunião os trabalhadores chegaram sem avisar nada, que era pra ter acontecido essa reunião, ele ter vindo avisar que ia passar o pessoal aqui abrindo a picada, trilha, que era aonde o eixo do canal ia passar. Aí não avisaram, era tudo na surdina. A gente tentou impedir, mas eles já tavam passando aqui, (apontando para a mata), já tinham aberto uma trilha de 4 metros de largura.

Com suas palavras, Teteu (Baixio das Palmeiras) destaca o início da resistência de Baixio à obra em destaque:

O início do movimento foi marcado pelo início da obra, começaram a entrar nos terrenos sem autorização das pessoas da comunidade do Baixio e isso causou um mau estar muito grande, junto aos moradores e a partir daí começou a resistência do Baixio em relação a essa obra.

Estas falas deixam claro que a indignação da comunidade começou pela falta de comunicação do que iria acontecer em seu espaço, do que se tratava, de que obra era essa. Muitas eram as perguntas, poucas ou quase nenhuma as respostas. Nesse contexto, o CAC, para os representantes do Movimento, começa como uma invasão as suas terras, aos seus quintais, as suas propriedades, a tudo aquilo que lhes era mais caro.

Alma de Gato (Baixio das Palmeiras) e João de Barro (Baixio do Muquem), chamam a atenção para o motivo essencial que desencadeou o início do movimento, que coaduna com as falas anteriores e principalmente com a sociabilidade política local, destacada no perfil dos sujeitos da pesquisa.

Motivo essencial na formação do Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras é que há uma característica aqui com os moradores do Baixio das Palmeiras. Eu acho que isso é muito forte é o apego pelo lugar, essa relação com esse território, as pessoas gostam muito desse espaço, praticamente todo mundo aqui tem uma relação familiar, e antes mesmo do movimento a gente já via isso nos outros espaços como sindicato e associações. As pessoas têm muito isso mesmo, de brigar pelo lugar, de defender e de ter um histórico de organização (Alma de Gato – Baixio das Palmeiras).

A motivação é mais uma questão familiar de raiz, de famílias tradicionais do nosso Distrito, que tem aquela essência que não queremos perder. Você não vê o impacto, a gente só ouve falar, e aí a gente começa a perceber que vem para destruir. E isso foi muito discutido aqui (João de Barro – Baixio do Muquem).

Esclarecendo os itens propostos neste eixo é possível sintetizar que o Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras surge no ano de 2011, a partir das primeiras intervenções físicas da obra no distrito. Apesar de anterior a este fato terem acontecido reuniões para falar sobre o CAC, não foi dito, conforme afirmado por Papo de Fogo – Baixio das Palmeiras, como e quando se daria o início da obra na comunidade, nem tampouco quais os impactos ambientais que a obra geraria às pessoas (moradias, terrenos afetados).

Para deixar mais evidente para o leitor o que significa o CAC para a comunidade, será utilizado a seguir o Estudo de Impactos Ambientais, EIA-RIMA 2010, que traduz os objetivos da obra. Simultaneamente e de maneira intercalada serão apresentadas as falas dos entrevistados, a fim de confrontar as visões e deixar cristalino que o discurso e entendimento sobre o CAC pelo Estado não se assemelha em nenhum aspecto com o entendimento local desta obra.

Neste contexto, o Projeto do CAC – Cinturão das Águas do Ceará, integrado ao Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco, tem como objetivo geral garantir a oferta de água em todas as macro-bacias hidrográficas do estado (EIA-RIMA, 2010, p.10).

É um projeto que veio como se fosse uma bomba atômica né, porque a gente não tá vendo resultado, tá vendo aí um monte de desmatamento. Oh! Ali tem uma fonte de água, muito, muito bonita, ele vai passar no meio dela. Aqui todo mundo juntava as nossas roupas e ia lavar lá nessa fonte, é tipo uma piscina quadrada, que é daqui da fazenda, eu acho assim: eu nem sei como é que eu falo, porque vai desmatar muita mata, vai acabar com tanta fonte de água (BEIJA- FLOR – OITIS).

Mais especificamente, a implementação do CAC visa¹⁷:

1. Garantir o suprimento hídrico de uma parcela representativa das populações difusas do meio rural e dos pequenos aglomerados urbanos, que atualmente são abastecidos com carros-pipas ou fazem uso de fontes hídricas de qualidade duvidosa, através da implantação de adutoras gravitárias de baixíssimo custo, que poderão desaguar em cisternas posicionadas estrategicamente e/ou fazer uma distribuição em marcha;
2. Garantir o suprimento hídrico de parcela significativa das cidades interioranas de pequeno a médio porte e de algumas cidades grandes, que freqüentemente enfrentam problemas de escassez acentuada de recursos hídricos devido à ausência de mananciais que garantam a oferta e possibilitem a viabilidade técnico-econômica de implantação de sistemas de adução (EIA-RIMA, 2010, p.10)

Entretanto, a realidade descrita no documento não condiz com o que foi exposto nas falas dos moradores. Note-se:

¹⁷ Foram destacados do documento apenas os objetivos em que há um contraponto direto com as falas dos membros da comunidade.

Aqui é um lugar que nunca teve falta d'água, nós não precisamos da água do cinturão, que eu tenho dois poços aqui. Aí toda propriedade tem poço, nunca secou, nunca caminhão pipa passou aqui distribuindo água pra ninguém e nós não precisamos dessa água, é outro argumento nosso..... O que eu entendo de sustentabilidade é ter água, principalmente água, ninguém tem sustentabilidade se não tiver água, e nós temos aqui, nossas fontes de água, tem uma aqui atrás da minha casa, no pé daquela mata, e nós fizemos hoje além dos poços, nós temos aqui água tratada através de um projeto da associação com o Projeto São José. Reivindicamos um poço profundo e daqui até o Muquem nós temos água tratada na rede, tem uma torneira em cada casa (Papo de Fogo –Baixio das Palmeiras)

Figura 6 – Foto do Olho d'água no quintal da casa de Papo de Fogo



Fonte: Arquivo pessoal Wlirian Nobre

Verifica-se, pois, que o CAC, ao contrário do que aponta o EIA-RIMA (2010, p.10), representa, para a comunidade em estudo, uma ameaça, pois, ao invés de suprir a suposta carência de água da região, acabará com suas fontes. Assim demonstra o relato de Sanhaço (Chapado do Baixio): “ Como vai passar essa água aí né, direcionada, a gente sabe que vai ter dono né, regras sobre ela e a comunidade não vai ter acesso a essas coisas né”. Outra fala importante com esse sentido é a de João de Barro (Baixio do Muquem): “ Vai pegar uma parte de um rio o riacho do Muquem, que tem uma nascente, pelo que tô sabendo o cinturão vai passar por cima do olho d'água, porque na verdade vai afetar a questão da nascente e a gente tem que ver como é que vai ficar”.

Figura 7 - Foto do Olho d'água na Comunidade Muquem



Fonte: Arquivo pessoal de Wlirian Nobre.

Fica claro que a política pública hídrica traçada não comunga com os objetivos e anseios da comunidade. Igualmente está nítido que a relação do Estado com a Comunidade é travada de forma desrespeitosa, caracterizada pela falta de informação, de diálogo e de conhecimento das necessidades locais, bem como de seu território. De maneira lamentável, uma obra que, pelo seu objetivo, surge com o indicativo de trazer água para a região semiárida se transforma no principal expoente de preocupação pela provável perda dos mananciais locais, conforme denunciam os moradores e articuladores do Movimento Social *Somos Todos Baixio das Palmeiras*.

As próximas falas identificam os principais sujeitos envolvidos neste processo de luta e defesa do Baixio das Palmeiras:

Surgiu aqui no Baixio mesmo, dentro da Associação Rural Baixio das Palmeiras, cuja sede é aqui, a associação tem membros da comunidade da chapada, dos oitis, do muquem, eu lembro que em 2011, quando nós começamos a publicizar toda essa problemática que tava acontecendo as pessoas começaram a ficar interessadas eu lembro que o GEA – Grupo de Estudos Agrários, que é do curso de geografia da URCA, vieram fazer uma aula de campo aqui, e eles começaram a pesquisar a se interessar, a conversar com as pessoas aí o movimento foi tomando corpo, e logo tinha dois professores de Fortaleza que eram da AGB – Associação de Geógrafos do Brasil, e começaram a trazer mais alunos, e de repente a imprensa veio e outros pesquisadores da UFCA, o curso de comunicação por exemplo fez algumas matérias, os grupos que foram chegando foi a convite nosso. Mas tudo começou aqui, não houve participação externa inicialmente (Alma de Gato – Baixio das Palmeiras).

Joao de Barro (Baixio do Muquem) completa dizendo que “várias instituições ajudou, a URCA, outras universidades, GRUNEC, Cáritas, Movimentos Sociais de Jovens e de Mulheres”. Mas, segundo Sanhaço (Chapada do Baixio), “ quem começa o movimento é a associação. Outras instituições como GEA, a URCA (alguns cursos), Cáritas que já tem um trabalho aqui desde 2010 com o Projeto Solari¹⁸, facilitaram as comunicações através da AGB de Fortaleza ela assessorou e levou a gente até o escritório Frei Tito¹⁹”.

Teteu (Baixio das Palmeiras), por sua vez, acredita que a “Associação do Baixio puxou o movimento e tá lutando pelos direitos das pessoas de lá”. Sua opinião está de acordo com a de Papo de Fogo (Baixio das Palmeiras), que assim esclarece:

Quem começou a resistir mesmo fomos nós da associação o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tava fazendo corpo mole, mas a Associação Rural do Baixio das Palmeiras foi quem encampou mesmo a luta, nós quem cuidou disso, chamou o pessoal, e quando trouxe mesmo a história da devastação, e aí nós conseguimos nos mobilizar, para resistir e não deixar eles fazer o serviço.

Podemos dizer que o Movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras, é endógeno, começa através das preocupações locais, e a partir da sociabilidade política local, outros sujeitos foram agregados, buscando fortalecer o movimento, trazendo assessoria, estudos, pesquisas e elementos que trouxeram a temática CAC e Baixio das Palmeiras para a ordem do dia.

¹⁸ O Projeto Solari – energia solar, educação contextualizada, economia e reconciliação e agroecologia: capacitando jovens, promovendo a vida e conservando o meio ambiente em comunidades da Diocese Crato, tem como objetivo ser o promotor e mediador de uma ação propositiva e interventiva de educação contextualizada, organização e desenvolvimento solidário e sustentável do semiárido que permita aos jovens do campo, seus pais e comunitários, consolidar uma nova forma de relacionamento cultural e econômico, que não priorize o lucro, mas o ser humano e o meio ambiente. Ver: Cartilha Solari, Cáritas Diocesana do Crato.

¹⁹ Escritório Frei Tito - o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA) é vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa. Foi fundado em junho de 2000 e atua na prestação de assistência jurídica às comunidades cearenses que tenham direitos violados. Dados disponíveis na página oficial. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/21753-30-09-2013-hs01>. Acesso em: 10 julho de 2016.

Figura 8 - Foto da Sede da Associação Rural Baixio das Palmeiras



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Cabe salientar que nas falas sempre há uma alusão direta à Associação e à importância desta para tratar as questões locais. Internamente, o Movimento é conhecido pelos membros da comunidade e por aqueles que fizeram e fazem parte dele, porém o que fica claro é que o nome *Somos Todos Baixio das Palmeiras*, sugere uma nova sociabilidade e uma forma de solidariedade a partir de relações diretas com outros grupos e movimentos da própria cidade do Crato.

Também é possível destacar a participação do Coletivo Camaradas, Levante Popular da Juventude, Movimento dos Atingidos por Barragens, em um franco processo de formação de rede de articulação e mobilização social²⁰. O *Somos Todos Baixio das Palmeiras* sugere também a criação de uma identidade com o Baixio para além dele, ressaltando elementos prementes na luta e organização local pela questão da água.

Percebe-se que essa luta se inicia pela defesa do território, das suas fontes de água, das suas matas, da preservação do modo de ser e de viver da comunidade. Estes elementos coadunam com os pilares do desenvolvimento sustentável elaborados por Sachs (2008, 2009), que serão melhor explicitados no eixo 02: proposta projeto do movimento.

²⁰ O entendimento sobre rede no Brasil foi traçado com base em Gonh (2008). A partir da década de 90 houve uma tendência dos grupos sociais organizados se articularem em redes e criarem Fóruns a partir dessas redes, que para esta passou por um lado a imperar como um modismo e de outro como uma exigência de sobrevivência, uma vez que as redes têm enraizamento maior com as comunidades locais, mobilização social, envolvimento ativo do cidadão, da organização social, nos rumos e acontecimentos de nossa sociedade, ela se traduz nas pequenas e grandes ações e pode ser desempenhada de diversas formas.

Em síntese, as motivações iniciais do *Movimento Somos Todos Baixo das Palmeiras* foram a própria obra CAC e suas consequências, que apontam claramente para o desrespeito às demandas da comunidade, agravadas pela falta de transparência nos processos de negociação em função do não cumprimento de regras básicas previstas nas próprias normas do Estado. Tais normas pressupunham as necessárias consultas às comunidades atingidas, que deveriam ter sido realizadas através de Audiências Públicas.

Na contramão dessa obrigatoriedade de consulta à comunidade, as práticas do Estado e da empresa privada responsável pela elaboração dos estudos com vistas a execução da obra, promoveram, segundo relato dos entrevistados, o escamoteamento dos dados e o amedrontamento e divisão da comunidade através de visitas domiciliares, quando praticavam ameaças contra os moradores. Alguns deles cederam à pressão e fecharam acordos extremamente desvantajosos para si e para a comunidade. Esses casos aconteceram durante os levantamentos e visitas para indenização.

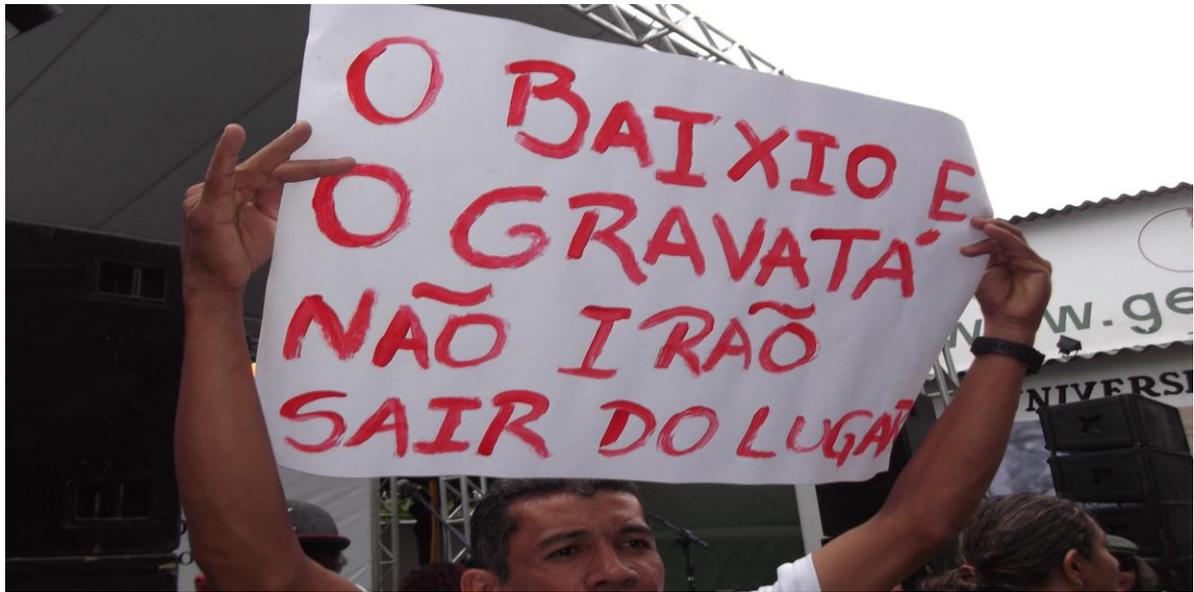
Assim, o movimento externo das demais entidades envolvidas no apoio aos moradores do Distrito Baixo das Palmeiras surge como uma forma de pressão para fazer cessar a violação dos direitos dos moradores, principalmente quanto ao acesso à informação clara e verdadeira sobre a obra do CAC, somando força à luta local, que inicialmente tinha como objetivo barrar a obra, conforme se verá a seguir.

3.1.2 Proposta/projeto do movimento

Este tópico busca elucidar quais os objetivos e valores defendidos pelos moradores da comunidade, assim como perceber o que se entende por sustentabilidade e como esta temática está presente nas ações/atividades do Movimento.

Neste item fica claro que os integrantes do Movimento Somos Todos Baixo das Palmeiras enxergam como seu objetivo principal barrar a obra do CAC, não permitindo que ela passe no Baixo das Palmeiras. Por esse motivo organizaram-se e começaram o processo de resistência. Porém, como será visto a seguir, este objetivo inicial aos poucos foi transmutado, pois o grupo percebeu que não teria condições (força) para barrar a obra. Todavia, foram buscando alternativas de mitigar os danos e impactos ao seu espaço, principalmente os sociais e ambientais. Uma dessas alternativas foi a participação do grupo em eventos importantes do Cariri, como a Expocrato 2013. Na ocasião, os manifestantes apresentaram cartazes com mensagens em defesa do Baixo das Palmeiras e contra a execução do CAC.

Figura 9²¹ - Foto do Protesto dos Moradores do Baixio das Palmeiras, contra o CAC e demais comunidades na Expocrato 2013.



Fonte: Arquivo pessoal Willirian Nobre

Através das falas dos sujeitos da pesquisa, tem-se a descrição detalhada da proposta de resistência da comunidade. Como expôs Teteu (Baixio das Palmeiras), a ideia “inicial era fazer com que a obra não passasse. Houve muita resistência e aos poucos partindo da Associação foi conseguindo algumas vitórias”.

²¹ O referido ato contou com a presença de outras comunidades que também passam pela mesma problemática de serem atingidos por grandes obras. A Comunidade Gravatá fica localizada no município de Cariri, limite com Juazeiro do Norte, onde se pretende instalar o aterro sanitário da Região Metropolitana do Cariri, a comunidade está organizada posto que compreendem que tanto Gravatá quanto as comunidades vizinhas serão prejudicadas com o empreendimento, temem a poluição de um riacho que corta a comunidade e representa meio de sustento e de acesso a água, pelo que denunciam os moradores o aterro ficará a menos de 100 metros do riacho.

Sanhaço (Chapada do Baixio), por sua vez, complementa dizendo que:

Era de resistência a não passar esse canal, a não acontecer a obra, mas diante dos fatos nós já estávamos atrasados a um ano, porque em 2010 o governo já tinha decretado estado de utilidade pública. As leis ambientais já tinham sido dadas pelos órgãos, a lei de anuência do município já tinha sido dada pelo prefeito, e isso sem a comunidade tomar conhecimento de nada, em 2011 descobrimos por causa das invasões, mas já acontecia há muito tempo.

De maneira clara e objetiva, João de Barro (Baixio do Muquem) apresenta as desvantagens da realização do CAC para a comunidade, que vão além da perda material. Segundo o morador, o Movimento surgiu com a proposta de:

Não aceitar o Cinturão porque vê que é um projeto que vai trazer destruição, desmanchando uma coisa que foi feita pela natureza. Você vai perder a visão em si, vai perder a estética, o que a gente tem no dia-a-dia, os rios, os riachos, as nascentes que vai ser tudo afetado e o movimento foi bem em cima disso aí.

Mesmo com tanto prejuízo envolvido, a comunidade não teve força suficiente para impedir a obra. Com isso, as pessoas começaram a se desmotivar, o que exigiu do Movimento e seus organizadores novas estratégias, conforme descrito no extrato abaixo:

No início agente tinha o sonho de tentar barrar a obra ou tentar desviar, mas quando a gente percebeu a desmobilização, o Estado atuando e as pessoas começando a se dividir a gente começou a agir com o intuito de pelo menos reduzir os impactos, de minimizar (ALMA DE GATO – BAIXIO DO MUQUEM).

Nesse sentido, a proposta do Movimento se consolida como uma ação de resistência que ultrapassa os limites da reação à obra do CAC, sendo constituída, numa perspectiva mais ampla, como a Luta pela democratização do acesso à água. O *Somos Todos Baixio das Palmeiras* coloca em pauta nos movimentos sociais locais a conjuntura da chamada crise hídrica ou crise da água.

Para aprofundar este debate é mister trazer algumas distinções sobre água e recursos hídricos. Com esse objetivo, destaca-se, pois, a seguinte descrição de Malvezzi (2006, p.02):

Água é um bem da natureza que está no planeta a bilhões de anos. É o ambiente onde surgiu a vida é componente de cada ser vivo. Por isso, o supremo valor da água é o biológico. Recurso hídrico é a parcela da água usada pelos seres humanos para alguma atividade, principalmente

econômica. Portanto água é um conceito muito mais amplo que recurso hídrico, embora indissociáveis.

Na continuação, o autor faz uma denúncia extremamente relevante para esta pesquisa:

Entretanto, no tocante à água, sua escassez quantitativa e qualitativa não é uma questão natural, mas produzida pela mão humana. Portanto, pode ser evitada. A própria ONU afirma que a crise da água é mais uma questão de gerenciamento ou de escassez[...] A crise da água, portanto, tem que ser focada na sua questão chave, isto é, o modo como o ser humano vem gerenciando a parcela da água que utiliza (MALVEZZI, 2006, p.02 e 03)

Destarte, as questões colocadas pelo *Somos Todos Baixio das Palmeiras*, extrapolam a própria comunidade. O que se quer dizer é que elas fazem parte de um contexto e de um debate mundial sobre a água e a sua preservação. Inclusive, o *Somos Todos* juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragens- MAB, defende “Água para a vida e não para a morte, conviver com o semiárido é a solução”.

Para melhor entendimento das razões em prol da luta do *Movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras* contra o CAC, são expostas na sequência falas que revelam a compreensão de seus membros a respeito dos impactos desta obra na vida dos moradores do Distrito.

Ela mexe, porque aqui nós somos uma família aqui no Baixio, que ali pra cima é mais uma família, aqui para baixo é mais outra, aqui conquistou isso aqui, são terrenos pequenos, foi conquistado, venderam a propriedade e nós conquistamos a morada, eu conquistei isso já perto da minha aposentadoria nos meus 50 anos, trabalhei mais de 30 anos para o proprietário e eu não queria perder minha moradia, não porque vai ser indenizado, mas indenização nenhuma paga a moradia da gente, o importante é a gente estar aonde está (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

É porque aqui é um lugar muito sossegado né, e o que vai afetar é porque vai passar aqui em cima e quando começar a desmatar e começar a chover que vir aquela lama aí já vai ter um impacto aqui com nós, ninguém sabe. Nós temos uma caixa d'água aqui, é do Sisar. Essa caixa vai sair daqui ninguém sabe para onde vai, como é que vai ficar a nossa água né? Esse Rio (falando da transposição do São Francisco) vem assim para beneficiar pessoas que tem muita terra para fazer plantação e se dê certo né, ninguém sabe, acho que nem sei para que, esse Rio tá é secando né (BEIJA-FLOR – OITIS).

O CAC afeta diretamente 08 a 10 famílias, mas talvez seja um pouco mais, isso diretamente com as casas e indiretamente todo o nosso passado está sendo demolido. Com essa questão, esse projeto que vai afetar a nossa vivência do dia a dia, vai perder a essência da convivência do dia a dia da antiguidade, do tempo passado, a degradação, eles vão fazer uma trilha, e a

gente vai perder esse terreno, a gente não sabe no Muquem em si o impacto que vai causar essa obra (JOÃO DE BARRO – BAIXIO DO MUQUEM).

Começa logo pela mudança na geografia do distrito, porque você vê essa mata todinha aí e começa a pensar ela todinha no chão. E começa também pelos vizinhos que você vai perder, não sabe para onde vão, aí tem tudo quanto afeta o meio ambiente. Dói na gente né. Como você conseguiu uma área de terra a sangue, suor e lágrimas, aí você vê ela ser desapropriada com valor irrisório e pra uma coisa que se diz de utilidade pública, mas para algumas pessoas né (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO).

Com o CAC o Baixio das Palmeiras perde muito, minha casa é no alto e eu gosto de subir no alto e olhar todo o Baixio. Dá pra gente vê a obra, desde quando ela vem de Barbalha, vai entrando no Oitis e depois desce para as Palmeiras. Quando eu imagino que essa obra vai passar por ali eu vejo a questão ambiental que vai desconfigurar muito o nosso distrito. As pessoas não param para pensar nisso. O Baixio das Palmeiras será outro, sem contar com os problemas em relação à poeira, doenças, animais que vão ser destruídos. As nossas águas são todas nos pés dos altos ali no Baixio. E essa obra passando ali logo acima o que será de nossas águas? E dizem que o CAC é só uma passagem. E nós como vamos ficar? Pelo que entendo não teremos acesso a água e eu ouvi dizer numa reunião que a comunidade tem que se organizar e reivindicar a água através da associação. Nós não precisamos dessa água do CAC, nós temos muita água (TETEU – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Diante desses relatos, é oportuno citar Leff (2011) para confirmar que os movimentos ambientalistas se apresentam como uma resposta contra a destruição da natureza, de suas formas de viver e de produzir. Tais movimentos são desencadeados por conflitos quanto às questões do acesso e do controle dos recursos naturais, além de tratarem sobre a defesa do seu território, de suas identidades, autonomia política e manutenção dos seus próprios estilos de desenvolvimento.

Neste sentido podemos dizer que o *Somos Todos Baixio das Palmeiras*, revela a necessidade premente da relação entre *movimento social e desenvolvimento sustentável*, a fim de que este verdadeiramente se efetive, afinal não basta que a nomenclatura “desenvolvimento sustentável” esteja escrita na letra da lei. É preciso que ela, de fato e de direito, se efetive. Para isso, certamente, é necessário muito mais do que leis.

Percebe-se então que o fato de o elemento *desenvolvimento sustentável* constar na base da legislação enquanto princípio não remete imediatamente à sua execução, pois, as políticas públicas encerram em si espaços de disputas entre projetos societários diferentes, uma vez que envolvem conflitos de interesses entre camadas e classes sociais distintas, além de buscarem, ao mesmo tempo, responder as demandas postas por estas mesmas classes. Isso leva, mais uma vez, à crença de que o elemento disputa de interesses está presente na gênese das

políticas públicas. Historicamente, no Brasil tem se tornado comum e frequente a participação e a pressão popular através dos movimentos sociais, associações, ONG's e demais formas de associativismo civil em luta por garantia de direitos civis, políticos e sociais.

Podemos ainda dizer que as falas acima evidenciam o elemento principal em disputa - a água. Para o Distrito Baixio das Palmeiras, a água agrega em si um valor simbólico (não quantificável), o qual foi socialmente construído pelos sujeitos que pertencem à comunidade, através dos seus usos e costumes. Por conseguinte, mesmo que a obra que deu início ao conflito e ao *Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras* traga em seu projeto de execução a possibilidade de indenização, mesmo que o valor monetário pareça ser justo, jamais conseguirá mensurar e indenizar o valor simbólico e sentimental da água para essa comunidade.

Aqui ficam evidenciados, portanto, dois significados bem demarcados sobre a água. De um lado, ela é admitida como mercadoria, como negócio, como algo que pode gerar muito lucro material. Por outro lado, ele assume um sentido para além disso, sendo considerada como um bem sentimental do qual se deve ter orgulho e lutar por sua preservação. Nesse sentido, ela é vista como elemento essencial na relação de crescimento e conquista, através da organização comunitária via Associação. Em resumo, a comunidade Baixio das Palmeiras vê a água como fonte de vida e não como financiadora do agronegócio e de outras práticas voltadas ao interesse do mercado.

Assim como denunciam os próprios moradores de Baixio, essa água não estará a serviço da comunidade e, como se não bastasse, perderão suas próprias reservas e mananciais. Sendo assim, uma pergunta e inquietação permanece entre eles: a quem servirá esta água? Esta indagação já fora respondida pelos seus próprios pares, conforme se observa nos relatos subsequentes:

A obra atenderia ao agronegócio, ao Porto do Pecém e ao abastecimento de Fortaleza, que tá no colapso. Como Fortaleza recebe água doada toda vida do Cariri, aí essa é a via mais fácil para mais essa vez a gente ser doador[...]. Mas o sentido dessa água é o Porto do Pecém, não tem outra explicativa, porque lá é que tá a produção de melão, de hortifrúti em geral, a lavagem de navios, uma siderúrgica que vão fazer, termoeétrica que tem que ser alimentada. E para nós, dessa obra fica o estrago e o pessoal disperso sem ter para onde ir (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO).

De acordo com Sanhaço, o resultado do CAC para Baixio é um cenário de caos. Consequentemente, os moradores são impulsionados a lutar e a resistir. Essa ação coaduna com o que comentam Ziglio e Comegna (2013, p.514). Conforme os autores:

O modo de produção vigente, inegavelmente, produz as externalidades negativas e, também cria um campo de protesto por parte dos movimentos socioambientais vítimas desta lógica. Sendo assim, surge o campo de luta contra a ordem estabelecida buscando legitimar uma justiça social.

No intuito de dimensionar as externalidades negativas deixadas por essa obra, a seguir são expostas algumas fotos do trecho da obra, realizado na comunidade vizinha, no município de Barbalha, Cabeceiras, que faz fronteira com o Baixio das Palmeiras. As imagens demonstram a destruição do meio ambiente e também a situação de descaso e abandono em que está a obra.

Figura 10 - Foto do Trecho do CAC na Comunidade Cabeceiras, em Barbalha/Ce, divisa com Comunidade Oitis (Distrito Baixio das Palmeiras).



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Ao definir os elementos que retratam no que e como o Baixio das Palmeiras será afetado pelo CAC, também se evidenciam aqui os valores pelos quais os moradores lutam e resistem, bem como desnudam-se os pilares do desenvolvimento sustentável orquestrados por Sachs (2008 e 2009).

Sobre os referidos valores, Sanhaço (Chapada do Baixio) destaca os “culturais, geográficos, nossos rios, nossas águas, que temos aqui e corremos o risco de perder, as moradias e a boa vizinhança”. Outras falas também devem ser destacadas e vão além na explicação. Veja-se:

Tudo o que tem no Baixio tem valor para a comunidade, por exemplo a sede da associação corre o risco de ser atingida, algo histórico, os terrenos de herança para todos os filhos que é incalculável para aquelas pessoas, vai mexer com toda a história do Baixio e isso é um impacto muito negativo, as pessoas mais idosas vão. Tudo o que tem no Baixio tem valor para a comunidade, por exemplo a sede da associação que corre o risco de ser atingida, algo histórico, os terrenos de herança para todos os filhos que é incalculável para aquelas pessoas, vai mexer com toda a história do Baixio e isso é um impacto muito negativo, as pessoas mais idosas vão sofrer muito. Por exemplo em Nova Jaguaribara os idosos ficaram tão tristes com a construção do castanhão que muitos adoeceram e faleceram, eu fico receioso que aconteça isso também no Baixio (TETEU - BAIXIO DAS PALMEIRAS).

O bom é que não vinhesse, mas a gente sabe que vem né, a gente quer lutar é pra todo mundo aqui, já que vai passar por tras de nossas casas, que fique agua aqui pra gente, que não seja beneficiado só aquelas pessoas que já tem do que sobreviver que fique para nós que somos agricultores fazer plantação e tudo (BEIJA-FLOR – OITIS).

Permanência com a água, a estrada, escola, posto de saúde, energia, é o que nós precisa o agricultor tendo essas coisas tem o básico né. Defendo o direito de continuar morando, nunca vinheram aqui oferecer, a gente sabia que o governo tem força, mas o povo organizado também tem. Eu disse lá na reunião que pra o governo fazer isso deveria comprar uma propriedade aqui no Baixio para fazer o assentamento dessas famílias substituindo pelo pedaço que o governo tava ocupando né, nada disso eles fizeram, o negócio deles é indenizar com dinheiro e você que se vire e é uma coisa que nos era contra porque dinheiro para mim não é importante, importante para mim é a terra é você permanecer aonde tá (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Fundamento nosso é permanecer longe dos centros urbanos é criar nossos filhos nos nossos costumes, sabendo o que é a terra, a agua, e os nossos direitos de antigamente e nós devende esses princípios sabe (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Os valores acima mencionados coadunam com o que o grupo entende por sustentabilidade:

A obra está na contramão da sustentabilidade, nós dentro do movimento defendemos que não dá para conciliar a obra com sustentabilidade. Por exemplo: O Baixio é uma comunidade que tem ações voltadas para a sustentabilidade, por exemplo, projeto de sementes criolas, que tá dentro da associação, com o objetivo que a gente possa difundir aqui a reprodução de sementes nativas, que já eram produzidas aqui a séculos, conservar essas sementes esse patrimônio genético que é muito valioso para agente. Uma obra vai estimular o agronegócio a agricultura irrigada, é muito difícil a permanência deste projeto de Casa de Sementes crioula, então a comunidade tem ações sustentáveis e a obra vai na contramão disso (ALMA DE GATO – BAIXIO DAS PALMEIRAS)

Figura 101 - Foto do Intercâmbio entre comunidades promovida pela Cáritas Diocesana sobre a experiência com as sementes crioulas em maio/2016



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Para ampliar esse conceito do termo em discussão, devem citadas, então, outras falas, reproduzidas na sequência:

É a forma pela qual as famílias tiram o seu sustento do meio em que vivem da melhor forma possível sem agredir o ambiente. É o local onde as pessoas moram e sobrevivem dali, no nosso caso é através da agricultura familiar, muitos têm os seus quintais produtivos o que essa obra não vai trazer né (TETEU – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Aí tem tantas vertentes né, tudo isso aqui que nós tamo vendo, apontando para as matas, o espaço físico, as casas, as famílias ali presentes), a própria cultura daqui que é desenvolvida, e que nós já perdemos boa parte dela, perdemos várias mezinheira, rezadeiras, perdemos o milho, o algodão, a mandioca tudo para a agropecuária (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO).

Na medida que nós agimos nós estamos lutando pela manutenção do que é o Baixio. Sabemos que vai ter diferença porque ela vai passar, falando da obra, mas na medida que nós conseguimos êxito em algumas ações, como o canteiro de obra que não vai ficar no Baixio, porque destruiria outro espaço o da produção, aí a sustentabilidade ia ser bem afetada. Lá tem muitas fruteiras, tem as plantações que fazem tradicionalmente, se eles vêm e tomam posse desse lugar, se referido ao espaço que seria destinado ao canteiro de obras, vai ter afetado o meio que as pessoas tiram a sua sobrevivência, para que tenha sustentabilidade é importante que vitórias como essa aconteçam (TETEU – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Figura 12 - Foto da Produção orgânica em forma de mandala



Fonte: Arquivo pessoal Wlirian Nobre

A seguir, destacam-se algumas ações/atividades desenvolvidas pelo movimento, todas com o objetivo da manutenção das suas matas, água, modo de ser e de viver, de suas moradias, bem como dos prédios que são históricos na comunidade.

A associação começou essa história. Tivemos reunião, fomos ao Promotor de Justiça, Defensoria Pública. Lá nós tem um processo de toda a história. Em outro tempo nós fomos para a Justiça Federal em Juazeiro do Norte, tivemos lá três reuniões, lá tem outro catatau de processo também, aí nós já tivemos mais apoio, a partir dessas audiências e por aí começou (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

A principal é a criação desse Fórum, se referindo ao Fórum Popular das Aguas do Cariri, acho muito importante foi a partir de tudo que aconteceu lá no Baixio, e agora ele vem agir na área todo do Crato que tá sendo atingida. Então foi outra forma que eu defino como extra Baixio para somar com as outras pessoas que querem ser ajudadas em todo o município nas áreas em que são atingidos (TETEU – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Os anos de 2012/2013 foram os anos que participamos de mais atividades. Por exemplo, fizemos quatro visitas na defensoria, na promotoria uma vez, no Ministerio Publico três vezes, visitamos toda a imprensa local do Crato e algumas de Juazeiro e Barbalha, fizemos atos, manifestações. Por exemplo, 2013 na expocrato a gente fez um movimento lá, aproveitamos a vinda do governador, com faixas, palavras de ordem e fizemos esse manifesto. Em Juazeiro também tivemos uma participação, mas as nossas ações vamos organizando conforme os eventos. Por exemplo, recentemente teve reunião no Forum Araripense, que discute as questões da sustentabilidade, desertificação na região e a gente foi fazer uma participação lá. Semana passada teve um evento na Urca referente à semana da água, agente teve uma participação. Hoje o movimento foi deslocado pro fórum. A gente tinha que atuar muito enquanto Forum Popular das Aguas e isso é uma ação que começa com o Somos Todos Baixio das Palmeiras (ALMA DE GATO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

A relação entre Movimentos Sociais e Sustentabilidade como conceitos pensados a partir da experiência concreta da luta do *Movimento Somos Todos Baixo das Palmeiras* – MSTBP, permite perceber uma série de elementos essenciais na construção e desenvolvimento desses movimentos com vistas ao *desenvolvimento sustentável*.

Refletindo à luz dos pilares da sustentabilidade (social, ambiental, territorial e econômico) conforme sistematiza SACHS, pode-se afirmar que, no aspecto social, o MSTBP desenvolve uma defesa significativa dos valores tradicionais das comunidades atingidas. Já no aspecto ambiental, luta pela defesa do meio ambiente e principalmente da não destruição da vegetação e, conseqüentemente, das nascentes. Nesse aspecto, está diretamente direcionado à busca pela qualidade de vida dos moradores e de toda a circunvizinhança.

Na fala das lideranças entrevistadas fica claro uma visão de simbiose entre as pessoas e o meio ambiente, que precisa necessariamente ser preservado. No aspecto econômico a sustentabilidade está relacionada, na crítica, às causas e efeitos dessa grande obra. Sem dúvida, como entendem as lideranças do movimento, as condições de vida dos moradores serão prejudicadas economicamente.

Nenhuma “compensação” será capaz de recuperar as perdas de referências históricas com o território em que vivem e as chamadas melhorias coletivas que venham a ser produzidas estão voltadas prioritariamente para o abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza e a manutenção das práticas produtivas, principalmente da fruticultura, no Vale do Jaguaribe.

Vale ressaltar que os objetivos do Movimento foram sendo adaptados de acordo com a conjuntura e a viabilidade de concretização das reivindicações. O objetivo inicialmente definido de parar a obra foi substituído pela luta pela minimização dos impactos com o desvio de trechos e a derrubada de menor quantidade de árvores e de casas. Nesse sentido, o movimento, em nenhum momento, teve como prioridade a luta pelo aumento da indenização individual das pessoas atingidas, apesar dessa pauta ser relevante não era prioritária.

O que os valores defendidos pelo movimento deixam claro nas reivindicações realizadas é que a prioridade era a manutenção das tradições da comunidade, principalmente representadas pela manutenção intacta do prédio da sede da associação e a preservação da Igreja e da pracinha, lugares de convivência e confraternização de toda comunidade, que cuida com muito afincos desses espaços, utilizando-os regularmente para festas religiosas e culturais. Vale destacar o Grupo Dança do Coco e do Maneiro Pau, que está organizado nas comunidades do distrito do Baixo das Palmeiras e realiza regularmente apresentações na comunidade e nas vizinhanças.

Assim, fica evidente que um pilar fundamental ligado aos aspectos humanos e sociais do Movimento é a questão cultural, que tem sido historicamente relegada e induzida ao esquecimento como forma de dominação através da perda de identidade das comunidades, reduzindo ou eliminando qualquer resistência quando são feitas ameaças aos territórios através dessas grandes obras.

Em síntese, no MSTBP, os valores do momento foram definidos no processo histórico de organização da Associação dos Moradores. Esta história de lutas que nasceu ainda no período da ditadura militar, permitiu a formação de lideranças que mostraram uma capacidade ímpar de perceber-se num contexto mais amplo e encorajados a enfrentar as imposições do Estado.

3.1.3 Organização

Este momento é dedicado ao entendimento de como os moradores do Distrito de Baixio das Palmeiras se envolve no MSSTBP e como são definidas suas ações, além de verificar quais as principais fragilidades encontradas pelo Movimento.

Quanto ao envolvimento das comunidades que serão diretamente atingidas pelo CAC e que fazem parte do MSSTBP, é importante fazer um destaque e esclarecimento sobre a comunidade Oitis, posto que é a única em que as famílias são moradores e não se sentem donos da terra. Nesta comunidade, a situação de insegurança e incerteza os amedronta para participar do processo de luta e mobilização. Veja-se, pois, a fala de um dos seus moradores sobre o processo de produção e permanência na terra:

A gente mora aqui nesta parte ali embaixo agente planta, 1, 2, 3 tarefas, nessa tarefa agente paga a renda do milho e do feijão, e a fava não paga renda. Antigamente na época do meu avô, tinha que trabalhar né, dois, três dias de graça pra eles pra ter a moradia, hoje não você trabalha livre, só que você não pode fazer nada. Não pode fazer um banheiro, não pode fazer uma casa de tijolo, só pode fazer uma casinha de taipa e pronto e se ele der permissão, se referindo ao dono da terra, não pode criar um bicho, não tem direito de criar ovelha, um gado, nada, você só mora aqui (BEIJA-FLOR – OITIS).

Na continuidade da entrevista com ele realizada, lhe foi solicitado que comentasse sobre o reconhecimento do quantitativo de famílias que residem na localidade, de modo que proferiu as seguintes palavras:

Aqui ultimamente tem 21 famílias. Aí os filhos vão casando e faz um ranchinho ali encostado, aí agora eu não sei se já tem 25. Ele disse que morador mesmo são os mais velhos, ele diz que só tem 09 moradores, se referindo ao dono da terra, aqui os outros são filhos dos moradores (BEIJA-FLOR – OITIS).

A respeito do sentimento em relação à situação de pressão e preocupação impostas pela implementação da obra, narrou o trecho abaixo:

A gente aqui se sente meio constrangido, a gente não tem direito de fazer nada, a gente mora como se fosse de aluguel, terra dos outros é casa dos outros, casa dos outros é terra dos outros, é hoje e amanhã não. Então a gente fica submetido a qualquer coisa que for pedir a um não ou um sim, depende da maneira como você for falar, mas a gente vive acostumado pelo não (BEIJA-FLOR – OITIS).

Os fatos acima relatados demonstram a vivência de situação degradante e excludente, que dificulta o fortalecimento de vínculos de pertencimento com o espaço local, como bem coloca Beija-Flor, quando usa os termos “terra dos outros, casa dos outros”. Isso impacta diretamente na vivência da sociabilidade política da comunidade, posto que sentem medo do que possa acontecer e de perder o espaço que têm para morar, ainda que este seja em precária situação de habitabilidade.

As observações de Beija-flor continuam e assim ele esclarece sobre o envolvimento da comunidade local nas atividades do movimento:

Olha na verdade não foi nem nós aqui da comunidade Oitis, foi ajuda da Associação do Baixio das Palmeiras que entrou com força mesmo pra lutar, porque senão fosse a Associação do Baixio das Palmeiras já tinha feito o maior destruímento aí pra cima. Aqui na verdade quase nenhum morador participa, eu mesma cheguei a ir muitas reuniões aqui no Oitis, só umas três pessoas participaram. Aí teve uns que foram indenizados, quiseram pagar um tanto eles assinaram e pronto, ficou por isso mesmo, porque não tiveram a iniciativa de ir de prestar atenção (BEIJA-FLOR – OITIS).

Em seguida, o entrevistado esclarece que “aqui as pessoas não participam muito porque são moradores, e aqui o dono, a família é tudo advogado, as pessoas são humildes e tem medo das ameaças, é esse o problema né” (BEIJA-FLOR – OITIS).

Quanto a sua postura pessoal, ele faz questão de destacar: “Agora eu não tenho medo, eu quero lutar pela minha comunidade, não tenho medo, seria bom, Deus é tão bom, que cada

qual tivesse aquele pedacinho pra você fazer o que quiser. Eu luto pela minha comunidade sim, um dia a gente pode chegar lá” (BEIJA-FLOR – OITIS).

No que diz respeito à situação específica do Oitis e de seu processo de participação e envolvimento no Movimento, Teteu (Baixio das Palmeiras) esclarece e justifica que:

O Oitis lá é uma área de uma pessoa só, o sistema lá é rudimentar porque eles ainda vivem com aquela questão de que quando vai fazer algo tem receio, porque tem que avisar a pessoa responsável, para que ele vá falar com o dono da terra. E com relação ao CAC, eu vejo que lá a associação do Oitis eles são acomodados porque tem medo de procurar os seus direitos.

Na sequência, ele assim denuncia:

Nós sabemos que as indenizações para as casas de taipa é de 25 mil reais mas lá eles só receberam 20mil reais, mas porquê? Para onde foram esses 5mil? Eles não tinha direito num era a 25mil pela casa fora a benfeitoria. Não entendo eles receberam 20mil e ficaram calados, não procuraram seus direitos, não procuraram advogado (TETEU – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Vale ressaltar que as demais comunidades do Distrito não passam por essa problemática vivenciada pelo Oitis. Por isso, seus representantes trazem novas informações a respeito da forma como a comunidade se envolve nas atividades propostas pelo movimento:

O grupo é pequeno viu, a participação da comunidade não é um grupo grande, a associação, nós nos reunimos mensalmente e nós temos de 10 a 12 pessoas que vão para a reunião, que são ativas, que participam, mas nos temos pessoas que fazem parte do movimento sem estar dentro do movimento. Por exemplo: tem pessoas que são atingidas e que não participam das reuniões, que não vão para as manifestações, mas que dizem o seguinte: nós estamos com vocês, eu sou contrário eu não aceito a obra eu defendo o movimento, mas não participa diretamente. Então o movimento tem dessas coisas, das pessoas estarem dentro do movimento sem se perceber como movimento mesmo (ALMA DE GATO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Hoje ela tá mais dispersa, deu uma enfraquecida né, mas elas participam diretamente com alguma manifestação, na divulgação principalmente através da tecnologia mantem o grupo alimentando de informações, tem aqueles que fazem panfletagem, principalmente na cidade através do próprio GEA (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO)

Começou até bem, mas teve esses desacordos, esses desajustes que nós sofremos muito pra gente dá sustentação. Eles são estratégicos, eles começaram indenizando os de menos condição, até o Sindicato nos tentamos fortalecer com eles, e eles sempre ficavam de fora, agora que eles abriram as portas, criamos um grupo dentro do Sindicato, pra mim já foi melhor já tivemos uma força maior até mesmo na mídia porque o Sindicato tá fazendo

parte desse grupo agora com toda a força com o objetivo nosso aqui (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Quanto ao processo de definição das ações, em alguns momentos as falas retomam a fase inicial, que foi a causa, o estopim para o início do movimento, além de ressaltarem a disciplina na organização das reuniões e na democratização das informações. Seguem alguns relatos:

Tudo começou com as invasão dos terrenos a partir daí teve muitas reuniões e partir delas, seminários, há um chamamento a Associação do Baixio sempre se organizou e chama as comunidades para discutir as ações. A associação do Baixio é a pioneira para puxar as conversas, o Sindicato tem um papel importante agora. E quando alguma coisa acontece de uma hora para outra também existe o comunicado através do som da igreja, e tem representante do movimento que vai de casa em casa para articular o povo (TETEU – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Começa dentro da associação tudo que é para fora é tratado aqui, e contamos com o apoio de outras entidades a universidade, de lá mesmo de onde você veio, a igreja na questão da Cáritas Diocesana, e por último nós tem o apoio que eu considero um apoio geram que é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Tudo é definido nas reuniões. Como por exemplo: foi definido tirar uma comissão para negociar direto com a SRH, fica uma pessoa responsável, se tem uma reunião do Forum Araripense, vai outra pessoa, pra representar, pra divulgar e defender, tudo definido no grupo, organizado em comissões para participar de todas as ações (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO). Através de comunicação a comunidade se reúne para discutir, tem palestra na escola sobre o cinturão, e toda reunião na comunidade se fala no cinturão (JOÃO DE BARRO – BAIXIO DO MUQUEM).

Apesar do processo organizacional e dos resultados alcançados pelo Movimento, os sujeitos destacam alguns pontos elencados como fragilidades. Note-se:

Ele fragilizou desde o momento em que algumas pessoas entraram no grupo e foram beneficiadas e essas pessoas saíram desmotivando as outras, e começaram uma pressão psicológica nos outros se não recebessem o que tavam dando iam perder e desestabilizou um pouquinho (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO).

Nós tem lutado muito e é um pouco complicado essa defesa. A gente educa o povo de uma maneira, e tem o pessoal político que educa de outra maneira né. O bom é você receber o dinheiro, compram aonde quiserem se não comprar aqui, compram aí no Crato, no Juazeiro, e pra nós isso não é mudança, e isso não tem fundamento pra nós (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Principalmente as pessoas não confiar no movimento e procuraram resolver da sua forma, e muitas pessoas atingidas não tem o interesse de ir resolver a situação (TETEU – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Porque a pessoa que é o presidente aqui da associação do Oitis se deixa levar pelo dinheiro se vende por micharia né, qualquer coisa que a gente vai fazer ele vai lá dá alguma coisa para ele e ele se cala de novo né, se referindo ao dono da terra, Associação do oitis não é atuante em relação ao movimento o pessoal do Oitis se organiza a partir do Baixio das Palmeiras (BEIJA-FLOR – OITIS).

A falta de motivação, o cinturão trabalhou Barbalha e Monte Alverne, início e fim, e o meio ficou somos nós. Aí a comunidade em si é uma, duas, três pessoas envolvidas, pra uma comunidade de tamanho diferenciado, que é difícil chegar até as pessoas. E não participação tem duas vertentes a formação e a informação, formação das pessoas para educar, informação agente informa, e as pessoas acham que isso não vai acontecer, não vai ser assim, falta educação...O que mudou é quem foi indenizado, deixou as coisas, os que diziam que ia ter morte, aí o dinheiro saiu, as pessoas já tão nas casas novas e pararam de participar. Não to sendo coerente com a comunidade, que são todos e não só eu, e era pra tá mais efetivo no movimento eu já to de boa e para de participar. Quando eu to num movimento tenho que olhar para mim e pelo meu vizinho também, na hora que surgiu essa questão do dinheiro veio a diminuir a luta, porque dinheiro não é tudo. Conviver em paz na sua comunidade é mais que dinheiro (JOÃO DE BARRO – BAIXIO DO MUQUEM).

Partindo do processo do surgimento e organização do *Somos Todos Baixio das Palmeiras* não é ousado, portanto, dizer que este, conseguiu pautar uma identidade e uma solidariedade entre agentes internos e externos, a partir de relações diretas de formação de parcerias e articulações entre o próprio movimento e outros movimentos sociais e demais grupos locais, como o levante popular da juventude - o MAB, o Grunec, a Cáritas Diosena, as Universidades locais, que somaram força e apoiaram a luta local. Porém, internamente, o Movimento carece de um fortalecimento por parte da identidade da comunidade local.

Porém, no decorrer de sua luta, sofreu decréscimos, enfraquecimentos, sendo um dos pontos importantes de retorno da pesquisa a necessidade de se trabalhar de forma mais contundente as pautas do movimento e as novas configurações deste.

Como se pode observar, a participação das comunidades do distrito do Baixio das Palmeiras foi perdendo força no curso do tempo. De fato, as mobilizações no início da ocupação do território e a clareza das ameaças enfrentadas foram um fator forte de união e de destaque para as lideranças do distrito no início da associação. Estes elementos, ao invés de propiciarem o fim do Movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras, trouxeram a sua

ressignificação, que se traduz na fala dos entrevistados nas perspectivas para o Movimento, conforme será visto na sequência.

3. 1. 4 Perspectivas Atuais

Neste item salienta-se as principais conquistas, e se busca perceber qual a perspectiva de futuro para o Movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras. Sendo assim, as falas abaixo elencam as principais conquistas destacadas:

Na primeira medição eles fizeram iam pegar essas casas aqui tudo né na beira da estrada, ia levar o Baixio inteiro né me peso. Só que aí a gente lutou, lutou, fomos reunião, tivemos audiência com eles aí resolveram subir né, apontando para outra área que vai passar a obra, que aí vai pegar menos casa. Ai mudou o canal para cima, diminuindo o impacto na quantidade de casas que pegam né, e o impacto ambiental agente planta aí em baixo, mas o que nós queria mesmo é que não saísse daqui, era que essa obra não passasse (BEIJA-FLOR – OITIS).

Recuar o local que seria mais pra trás por lado as matas, vai ter muito impacto ambiental e vai pegas as casas o movimento inicial era muito forte e ainda é porque tem o Forum...Hoje a gente entende que o Baixio das Palmeiras é um lugar de silencio em relação a essa obra, e eu lembro em uma reunião uma pessoa que tava a frente da obra falou das indenizações e que o Baixio seria o último local que a obra iria passar e com certeza isso é devido à resistência e os impactos que vai trazer eles sabem. Sim e o canteiro das obras que seria próximo a comunidade e foi colocado em outro local (TETEU – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

A diminuição da largura do canal, principalmente nessa parte de baixo aonde ia passar com 100metros, vai passar com 50metros e alguns cantos com 75metros. E fica a incerteza se isso vai prevalecer, então com essa incerteza é que não podemos enfraquecer e coma procura dessas outras comunidades se juntando a nossa luta aí nos fortalece né (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO).

Para nós, a principal conquista é a gente permanecer aonde mora, foi que aqui ia passar com 100metros, se referindo ao canal, de um lado e de outro, e nessas audiência do Ministério Público da Defensoria Pública, principalmente do Ministério Público de Juazeiro do Norte que a gente conseguiu que a gente era chamado para reunião, a gente fez com que eles viessem a audiência e lá foi feito o acordo escrito no papel assinado pelos presentes que aqui nessa área do Baixio das Palmeiras até o Muquem ia passar apenas com 50 metros de um lado e outro, que já ameniza, que vai passar ali perto da mata, apontando para o local. Também o material que tirasse daí não era pra jogar de ladeira abaixo, porque quem tá em baixo vai se aterrar e se isso acontecer vai ter revolta, foi dito isso lá na frente do juiz federal, que ia ter revolta...Aí para mim o que tivemos de lucro é que até agora não mexeram aqui (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Indo para outras comunidades a gente consegue visualizar a importância do movimento, porque por exemplo: lá em Poço Dantas e outras comunidades o que aconteceu indenizações baixas, a maioria das comunidades perderam terra, água, trocaram isso por emprego e hoje não tem mais emprego. Olhando para essas outras comunidades a gente vê que nós conseguimos no mínimo retardar isso que não aconteceu aqui né. Considerando que a obra tá parada e só vai retornar em 2018, a gente tem tempo pra se organizar, pra se articular, aumentar essa mobilização (ALMA DE GATO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Percebe-se que as conquistas alcançadas pelo movimento coadunam com sua luta e persistência e dizem respeito à manutenção do seu espaço de moradia, de diminuição dos impactos ambientais e de preocupação com a possibilidade de perda do acesso à água. Porém, estas conquistas ainda não se efetivaram. Como eles mesmos colocam, o Baixio das Palmeiras é um local de silêncio sobre esta obra, o que os deixa com incerteza e insegurança, além de gerar a necessidade de traçar novas estratégias e buscar outras formas de organização e resistência. Neste contexto, o grupo aponta as perspectivas para o futuro:

Olhando de 2011 até hoje acho que colocamos o Baixio em evidência, isso é muito importante, e hoje conseguimos colocar em discussão o Cinturão das Águas, nós conseguimos colocar em debate a obra, na universidade, nos movimentos sociais, que não discutiam antes, o governo é muito omissivo (ALMA DE GATO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Sobre o desejo de colocar o Baixio das Palmeiras em evidência e o debate sobre o CAC, o Movimento aponta como principal ponto de articulação e de perspectiva para o futuro a criação do Fórum Popular das Águas do Cariri. Posto isso, assim descrevem como ocorreu o seu processo de criação:

A criação do Fórum aconteceu porque houve uma cobrança para isso no Baixio, que através de um seminário, que a Associação do Baixio sempre faz, anualmente, que chama o Distrito todo para discutir os seus problemas das comunidades, o último foi em 2015, e lá foi levantado a questão do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ter mais ação sobre essas questões do CAC, e foi naquele momento que houve mais aproximação entre o Sindicato e a Associação Rural do Baixio das Palmeiras, e a formação do Fórum das Águas do Cariri (TETE – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

Figura 11 – Foto de Matéria no Jornal do Cariri em 17 de dezembro de 2015



Fonte: Jornal do Cariri, dezembro de 2015

Ainda sobre o processo de criação do Fórum, Teteu acrescenta que:

O Fórum é um espaço que foi criado através de pessoas, da Associação do Baixo, do Movimento Sindical e outros órgãos por exemplo: ONG'S, estudantes, pessoas atingidas, foi criado em novembro de 2015, um espaço a mais que é fundamental para agir e pode ter mais força. O objetivo do Fórum é maior é algo que pode agir em todo o município, em toda a trajetória da obra, então o movimento do Baixo é focado no Baixo, o Fórum é uma ampliação da luta puxada pelo Baixo das Palmeiras.

A questão do Fórum como ampliação do Movimento Somos Todos Baixo das Palmeiras na luta contra o CAC é referendada pelos demais entrevistados do seguinte modo:

Conseguimos um espaço dentro do Sindicato Rural e depois disso agente já tá conseguindo abranger outras comunidades, reunião em Montealverne, nas Cabeceiras em Barbalha, e tão visitando outras comunidades atingidas pelo CAC e que já tiveram prejuízo, o objetivo é fortalecer a nossa área o que nos vem defendendo (PAPO DE FOGO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

A luta começa no Baixio e hoje se expande para outras comunidades, até o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que era contra as nossas ações, que não deu ouvido quando nós tava gritando, ele era mais a favor da obra em si, e hoje por conta desses desacertos nas indenizações podemos dizer que é um aliado, entre aspas, porque nós deixa reunir lá, formou uma parceria não tao firme mas se compromete a divulgar as ações nas programações deles, participa das reuniões com a comunidade, como ontem mesmo em Poço Dantas. Essas reuniões é puxada pelo Movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras, a associação se viu com os braços curtos para abraçar todo mundo aí foi criado o Fórum (SANHAÇO – CHAPADA DO BAIXIO).

Figura 12 - Foto da Troca de Experiência e Formação Política entre o Fórum Popular das Águas do Cariri e o Movimento dos Atingidos por Barragens – Ano 2016



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Atualmente, o Movimento está num processo de reconstrução, de busca por alternativas de fortalecimento, uma vez que seus componentes identificam que, internamente, no Distrito Baixio das Palmeiras, a participação vem decrescendo. Eles apontam algumas razões para o desânimo dos moradores, entre elas a principal é a falta de informações, o silêncio das autoridades. Não se sabe ao certo o que vai acontecer com o Baixio das Palmeiras, se as conquistas serão garantidas. Alguns acreditam que a obra não será mais realizada. Sendo assim, muitas estratégias foram utilizadas no sentido de esvaziar o Movimento, tais como as indenizações individuais e as tratativas individuais de desacreditar o Movimento.

Posto isso, o grupo percebe a necessidade de se reestruturar. Um ponto interessante levantado por Teteu é o fato de anualmente realizarem um seminário com todos os representantes das associações do Baixio das Palmeiras, momento de socialização de

experiências, de troca de vivências e de debate sobre seus problemas e de busca de soluções. Em 2015, conforme fora relatado a respeito do próprio *Movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras* e do CAC, foi definido como necessidade para avançar com o Movimento a criação do Fórum denominado de Fórum Popular das Águas do Cariri. Atualmente, este Fórum das Águas do Cariri, como é mais conhecido, se coloca enquanto perspectiva de continuidade da luta, de politização dos debates e discussões, e ampliação para além do Baixio das Palmeiras.

Desta forma, pode-se dizer que a experiência do Baixio das Palmeiras serve de exemplo para vários outros movimentos de resistência e tem se constituído como o principal incentivador da manutenção das ações do Fórum das Águas do Cariri. A partir dele se retroalimenta, com o apoio de outras instituições, de outras comunidades, essa luta, levando as ações e atividades em torno da preocupação, não somente dos impactos do CAC, mas da situação das águas no Cariri, para as demais comunidades e para o Ceará como um todo, através de uma rede de resistência junto a outros movimentos estaduais que tratam da questão da água.

Por fim, coloca-se aqui as perspectivas futuras do movimento, que ora se organizam através do Fórum Popular das Águas do Cariri, o qual busca agregar outros sujeitos políticos e alargar a luta para além do Baixio das Palmeiras. A construção desse fórum denota um amadurecimento da luta local e a percepção de que a questão do uso das águas e do gerenciamento das mesmas não perpassam apenas pela comunidade em estudo. É preciso colocar este debate para além da comunidade, agregando outras comunidades e grupos da própria Cidade de Crato e, quiçá, do Estado do Ceará. Essa iniciativa traz à tona a perspectiva de rede, de fortalecimento interna e externa dessa luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se descortinou a partir da intenção da pesquisadora de encontrar aplicabilidade prática entre a pesquisa e as contribuições que dela podem reverberar, o que favoreceu a aproximação com os dados e experiência empírica do *Movimento Social Somos Todos Baixo das Palmeiras*. Se constituiu, então, numa perspectiva mais ampla, como mote central deste estudo compreender como a luta social de resistência de um povo pode contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Para tanto, buscou-se aproximar o conteúdo acadêmico da vida das pessoas e, ao mesmo tempo, fez-se o caminho inverso, ou seja, aproximar a academia dos conteúdos produzidos pela comunidade organizada, de modo a perceber como pensam e entendem o desenvolvimento sustentável a partir de suas próprias ações.

Por conseguinte, foi adotado o pressuposto de que os atores sociais envolvidos no MSSTBP agregam uma consciência de desenvolvimento sustentável e de pertencimento a um território; a um modo de ser e de viver, com práticas sustentáveis através da produção agrícola local, tendo como exemplo a Casa de Sementes, a Horta Comunitária, os Quintais Produtivos, o contato direto com o verde, com as matas, a fauna e as fontes de água locais, inclusive construíram a compreensão que da preservação da mata, decorre a existência e manutenção de suas fontes, que são fundamentais, tanto para o desenvolvimento sustentável quanto para a construção e continuidade da vida e da “luta”.

Na fala dos entrevistados do movimento, percebe-se claramente que no conceito de *desenvolvimento* o adjetivo *sustentável* encerra em si uma nova dinâmica - não apenas voltada para os apelos econômicos, mas que traz outras dimensões (social, ambiental e econômica) -, assim os movimentos sociais tornam-se elementos de significância para o alcance dessa sustentabilidade que equaciona a lógica da justiça social.

Em outras palavras, ao concluir esse estudo, podemos afirmar que para que o *desenvolvimento sustentável* passe de uma simples retórica para uma transição com bases mais justas e sustentáveis de manutenção e afirmação da vida, é essencial que se escreva junto a esta ideia a pressão e a organização popular, representadas pela luta e resistência através da participação nas diversas formas de associativismo civil, com destaque para os movimentos sociais, posto que, no desenrolar do desenvolvimento tal qual se conhece, muitos foram os conflitos criados e intensificados em torno de diversas questões, ressaltando, aqui, os conflitos socioambientais, aqui representado pelo exemplo do MSSTBP.

O presente estudo nos permite ainda afiançar que a relação clara entre o engajamento na luta social em defesa de um território e o desenvolvimento sustentável, a exemplo da comunidade Baixio das Palmeiras que diante da ameaça da obra hídrica CAC, buscou organizar-se internamente, e a partir de sua luta agregar outros parceiros, a exemplo do MAB, Levante Popular da Juventude, dentre outros, ampliando seu espaço de discussão e de ação, não só voltado a discutir o CAC no Baixio, mas para o conjunto da política de gestão dos recursos hídricos do estado do Ceará, e seus impactos na Cidade do Crato/Ce, através da criação do Fórum Popular das Águas do Cariri, pode-se afirmar que quanto mais o Movimento se fortalece e amadurece, mais seus membros compreendem realmente o conceito de desenvolvimento sustentável e a necessidade de ampliar a visão de mundo para realmente conseguir mudar a realidade.

Porém ao passo em que o MSSTBP passa a fazer parte de novas frentes, encampando a criação do Fórum Popular das Águas do Cariri, não pode deixar de lado o debate local sobre a questão do CAC na comunidade, essa colocação serve como alerta de que a luta precisa continuar a ser alimentada interna e externamente.

Por fim se faz necessário apontar alguns limites desta pesquisa, os quais não se colocaram, como elementos de estudo, e que são colocados como novas possibilidades de estudos e pesquisas.

A primeira possibilidade, voltada para o estudo da realidade do Distrito Baixio das Palmeiras, no que tange a discussão do desenvolvimento sustentável, movimentos sociais e a questão de gênero, uma vez que fora identificada a presença de apenas uma pessoa do sexo feminino pertencente à comunidade Oitis, que participa ativamente da luta travada pelo MSSTBP. Outras lideranças femininas foram identificadas, porém com atuação mais voltada para o Grupo Nós Mulheres, que debate temas de uma forma geral e organiza festas e comemorações sociais. Esse fator denota menor participação das mulheres no movimento, o que enseja em si um debate sobre gênero e participação política feminina, que não se colocou enquanto foco deste trabalho.

A segunda e última possibilidade, refere-se ao estudo do próprio Fórum das Águas do Cariri enquanto sujeito político, colocado nas novas configurações de movimentos sociais, encerrando em si um debate sobre sujeitos políticos, desenvolvimento sustentável e água.

Desse modo, conclui-se, enfatizando-se que o *Movimento Social Somos Todos Baixio das Palmeiras* representa a resistência e a mobilização social que aponta alguns fios de esperança para a Comunidade Baixio das Palmeiras e para a organização e a luta no município do Crato em torno da questão da água.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto, MACHADO, Decio. Movimientos comprometidos con la vida. Ambientalismos y Conflictos actuales en América Latina. **Revista do Observatório Social de América Latina**. Año XIII, nº 32, noviembre 2013.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRDIO BRASILEIRO. Caminhos para a Convivência com o Semiárido. Recife:ASABRASIL, 19ªed, abril de 2014. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/acervo/publicacoes?artigo_id=278 , Acesso em: 05/04/2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA. **Escritório Frei Tito completa 13 anos atuando na defesa de comunidades**. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/21753-30-09-2013-hs01>, acesso em: 07/07/2016.

BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, 4ª Edição, Nº 4, Volume 1 - Jan/Jun 2008. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Developolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf>. Acesso em: 07/10/2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70, Lisboa, 1977.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BIANCHINI, Valter, MEDAETS, Jean Pierre Passos. **Da revolução verde à agroecologia: plano Brasil ecológico**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos195/BrasilAgroecológico27-11-13ArtigoBianchinieJeanPierre.pdf>. Acesso em 23/06/2016.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?** Brasília: SAG. 2011. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/CadernosDeCapacitacao1.pdf>>. Acesso em: 01/05/2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006, 448p.

_____. **Lei Nº 9433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em 01/05/2016.

_____. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> Acesso em: 20/05/2013.

_____. **Plano Nacional de Recursos Hídricos.** Síntese Executiva - português / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2006.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável:** dimensões e desafios. 6ª ed. Campinas, SP, Papirus, 2012.

CÁRITAS DIOCESANA. **Cartilha Solari.** Crato – CE, 2012.

CASTEL, Manuel. **Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed, Rio de Janeiro, Zaar, 2013.

_____. **O poder da identidade.** Tradução Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo, Paz e Terra, 2009.

CEARÁ, Assembleia Legislativa do Estado do. **Cenário Atual dos Recursos Hídricos do Ceará.** Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, Eudoro Walter Santana (Coord). Fortaleza: INESP, 2008.

_____. **Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará.** Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, Eudoro Walter Santana (Coord). Fortaleza: INESP, 2009.

CEARÁ. **Lei Nº 11.996, de 24 de julho de 1992.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH e dá outras providências. Disponível em: <http://www.srh.ce.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=635:lei-n-11-996-de-24-de-julho-de-1992&id=162:leis.> Acesso em: 01/05/2016.

_____. **Lei Nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - Sigerh, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.arce.ce.gov.br/index.php/legislacao/leis?download=171%3Alei-estadual-14844-de-281210.>>. Acesso em 01/05/2016.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas:** políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil.** Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Isolete Wichinieski. Goiânia: CPT Nacional Brasil, anos 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41conflitos-no->

campo-brasil-publicacao/292-conflitos-no-campo-brasil-2011-nova-versao> Acesso em: 01/05/2016.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, Alysson, et al. **Políticas Públicas**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002, p. 11 a 25.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. **Desenvolvimento Territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Convênio IICA-OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, dez 2007. Disponível em: <<http://proder.cariri.ufc.br>>. Acesso em: 05/09/2012.

DIAS, Débora, et al. **A Vida por um Rio**. Publicação da Frente Cearense por uma nova Cultura da Água e Contra a Transposição das Águas do Rio São Francisco. Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/livro_A-Vida-por-um-rio.pdf> Acesso em: 01/05/2016.

FAVERO, Celso Antonio. **Os movimentos sociais e a questão do desenvolvimento**. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/291/209>. Acesso em: 22 de dezembro de 2015.

FÓRUM DAS ONG'S BRASILEIRAS. **Meio ambiente e desenvolvimento**: uma visão das ONG's e dos movimentos sociais brasileiros. Rio de Janeiro: Fórum de ONG's Brasileiras, 1992.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/96-1.pdf>>. Acesso em 02/02/2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**: indignados, occupy Wall Street, primavera Árabe e mobilizações no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013. (Questões de nossa época; v.47).

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____ (Org). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, nº54, p. 439-455, Set/Dez, 2008. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=588>> Acesso em 10/10/2015.

_____. **Os sem-terra, ONG's e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória, BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARA. **Projeto Cinturão das Águas do Ceará**, apresentação. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/franluzparacurubr/projeto-cinturo-das-guas-do-cear>>. Acesso em: dezembro 2015.

GOVERNO FEDERAL. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 10 mai.2015.

GRIPPI, Sidney. **Atuação responsável e desenvolvimento sustentável: os grandes desafios do século XXI**. Rio de Janeiro, Interciência, 2005.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde**. São Paulo: Cortez, 1989.

JATOBA, Sérgio Ulisses Silva, CIDADE, Lúcia Cony Faria, VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, nº 01, p. 47 a 87. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acesso em: 01/04/2016.

KANASHIRO, Vitor. Por uma sociologia do conhecimento científico da questão ambiental – produção acadêmica brasileira sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: resultados preliminares. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 1, pp. 175-188, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/download/75215/78847>>. Acesso em 01/5/2016.

LEFF. Enrique. **Discursos Sustentáveis**. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo, Cortez, 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sassa de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. In: Pesquisa em Serviço Social. **Revista Katalysis**. V. 10. Número Especial, Florianópolis. p. 37 a 45, 2007.

LIMAVERDE, Rosiane. **Diagnóstico arqueológico na área do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) – Etapa 01 – Trecho Jati – Cariús**. Processo nº 0146900073/2012-16 – Relatório final. Governo do Estado do Ceará: Nova Olinda, 2013.

LORIS, Antônio Augusto Rossotto. **Água, exclusão e cobrança: um debate necessário**. Publicado em 16/10/2006. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/artigo/gua-exclus-mercado-e-cobran-um-debate-necess-rio>> Acesso em: 03/05/2016

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro, Quartet, 2003.

MALVEZZI, Roberto. (Membro da coordenação Nacional da Pastoral da Terra/Brasil). **A questão da água na América Latina**. Publicado em 21/09/2005. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/artigo/quest-da-gua-na-am-rica-latina>> Acesso em: 03/05/2016.

MELO, João Alfredo Telles. **Direito ambiental, luta social e ecossocialismo: artigos acadêmicos e escritos militantes.** Organização Helena Martins. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 8ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **Os 20 anos do SUS e os avanços na vigilância e proteção à saúde.** Epidemiol. Serv. Saúde, v.17, n. 4 Brasília dez. 2008. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v17n4/v17n4a01.pdf>> Acesso em: 15/01/2015.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, vol. 26, nº 74, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100005> Acesso em: 05/05/2016.

NOBRE, Wlirian. **Baixio das Palmeiras: apontamentos geográficos, culturais e historiográficos.** Juazeiro do Norte, BSG, 2015.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingo de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, Número 01, julho de 2009.

SACHS. Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ. **EIA-RIMA – Estudo de Impactos Ambientais para construção do Cinturão das Águas – CAC.** SRH: Fortaleza, 2010.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. Os Movimentos Sociais. In: TOMAZI, Nelson Dacio (Coord). **Iniciação à sociologia.** 2ª ed. São Paulo: Atual, 200, p. 221-264.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Tendências do desenvolvimento: elementos para a reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 10, nº 03, 2014. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1471>> Acesso em: 10/04/2016.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos ambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e justiça ambiental. **Ciênc.**

saúde coletiva [online]. 2009, vol.14, n.6, pp.1983-1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/06.pdf>> Acesso em: 10/10/2015.

SEM, Amrtya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota; Revisão Técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHEREER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, nº 01, p. 109-130, jan/abr, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007> Acesso em: 15/10/2015.

SCHEREER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J (orgs). **Uma revolução do cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento sustentável**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em 10/01/2014.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. In: **CAVC, Economia brasileira: perspectivas do desenvolvimento**, pp. 243-266, 2005. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/151992/mod_resource/content/1/Texto%2002%20-%20desenvolvimento_sustentavel.pdf>. Acesso em: 10/07/2014.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

ZIGLIO, Luciana Aparecida Iotti; COMEGNA, Maria Angela. Movimentos socioambientais e gestão dos recursos naturais no cenário amazônico: ações da confederação dos povos indígenas da Bolívia. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, 25(3): 513-523, set/dez/2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a06.pdf>> Acesso em 02/05/2016.

Sites visitados:

www.clubofrome.org

blogdoqrato.blogspot.com/

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Motivação inicial

Você pode definir qual a situação que marcou a motivação inicial para o surgimento do M.S.S.T.B.P?

É possível delimitar um período específico para este cenário ano/mês?

Quem foram às pessoas e/ou instituição que fomentou o início do movimento?

De que forma estas pessoas e/ou instituições foram afetadas pela situação inicial?

2. Proposta/Projeto do Movimento

O movimento surge com qual objetivo?

Quais as principais ideias e valores defendidos pelo movimento?

O que vocês entendem por sustentabilidade?

De que forma a sustentabilidade está presente nas ações/atividades do movimento?

3. Organização

A comunidade se envolve no movimento, de que forma?

Como o movimento define suas ações/atividades?

Quais as principais ações/atividades desenvolvidas?

Quais as fragilidades e dificuldades encontradas pelo movimento

4. Perspectivas Atuais

Você pode fazer algumas considerações sobre a situação que marcou o início do movimento e o contexto atual.

Você pode destacar quais as principais conquistas e derrotas do movimento?

É possível estabelecer alguma perspectiva de futuro para o movimento?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr.(a).

Eu, Carliana Carvalho Fonteles Tavares, CPF: 714.699.313-20, estudante do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri estou realizando a pesquisa intitulada “**LUTA E RESISTÊNCIA: DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ AO MOVIMENTO SOCIAL SOMOS TODOS BAIXIO DAS PALMEIRAS**”, que tem como objetivo: Estudar o Movimento Social Somos Todos Baixo das Palmeiras, destacando a sua relação com o desenvolvimento sustentável”.

O estudo será desenvolvido em duas etapas: pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada.

Sendo assim, o (a) convidamos a participar da pesquisa através da entrevista semiestruturada, esclarecemos a seguir como será dada esta etapa.

A entrevista semiestruturada será dividida em tópicos, a saber: 1. Motivação Inicial, 2. Proposta e Projeto do Movimento, 3. Organização e 4. Perspectivas Atuais, estes tópicos permitem que o entrevistado emita sua visão sobre qual o cenário que marca o início do movimento social, quais os objetivos e valores defendidos pelo movimento e qual a relação destes com o desenvolvimento sustentável, como o movimento se organiza e traça suas ações/atividades e por último permite que o entrevistado trace quais as perspectivas de futuro para o movimento social, estes tópicos podem ser traduzidos nos objetivos específicos deste trabalho.

Desta forma a entrevista semiestruturada permite a construção de um processo de pesquisa mais flexível tanto para o pesquisador, que pode fazer novas intervenções a partir das questões trazidas pelo entrevistado, quanto lhe deixará mais livre para falar sobre o tema em questão, enriquecendo a pesquisa.

As entrevistas serão previamente agendadas e realizadas em local, dia e horário, mais adequado para os entrevistados, serão gravadas e posteriormente transcritas em sua íntegra.

Ressalte-se ainda que os possíveis riscos em que os entrevistados podem estar expostos ao consentirem em participar do presente estudo serão considerados riscos mínimos, conforme afere a resolução do CNS 466/12, Item V: estudos que empregam técnicas e métodos retrospectivos de pesquisa e aqueles em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam no estudo, entre os quais se consideram: questionários, entrevistas, revisão de

prontuários clínicos e outros, nos quais não se identifique nem seja invasivo à intimidade do indivíduo.

Os benefícios esperados com este estudo são no sentido de contribuir para o debate sobre Movimento Social e Sustentabilidade na Região do Cariri, bem como para construção de acervo que verse sobre a história e organização do Movimento Social Somos Todos Baixo das Palmeiras.

Toda informação que o(a) Sr.(a) nos fornecer será utilizada somente para esta pesquisa as respostas, dados pessoais serão confidenciais e seu nome não aparecerá quando os resultados forem apresentados.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado a entrevista.

Caso esteja de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido que segue, recebendo uma cópia do mesmo.

Crato, _____, _____, _____

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu _____, portador (a) do CPF Nº _____, declaro que, após leitura minuciosa do TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores. Ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa “MOVIMENTO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE BAIXIO DAS PALMEIRAS”, assinando o presente documento em duas vias de igual teor e valor.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante